

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PELO DIREITO AO GRITO:**

AS LUTAS SILENCIADAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA  
HAITIANA POR RECONHECIMENTO, INDEPENDÊNCIA E  
DEMOCRACIA

Pâmela Marconatto Marques

Porto Alegre  
2013

## **PELO DIREITO AO GRITO:**

# **AS LUTAS SILENCIADAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA HAITIANA POR RECONHECIMENTO, INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA**

Pâmela Marconatto Marques

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elly Herz Genro

Linha de Pesquisa: Universidade – Teoria e Prática

Porto Alegre  
2013

### CIP - Catalogação na Publicação

Marconatto Marques, Pâmela

Pelo direito ao grito: As lutas silenciadas da  
Universidade Pública Haitiana por reconhecimento,  
independência e democracia / Pâmela Marconatto  
Marques. -- 2013.  
145 f.

Orientadora: Maria Elly Herz Genro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Haiti. 2. Universidade de Estado do Haiti. 3.  
Movimento Estudantil. 4. Lutas contra-hegemônicas. 5.  
Colonialismo. I. Herz Genro, Maria Elly, orient. II.  
Título.

## **PELO DIREITO AO GRITO:**

# **AS LUTAS SILENCIADAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA HAITIANA POR RECONHECIMENTO, INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA**

Pâmela Marconatto Marques

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Aprovada em 26 de Fevereiro de 2013

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Elly Herz Genro - Orientadora (PPGEDU – UFRGS)

Profa. Dra. Denise Leite (PPGEDU – UFRGS)

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski (PPGEDU – UFRGS)

Profa. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini (PPGCS – UFSM)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ambiente estimulante, qualificado, mas também aberto e afetivo que encontrei durante esses dois anos de mestrado. Em especial, ao Professor Jorge Ribeiro, coordenador do Programa, pelo apoio irrestrito sem o qual minha participação em inúmeras atividades ao longo de 2012 não teriam sido possíveis. Além dele, à querida funcionária Neusa, pela atenção e gentileza com que sempre me auxiliou ao longo desses dois anos.

Ao CNPQ, pela bolsa de estudos que me permitiu conferir dedicação integral à pesquisa nesse último ano de mestrado.

À minha querida orientadora, Professora Maria Elly, pela generosidade com que me recebeu no Programa e a sensibilidade de perceber, ao fim do primeiro ano de mestrado, que o tema de minha dissertação não poderia ser outro que não a Universidade Haitiana. Mas, além disso, por criar, em torno de si, uma atmosfera de afetividade, colaboração e reciprocidade como eu jamais havia encontrado na academia, e que me deu fôlego, alento e confiança para conduzir essa pesquisa.

Aos professores Denise Leite e Jaime Zitkoski, pelo cuidado e generosidade na leitura de meu projeto, e por apostarem na sua relevância e possibilidade.

Aos colegas do grupo InovAval, especialmente Juliana, Bianca, Richele, Gregório, Bernardo e a Profa. Célia Caregnato, por tantas conversas interessantes, dentro e fora do ambiente acadêmico.

À minha querida Professora Maria Catarina Zanini, orientadora de meu trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, cujas aulas me apresentaram a antropologia como uma das lentes mais interessantes para observar o mundo e que, ainda hoje, é presença marcante e ativa em minha vida, acompanhando e orientando a minha caminhada das mais diversas formas.

Ao Professor Ricardo Seitenfus, meu professor no Mestrado em Integração latino-americana que, em 2007, convidou-me a integrar um grupo de pesquisa sobre um país ainda inteiramente desconhecido e, em 2008, levou-me até ele, apresentando-me à ilha de som e fúria que, como ele previra, jamais me abandonaria.

À Professora Normélia Parise, por compartilhar comigo um pouco do tanto vivido e descoberto no Haiti, apresentando-me à literatura caribenha e revisando o primeiro capítulo dessa dissertação.

À Susy Castor, pela generosidade no envio de seus textos e na indicação de outros, mas, sobretudo, pela inspiração que me traz o seu trabalho no Centro de Formação que dirige no Haiti, e pela esperança e otimismo que orientam sua prática e sua escrita.

À CLACSO, na pessoa de Fernanda Saforcada, pela oportunidade de participar de eventos importantíssimos no ano de 2012, onde tive acesso a uma nova perspectiva epistemológica, fui apresentada aos estudos culturais e conheci pessoas admiráveis de toda a América Latina, como Consuelo (Equador), Iveth (Honduras), Mônica (Colômbia), Cristina (Peru) e Paloma (Paraguai), cujas histórias jamais esquecerei e que sempre me emocionarão.

À querida professora Ana Paula, do Instituto Roche, que com seu dinamismo, entusiasmo e inteligência, aproximou-me do francês e permitiu que, a partir dele, eu penetrasse na literatura haitiana.

Agradeço à minha mãe e ao meu irmão, pelo apoio à minha decisão de realizar um novo mestrado, ainda que isso implicasse em minha mudança para Porto Alegre e a redução de nossos encontros quase diários a visitas que, no final desse processo, tornaram-se cada vez menos frequentes. Agradeço, sobretudo, ao exemplo poderoso que minha mãe sempre foi para mim, inspirando meus caminhos, minhas escolhas, o modo como decido viver minha vida e estar nesse mundo. Ainda não encontrei nada de que tenha mais orgulho do que ser sua filha.

Ao meu pai, que, infelizmente, não viu esse projeto acontecer, agradeço o entusiasmo com que sempre recebeu as minhas decisões, o olhar crítico, o interesse pelo desconhecido, e o profundo senso de justiça e solidariedade que me inspirou e ensinou a ter.

Ao meu lindo, Carlos, não somente pelo entusiasmo com que acompanhou cada fase dessa pesquisa e o cuidado e rigor com que revisou suas primeiras versões, mas por essa presença que, a um só tempo, me tranquiliza e estimula, esse jeito de amar e estar junto que me faz melhor e mais inteira.

À minha amiga Germana, pela parceria intelectual mais generosa que já encontrei, pela leitura mais atenta, sensível e entusiasmada dos capítulos dessa dissertação e, ainda, por compartilhar comigo o amor, a curiosidade e o otimismo em relação ao Haiti.

À família linda e amorosa que ganhei com o Carlos, pela generosidade com que contribuíram - das mais variadas formas - à finalização desse projeto, e em especial aos meus sogros, Paulo e Suzana, à Patrícia e Bruna, que se tornaram minhas amigas queridas, e à minha madrinha do coração, Regina.

Foram tantas as contribuições diretas e indiretas de cada um a essa dissertação que ela assume, ao final, uma dimensão coletiva, maior e além de mim.

Aos que virão,  
para que conheçam as lutas  
que nos (co)movem hoje

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação Educação da UFRGS

### **PELO DIREITO AO GRITO: AS LUTAS SILENCIADAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA HAITIANA POR RECONHECIMENTO, INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA**

AUTORA: PÂMELA MARCONATTO MARQUES

ORIENTADORA: MARIA ELLY HERZ GENROS

Data e Local da Defesa: Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2013.

Esta dissertação dedica-se à apresentação e análise da Universidade de Estado do Haiti - única Universidade Pública do país – e sua história de luta, confronto e resistência, que permanece profundamente desconhecida por seus vizinhos latino-americanos, entre os quais se inclui o Brasil. Entendemos que esse desconhecimento não está restrito à Universidade haitiana, em particular, mas estende-se ao país, de forma geral, cuja compreensão mais complexa e densa vem sendo obstaculizada por uma cobertura midiática que geralmente é marcada pela exacerbação do exotismo, da pobreza ou da tragédia haitiana. Sucede que, desde o terremoto de janeiro de 2010, o Haiti vem sendo alvo de uma série de discursos etnocêntricos, empenhados em justificar práticas que só podem ser definidas como coloniais na medida em que se apresentam como caminho/instrumento de salvação do país de uma suposta “impossibilidade de existir por si próprio” ou de “resolver seus próprios problemas”. Esses discursos, que povoam relatórios internacionais de todos os gêneros, além de inspirar receituários para a superação da suposta inviabilidade do país, em geral, e da precariedade de sua Universidade Pública, em particular, nos parecem herdeiros dos discursos coloniais que legitimavam a exploração de um povo sobre outro. Parece-nos, ainda, que a existência de uma instituição “de elite”, como é entendida a Universidade, em um contexto absolutamente periférico, associado à miséria e à privação, causa incômodo, perplexidade e confusão naqueles que se consideram os legítimos criadores de tal instituição e definidores de seus contornos e rumos. Tudo se passa como se um país que figura na lista dos mais pobres do mundo, engajado em não perecer de fome e doença, não pudesse “dar-se ao luxo” de ter uma Universidade e menos ainda de reclamar uma Universidade distinta. É nesse sentido que, nos parece, vem sendo percebida e analisada a Universidade de Estado do Haiti por uma série de agências multilaterais, ONGs, Institutos internacionais de pesquisa e governos estrangeiros, empenhados em “auxiliar a reconstrução do Haiti” e de sua Universidade, por meio de

uma série de diagnósticos e recomendações que apesar de já virem sendo produzidos desde antes do terremoto de 2010, ganham reforços após a tragédia. Tudo se passa como se a precariedade da educação haitiana pós-terremoto estivesse a fornecer uma inelutável “razão de ser” às centenas de organizações estrangeiras presentes no país, justificando sua permanência e conferindo-lhes o reconhecimento e a importância buscados. O Haiti real perde cada vez mais espaço nesse cenário inventado, discursado, fotografado e reproduzido hermeticamente, a ponto de tornar-se imperiosa a divulgação de outras versões, outras dimensões, outros olhares sobre o Haiti. Aí se inscreve essa narrativa sobre a Universidade Pública no país que está dividida em dois capítulos: o primeiro, destinado à compreensão do Haiti a partir de análises feitas pelos próprios haitianos, temperada pela análise pós-colonial, e que compreende os episódios mais emblemáticos de sua história e a desconstrução dos estereótipos mais comumente atribuídos ao seu povo. Esse capítulo será a antessala para a análise complexa da Universidade Haitiana, que constitui o tema do segundo capítulo do trabalho. Nele, nossa proposta é a de verificar como a Universidade tem-se relacionado com seu entorno, contribuído para o fortalecimento democrático do país e para sua reconstrução no período pós-terremoto. As principais fontes utilizadas também nesse capítulo são haitianas. Ao final, conduzimos uma análise crítica do conteúdo dos relatórios internacionais que se propõem a diagnosticar “as doenças” e indicar “remédios” à Universidade de Estado, ignorando que seu próprio movimento estudantil, aliado a outros movimentos sociais, já vem trabalhando nesse sentido e produzindo suas próprias conclusões. Imaginamos que a palavra contida não será capaz de enfrentar o silêncio que as mantém desconhecidas, por isso reivindicamos a potência e o drama do grito.

**Palavras-chave:**

Haiti; Universidade de Estado do Haiti; Movimento Estudantil; Lutas contra-hegemônicas; Colonialismo; História do Haiti.

## RESUMEN

Disertación de Maestría  
Programa de Postgrado en Educación de la UFRGS

### **POR EL DERECHO AL GRITO LAS LUCHAS SILENCIADAS DE HAITÍ Y SU UNIVERSIDAD PÚBLICA EN LA BÚSQUEDA POR RECONOCIMIENTO, INDEPENDENCIA Y DEMOCRACIA**

AUTORA: PÂMELA MARCONATTO MARQUES

DIRECTORA: MARIA ELLY HERZ GENROS

Fecha y Local de Defensa: Porto Alegre, 26 de febrero de 2013.

Esta disertación está dedicada a la presentación y análisis de la Universidad de Estado de Haití - la única universidad pública del país - y su historia de lucha, confrontación y resistencia, que sigue siendo profundamente desconocida para sus vecinos latinoamericanos, entre los que se incluye a Brasil. Entendemos que esta ignorancia no se limita a la Universidad de Haití, en particular, sino que se extiende al país en general, cuya comprensión más compleja y densa se ha visto obstaculizada por una cobertura mediática que suele estar marcada por la exacerbación del exotismo, de la pobreza o de la tragedia haitiana. De ello se desprende que, desde el terremoto de enero de 2010, Haití ha sido objeto de una serie de discursos etnocéntricos, comprometidos para justificar prácticas que sólo pueden ser definidos como coloniales una vez que se presentan como ruta / instrumento de la salvación del país para una supuesta "incapacidad para existir por sí mismo" o "resolver sus propios problemas". Estos discursos, que proponen recetas para salir de una supuesta inviabilidad del país en general, y la precariedad de su Universidad Pública, en particular, parecen herederos de los discursos coloniales que legitimaban la explotación de un pueblo sobre otro. Parece, sin embargo, que la existencia de una institución "elite" como se entiende la universidad, en un contexto periférico, asociado a la pobreza y la privación, causa perplejidad y confusión en aquellos que se consideran a sí mismos los criadores legítimos de dicha institución y responsables por la definición de sus contornos y dirección. Es como si un país que está en la lista de los más pobres del mundo, dedicado a no perecer de hambre y enfermedad, no se pueda "permitirse el lujo" de tener una universidad y mucho menos pretender una universidad distinta. En ese sentido, al parecer, la Universidad del Estado de Haití ha sido percibida y analizada a través de una serie de organismos multilaterales, organizaciones no gubernamentales, institutos de investigación internacionales y gobiernos extranjeros, comprometidos a "ayudar a la reconstrucción de Haití" y su Universidad, a través de una serie de diagnósticos y recomendaciones, que sólo aumentaron después de el terremoto de 2010. Es como si la precariedad de la educación post-terremoto de Haití estuviera a proporcionar una ineluctable "raison d'être" de los cientos de organizaciones extranjeras en el país, lo que justifica su permanencia y les garantiza el reconocimiento y la importancia deseados. El Haití real pierde cada vez más espacio en este escenario

inventado, hablado, fotografiado y reproducido herméticamente, hasta el punto en que la revelación convincente de otras versiones, otras dimensiones, otras miradas sobre Haití se torna imprescindible. Allí se inscribe esta narrativa de la Universidad Pública en el país, que se divide en dos capítulos: el primero, dirige se a la comprensión de Haití a partir de los análisis realizados por los propios haitianos, templado por la literatura pos-colonial, que comprenden los episodios más emblemáticos de la historia de Haití y la confrontación de los estereotipos más fuertemente atribuidos a su gente. Este capítulo será la antesala del análisis complejo de la Universidad de Haití, que es el tema del segundo capítulo. En ello, nuestra propuesta es ver cómo la Universidad se ha relacionado con su entorno, ha contribuido a fortalecer la democracia en el país y su reconstrucción tras el terremoto. Las principales fuentes utilizadas en este capítulo son también haitianas. Por último, realizamos un análisis crítico del contenido de los informes internacionales que pretenden diagnosticar las "enfermedades" e indicar "soluciones" a la Universidad del Estado, ignorando que su propio movimiento estudiantil, junto con otros movimientos sociales, ha estado trabajando en esta dirección y produciendo sus propias conclusiones. Imaginamos que la palabra contenida no será capaz de hacer frente al silencio que mantiene el Haití un desconocido, por lo que reivindico al poder y al drama del grito.

**Palabras clave:**

Haiti; Universidad del Estado de Haití; Movimiento Estudiantil; Luchas Contrahegémicas; Colonialismo; Historia de Haití.

## **ABSTRACT**

Master Dissertation  
Post-Graduation Program of Education UFRGS

### **FOR THE RIGHT TO SCREAM: THE SILENCED STRUGGLES OF HAITI AND ITS PUBLIC UNIVERSITY FOR RECOGNITION, INDEPENDENCE AND DEMOCRACY**

AUTHOR: PÂMELA MARCONATTO MARQUES

ADVISOR: MARIA ELLY HERZ GENROS

Date and Place of Presentation: Porto Alegre, February 26<sup>th</sup>, 2013

This dissertation is dedicated to the presentation and analysis of the State University of Haiti - the only public university in the country - and its history of struggle, resistance and confrontation, which remain deeply unknown to their Latin American neighbors, among which includes Brazil . We understand that this ignorance is not restricted to the University of Haiti, in particular, but extends to the country in general, whose more complex and dense understanding has been hampered by a media coverage that is usually marked by the exacerbation of exoticism, poverty or the Haitian tragedy. It follows that, since the earthquake of January 2010, Haiti has been the target of a series of ethnocentric speeches, committed to justify practices that can only be defined as colonialists as they present themselves as path / instrument of salvation of the country, alleged "unable to exist on its own" or "solve it's own problems." These speeches, found in all sorts of international reports, are inspiring prescriptions for overcoming the supposed impracticability of the country in general, and the precariousness of their Public University, in particular, seem to be heirs of colonialist discourses that legitimized the exploitation of one people over another. It seems, though, that the existence of an "elite" institution, as the university is understood, in a context quite peripheral, associated with poverty and deprivation, cause annoyance, perplexity and confusion in those who consider themselves the legitimate builders of such institution and the designers of its contours and directions. It is as if a country that is on the list of the world's poorest, engaged in not perish from hunger and disease, could not "afford the luxury" of having an university, let alone claim a distinct University. In that sense, it seems, has been perceived and analyzed the State University of Haiti through a series of multilateral agencies, NGOs, international research institutes and foreign governments, committed to "assist the reconstruction of Haiti" and its University, through a series of diagnoses and recommendations, which despite already being produced since before the 2010 earthquake, gain reinforcements after the tragedy. It is as if the precariousness of the Haitian education

post-earthquake was to provide an ineluctable "raison d'être" of hundreds of foreign organizations in the country, justifying his stay and giving them the recognition and importance fetched. The real Haiti loses more and more space in this invented, spoken, photographed and played tightly scenario, to the point of becoming compelling the disclosure of other versions, other dimensions, other looks on Haiti. There inscribes this narrative about the Public University on Haiti, that is divided into two chapters: the first, for the understanding of Haiti from analyzes made by the Haitians themselves, tempered by postcolonial analysis, and comprising the most iconic episodes of its history and deconstruction of stereotypes commonly attributed to his people. This chapter will be the anteroom to the complex analysis of Haitian University, which is the theme of the second chapter of the work. In it, our proposal is to see how the University has been related to its surroundings, contributed to strengthening democracy in the country and its reconstruction in post-earthquake scenario. The main sources used in this chapter are also Haitian. Finally, we conduct a critical analysis of the content of international reports that purport to diagnose "diseases" and indicate "remedies" to the University of the State, ignoring that it's own student movement, combined with other social movements, has already been working in this direction and producing their own conclusions. We imagine that the contained word will not be able to face the silence that keeps Haiti unknown, so, we claim the power and the drama of a scream.

**Keywords:**

Haiti; State University of Haiti; Student Movement; Counter-hegemonic Struggles; Colonialism; History of Haiti.

## **RÉSUMÉ**

Dissertation de Master  
Programme d'enseignement supérieur d'Education de l'UFRGS

### **POUR LE DROIT AU CRI: LES LUTTES SILENCIEUSES D'HAÏTI ET DE SON UNIVERSITÉ PUBLIQUE POUR LA RECONNAISSANCE, L'INDÉPENDANCE ET LA DÉMOCRATIE**

AUTEUR: PÂMELA MARCONATTO MARQUES

SUPERVISEUR: MARIA ELLY HERZ GENROS

Date et lieu de la défense: Porto Alegre, 26 février 2013

Cette dissertation a pour objectif la présentation et l'analyse du fonctionnement de l'Université de l'État de Haïti - unique université publique du pays - et de son passé de lutte, de confrontation et de résistance, qui continue profondément mal-connu de ses voisins latino-américains, y-compris du Brésil.

Il est notoire de préciser que cette méconnaissance ne se limite pas à l'Université haïtienne en particulier, mais s'étend au pays dans son ensemble. Dont la compréhension plus complexe et profonde est limitée par une couverture médiatique essentiellement caractérisée par l'exacerbation du tropicalisme (de l'exotisme), de la pauvreté ou de la tragédie haïtienne. À cette réalité s'ajoute le fait que depuis le tremblement de terre de janvier 2010, Haïti a fait l'objet d'une série de discours ethnocentriques utilisés afin de justifier des politiques qui ne peuvent être qualifiées autrement que de colonialistes dans la mesure où se définissent comme le cheminement ou des instruments permettant de sauver le pays d'une supposée incapacité d'exiger par lui-même, voir de résoudre de manière autonome ses propres problèmes.

Ce point de vue qui prévaut dans la majorité des discours internationaux, au delà de corroborer la thèse de la profonde précarité du pays en général ainsi que de son université publique en particulier, nous semble n'être que l'héritage de discours coloniaux qui légitiment l'exploitation d'un peuple par un autre. Il nous semble également que l'existence même d'une institution "d'élite", comme est perçue l'Université dans un milieu associé à la misère et à la privation est source d'inconfort, de perplexité et de confusion auprès de ceux qui se considèrent comme les créateurs légitimes de cette institution et gardiens de ses attributions et devoirs.

Tout se passe comme si pays qui figure sur la liste des plus pauvres du monde, engagé dans la lutte contre la faim et les maladies, ne pouvait se "payer le luxe" d'avoir une Université et encore moins de revendiquer le droit d'avoir une Université distincte. Cette situation inconfortable de l'Université de l'état de Haïti a été détectée et analysée par diverses agences, ONGs, instituts internationaux de recherche et gouvernements étrangers impliqués en tant qu'auxiliaires de la reconstruction de Haïti

et de son université. Ce point de vue, bien qu'ayant déjà été énoncé avant le tremblement de terre de 2010, a gagné du crédit après la tragédie.

Tout se passe comme si la précarité de l'éducation haïtienne de l'après tremblement de terre devait inéluctablement rendre compte à des centaines d'organisations étrangères présentes dans le pays, justifiant leur existence, leur raison d'exister dans le pays.

La réalité haïtienne perd chaque fois un peu plus de terrain pour laisser place à un scénario inventé, raconté, photographié et reproduit au point de rendre nécessaire la divulgation d'une autre analyse et d'autres regards sur Haïti. C'est donc l'objet de cette dissertation sur l'Université Publique du pays qui sera constituée de deux chapitres: le premier, sera dédié à la présentation et à la compréhension de Haïti à partir d'analyses réalisées par les Haïtiens eux-mêmes, contrebalancées par la littérature post-coloniale, incluant les épisodes emblématiques de l'histoire de Haïti et la lutte contre les stéréotypes les plus fréquents aux haïtiens. Ce chapitre servira de fondement à l'analyse complexe de l'université haïtienne, qui constituera le thème central du second chapitre de cette dissertation. Dans ce second chapitre nous tenterons de vérifier comment l'université interagit avec son entourage, contribuant au renforcement de la démocratisation du pays et à la reconstruction du pays après le tremblement de terre. Les principales sources utilisées dans ce chapitre sont haïtiennes.

Enfin, nous réaliserons une analyse critique du contenu des rapports internationaux qui proposent de diagnostiquer "les maux" et de prescrire les "remèdes" à l'Université d'état, ignorant le fait que son propre mouvement étudiant allié à d'autres mouvements sociaux, ont déjà étudié la question et proposé leurs propres conclusions. Nous espérons que ces points de vues contenus ne peuvent continuer à être réduits au silence, c'est pourquoi nous revendiquons le droit au cri.

**Mots clés:**

Université de l'État du Haïti; luttés anti-hégémoniques; colonialisme, mouvement étudiant ; l'Histoire de Haïti.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANDAH - Associação Nacional dos Agro-Profissionais Haitianos  
ASID - Associação Dessalines de Estudantes Universitários  
BIRD - Banco Interamericano para o Desenvolvimento  
BM - Banco Mundial  
CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional  
CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais  
CRESFED - Centro de Formação e Pesquisa Econômica e Social para o Desenvolvimento  
CS - Conselho de Segurança  
FENEH - Federação Nacional de Estudantes Haitianos  
GRD - Grupo de Pesquisa para o Desenvolvimento  
GREPS - Grupo de Estudos e Reflexão sobre Problemas Sociais  
IDRC - Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional  
INURED - Instituto Interuniversitário para Pesquisa e Desenvolvimento  
MEGA - Movimento de Estudantes Adultos  
MENFP - Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional do Haiti  
MINUHA - Missão das Nações Unidas no Haiti  
MINUSTAH - Missão de Estabilização das Nações Unidas do Haiti  
MODEP - Movimento Democrático Popular  
MODEP - Movimento pela Democracia Popular  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
OI - Organização Internacional  
ONG- Organização Não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OPL - Organização do Povo em Luta  
PAPDA - Plataforma Haitiana de Advocacia por um Desenvolvimento Alternativo  
PMAs - Países Menos Avançados  
POHDH - Plataforma de Organizações Haitianas em Defesa dos Direitos Humanos  
SOFA - Solidariedade das Mulheres Haitianas  
UEH - Universidade de Estado do Haiti  
UNEH - União Nacional dos Estudantes Haitianos  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
USAID - Agência Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional  
USIP - Instituto Estados Unidos pela Paz

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Mapa de <i>Saint Domingue</i>	45
<b>Figura 2.</b> Charlemagne Peralte - Fotografia e Pintura	58
<b>Figura 3.</b> Mapa Do Haiti – Localização do epicentro do Terremoto de 2010	105
<b>Figura 4.</b> Mulheres preparam o <i>Chen Janbe</i> – galinha assada e banana cozida - no acampamento de desabrigados de <i>Champ de Mars</i> (Porto Príncipe).	106
<b>Figura 5.</b> Mulheres revezam-se para dar banho nas crianças do acampamento de desabrigados de Pétionville (Porto Príncipe)	107
<b>Figura 6.</b> Coleta de lixo organizada e realizada pelos homens junto ao acampamento de desabrigados de Pétionville (Porto Príncipe).	107
<b>Figura 7.</b> Fila para receber atendimento médico com pessoal da UEH	109
<b>Figura 8.</b> Campo de refugiados no pátio da Faculdade de Direito (Jacmel)	110
<b>Figura 9.</b> Encontro para discutir a reconstrução, organizado em tendas montadas em um dos campus destruído	111

## SUMÁRIO

<b>A NECESSÁRIA INTRODUÇÃO: <i>Abrindo janelas sobre o Haiti</i></b>	<b>20</b>
Uma janela sobre a autora	20
Uma janela sobre a educação haitiana	27
Entre o trabalho esperado e o conquistado	30
<b>UM PAÍS A SER DESCOBERTO: <i>Em busca de narrativas silenciadas sobre o Haiti</i></b>	<b>39</b>
Considerações gerais sobre o capítulo	40
Uma Revolução fora da História	42
O Estado Haitiano pós-Revolução, as continuidades coloniais e o desvio	50
A ocupação americana e a emergência do <i>indigenisme</i>	56
A ditadura Duvalier e o florescimento dos movimentos camponeses	61
Aristide: da esperança de um governo popular às origens da intervenção internacional	67
Considerações transitórias	76
<b>UMA UNIVERSIDADE A SER CONHECIDA: <i>A Universidade Pública Haitiana como espaço de resistência e esperança</i></b>	<b>78</b>
Considerações Gerais sobre o capítulo	79
As origens da Universidade Haitiana e a irrupção do movimento estudantil	82
O “ <i>golpe de Saurel</i> ” e a resposta política dos universitários	89
Outros episódios silenciados no “retorno democrático”	100
O terremoto de 2010 e suas repercussões	104
As “doenças” diagnosticadas e as “receitas” prescritas à UEH nos relatórios internacionais	113
<b>AS CONCLUSÕES POSSÍVEIS</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>135</b>
Referências haitianas	136
Demais referências	139
Documentos	143

Porque há o direito ao grito.  
Então eu grito.  
(Clarice Lispector)

## **A NECESSÁRIA INTRODUÇÃO:** ***Abrindo janelas sobre o Haiti***

Em “*Las Palabras Andantes*”, as belas estórias de Eduardo Galeano contam com a força das imagens de J. Borges, um conhecido xilografista brasileiro. Na primeira página do livro, Galeano relata como se deu essa aproximação, quando resolveu deslocar-se até o nordeste brasileiro para fazer o convite ao artista:

Le explico mi proyecto: imágenes de él, sus artes de grabado, y palabras mías. Él calla. Y yo hablo y hablo, explicando. Y él, nada. Y así sigue siendo, hasta que de pronto me doy cuenta: *mis palabras no tienen música*. Estoy soplando en flauta quebrada. *Lo desconocido no se explica, no se entiende: se siente, se palpa cuando se mueve. Y entonces dejo de explicar; y le cuento*. Le cuento las historias de espantos y de encantos que yo quiero escribir, voces que he recogido en los caminos y sueños míos de andar despierto, realidades deliradas, delirios realizados, palabras andantes que encontré — o fui por ellas encontrado. Le cuento los cuentos; y este libro nace. (grifo nosso)

Como Galeano, temo que uma “introdução explicativa” ao país desconhecido a que se dedica essa dissertação torne minhas palavras sem música e opto, assim, por “contar” a experiência vivida no Haiti, onde palavras, perguntas e sentidos também andaram até mim e atravessaram-me, como que pedindo para serem escritos, gritados e sonhados. Nessa “contação”, comprometo-me a abrir frestas de janelas sobre um país ainda ignorado, visto a partir do lugar social que ocupo enquanto pesquisadora, e a partir do qual essa dissertação será escrita.

### **Uma janela sobre a autora**

A partir de 2007, meu primeiro ano no Mestrado em Integração Latino-americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tomei parte em um grupo de pesquisa que se propunha a estudar o que a Organização das Nações Unidas (ONU) vinha chamando “*Países Menos Avançados*” (PMAs). Esta categoria reúne os 50 países mais pobres do mundo, de acordo com critérios tais como baixa renda,

debilidade dos recursos humanos e vulnerabilidade econômica, acentuados por desastres naturais ou guerras civis. Dentre esses países, constituídos por uma maioria africana, o Haiti é o único latino-americano<sup>1</sup>. Essa informação, somada ao fato de que, naquele ano, o Brasil já liderava a Missão de Estabilização das Nações Unidas enviada ao Haiti (MINUSTAH) e que um grande contingente militar partiria de Santa Maria, cidade onde eu residia, levou-nos a focar a pesquisa no país caribenho.

Ao final daquele ano, também passei a integrar, como assessora e pesquisadora, o Projeto Brasil-Haiti, financiado pelo instituto de pesquisa canadense *International Development Research Centre* (IDRC). O foco de minha atuação nesse projeto envolvia, principalmente, a pesquisa sobre a questão de gênero, a escravidão infantil e a educação no país caribenho.

É nesse contexto que, no início de 2008, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, junto a outros pesquisadores e uma equipe jornalística, fui convidada a conhecer o Haiti.

Nossa preparação para a viagem, além de uma longa listagem de vacinas a serem tomadas, comportava a intensificação da jornada coletiva e individual de estudos. Intrigava-me profundamente, já nessa época, o fato de o Haiti ter sido a mais rica das colônias francesas no século XVIII, a primeira república negra a livrar-se do sistema colonial da escravidão, e, no final do século XX, ser lembrado apenas como o país mais pobre do continente. Se o vaticínio de Michel Onfray (2009) “*o viajante só encontra aquilo que leva*” se provasse correto, eu encontraria um Haiti assolado pela desesperança, lamentando uma posição geográfica que só podia ser castigo<sup>2</sup>, inviável economicamente e politicamente ingovernável<sup>3</sup>.

Felizmente, o Haiti que eu levava não foi o único que vi.

Minha agenda por lá comportava uma parte da estadia na capital Porto Príncipe, onde estavam agendadas visitas institucionais, e a outra na costa oeste do

---

<sup>1</sup> As informações aqui constantes sobre os PMAs foram extraídas do sítio oficial da ONU dedicado ao tema: <http://www.unric.org/pt/paises-menos-avancados> acessado em 23 de dezembro de 2011.

<sup>2</sup> A referência à posição geográfica diz respeito ao fato de o Haiti, que divide com a República Dominicana a Ilha de *Hispaniola*, na América Central, estar desprovido de recursos naturais para geração de energia, além de ser alvo constante de terremotos e furacões.

<sup>3</sup> O mito da ingovernabilidade haitiana está assentado, sobretudo, na vulnerabilidade de suas instituições democráticas e nos longos períodos em que o país viveu ditaduras ou ocupações estrangeiras, como ficará claro no primeiro capítulo dessa dissertação.

Haiti, entre Jeremie e Leon, onde acompanharia o trabalho de freiras brasileiras, duas delas há mais de vinte anos no país.

Apesar de, naquele momento, estar realizando o mestrado na área das Relações Internacionais, meu olhar esteve sempre contaminado pela antropologia e pelo desafio de aproximar o exótico e estranhar o comum. Assim é que, no afã de compreender o Haiti, junto à passagem por ministérios e embaixadas, minha retina colou-se aos haitianos comuns, um colorido teimoso que se exibia entre os tons de branco e preto que dominavam a paisagem das ruas.

O solo do Haiti é rico em calcário, matéria prima para a fabricação de cimento, o que explica as fileiras intermináveis de casinhas brancas, muito pequeninas e rudimentares, instaladas na descida dos morros e nas planícies. O contraste é dado pelo carvão, fonte de energia mais utilizada no país ante a inexistência de petróleo, gás natural e/ou condições para instalação de hidrelétricas ou captação de energia eólica. O colorido, por sua vez, está nos cabelos das mulheres e meninas, cuidadosamente trançados e enfeitados com toda a sorte de adereços, nas roupas de passeio e de trabalho, igualmente bem cuidadas, e nos mercados de rua, que se prolongam por muitos quilômetros nas regiões de Pettion Ville e Jacmel, oferecendo aves, colchões, bananas, escovas de dente, serviços gerais e muita conversa, já que é notoriamente dominado pelas mulheres cujas línguas, segundo um ditado popular haitiano, *“não conhecem domingo”*.



Fonte: acervo da autora

Entrego-me, enfim, a olhar o cotidiano, e constato, com este colorido que se levanta altivo, uma vida que se faz bonita, vibrante e cheia de emoção partilhada

nesses espaços comumente associados à degradação. Descubro, ainda na primeira semana, que as casas populares são pequenas porque usadas somente para dormir. Geralmente, uma casinha de um cômodo abriga mais de cinco pessoas que se revezam no sono. Enquanto parte delas trabalha, a outra dorme. Assim, no Haiti, o dia não envelhece, como diria Manuel de Barros. A noite não tira as mulheres e os homens da rua, onde vivem, muito além de garantir o sustento. As refeições, o banho, as conversas, a preparação das crianças para a escola, até o amor e seus rituais podem dar-se fora de casa, num espaço que é de todos, mas que comporta a intimidade. O Haiti parece não ter dentro, como diria Fernando Pessoa, parece ser fora e inteiro nessa “mostração”.

Esse estilo estético que se apresenta ao observador generoso revela um ideal comunitário que é construído e reforçado à medida que é vivido e reveste-se de uma sólida organicidade, onde o que predomina, *“ao contrário do isolamento, próprio do individualismo exacerbado, é um relacionismo em todos os sentidos”* (MAFFESOLI 1995:56).

O comércio de rua haitiano é um dos exemplos mais interessantes da manifestação desse relacionismo baseado na solidariedade. O *pratik*, como é chamado, designa tanto a prática quanto os praticantes de uma rede de compra, venda e troca que admite desde produtos de necessidade básica, refeições, favores, até proteção e apadrinhamento de filhos e/ou parentes. Tudo circula no mercado, onde uma outra forma de estar junto, que não é pensada, mas vivida, ganha contornos. E, num país onde energia elétrica é privilégio, essa forma de estar junto *“não está voltada para o longínquo, para a realização de uma sociedade perfeita no porvir, mas se dedica a organizar o presente, que se tenta tornar o mais belo possível”* (MAFFESOLI 1995:17).

Essa beleza possível comporta inclusive a anomia, uma certa “bagunça”, um ruído constante que perturba um pouco os ouvidos ocidentais acostumados ao som, mas não à fúria. O ruído haitiano mescla conversas e negociações que se dão aos gritos, o batuque repetitivo do *Rá-Rá*<sup>4</sup>, o som constante das buzinas que governam um trânsito que flui no caos, a cantoria dos galos prontos para a rinha, e os cantos

---

<sup>4</sup> A expressão Rá-Rá designa tanto o carnaval haitiano quanto o som repetitivo e hipnótico do batuque tocado nessa ocasião.

entoados nas cerimônias de vodu, religião que atravessa todos os segmentos da vida dos haitianos. É como se a vida se desse no que Maffesoli chama de “*harmonia conflitual*”, harmonia que integra a desarmonia, ordem que agrega o caos.

Outro elemento interessante da vida haitiana é a onipresença do “*mundo dos mortos*” ou “*país sem chapéu*” como é poeticamente chamado<sup>5</sup>. O escritor haitiano Dany Laferrière (2011) relata a confusão dos agentes do censo ao tentarem levantar uma estimativa do número de haitianos. Ao questionarem uma senhora sobre o número de filhos que tinha, receberam a resposta de que teria dez filhos. Questionada sobre onde estavam, respondeu que metade estava na escola e a outra havia morrido, mas continuavam sendo seus filhos. Outro exemplo da contaminação contínua entre vida e morte é a pintura haitiana, arte carregada de cores e cenários oníricos, que apresentam “*outras moradas dos homens*”.



Fonte: acervo da autora

Esses elementos reforçam a sensação de que os haitianos compartilham um mistério que não se apreende a partir de uma razão instrumental, como adverte Maffesoli, mas apenas de uma sensível. Esse mistério reforça o elo que os mantêm atados à vida e uns aos outros, apesar – ou talvez em razão - de todos os infortúnios.

<sup>5</sup> Cita-se, como exemplo dessa conexão entre o mundo dos vivos e dos mortos, o fato de que, principalmente no interior rural, as sepulturas jazem nos fundos das casas, como se apontassem que o morto continua integrando a vida familiar. Na cidade, o que se vê são cemitérios e túmulos ricamente adornados, contrastando profundamente com a vida de pobreza que os ali enterrados levaram. Pensando na importância que “enterrar os mortos” tem nesse país, preocupa-me o profundo abalo que o terremoto deve ter infringido, uma vez que grande parte dos corpos não foi reconhecida e/ou foi queimada em função do mau-cheiro e risco de doença que já se instalava nas ruas.

Chegando a Jeremie, cidadezinha circundada pelo Rio Grande Anse e praticamente isolada do restante do país, encontrei um Haiti que “*era outro e o mesmo*”, como diria Borges (2009). A vida rural era fértil, entre rios e árvores. Dividimos o tempo, a pequena equipe formada por um cinegrafista, uma jornalista e duas pesquisadoras, entre a cidade e uma localidade encravada na zona rural, chamada Leon, onde nem sequer os militares chegavam.

Ali, longe da cartilha das Nações Unidas, que determinava que bebêssemos apenas água engarrafada, restringíssemos ao máximo a ingestão de qualquer produto orgânico, que vedava os passeios sem acompanhamento militar e proibia terminantemente a entrada em rios, senti-me menos *blanc* (como eles chamam os estrangeiros) entre os haitianos. Comi os temidos peixes secos ao sol, o carreteiro de pombo servido às crianças em uma escolinha local, e o delicioso coração de palmito, feito pelas freiras para comemorar a Páscoa. Tudo isso com muito gengibre e pimenta, para disfarçar qualquer elemento desagradável ao olfato ou ao paladar.

Particpei das atividades diárias das freiras, que imploramos não fossem modificadas em razão de nossa presença. Assim, assisti a reuniões de grupos de jovens vocacionadas, que aprendiam a ser lideranças comunitárias e religiosas no sincretismo possível entre o catolicismo e o vodu, além de “*animadoras*”, como chamavam as professoras/cuidadoras de crianças. Presenciei reuniões de trabalhadores que se organizavam em cooperativas informais e de lideranças locais que ofereciam suas próprias casas para que se tornassem escolas. Vi crianças que subiam nos telhados, buscando os primeiros raios de sol da manhã para estudar e outras amontoando-se sob um único poste de luz, em frente a um posto de gasolina estrangeiro, com o mesmo propósito. Além disso, ouvi de um menino de dezesseis anos que, por ali, jovens politizados eram, não raro, assassinados e que a fuga desse destino se dava, por vezes, com seu ingresso na Universidade Pública, que os levava para Porto Príncipe.

Ao visitar as escolinhas rurais, vi que se pareciam muitíssimo com as brasileiras, por sua precariedade e pelo ar de improvisado. Talvez uma das principais diferenças esteja no fato de que praticamente não há escolas públicas por ali e pagar uma taxa, ainda que baixa, às escolas particulares, num país onde 80% da população sobrevive com menos de um dólar por dia pode ser a diferença entre comer ou não, já que não há qualquer política pública de redistribuição de renda.



Fonte: acervo da autora

Ainda que eu sentisse que a formação do haitiano se dava, sobretudo, fora da escola, e que esses ambientes marcados por outra forma de estar junto eram extremamente pedagógicos, percebi que a comunidade ansiava pela educação formal. Via nela uma alavanca para o futuro de seus filhos, a despeito da pobreza em que viviam. Sobretudo, sonhavam com o ingresso deles na Universidade.

Minhas anfitriãs em Leon disseram-me que para um jovem que não vivesse ou não tivesse parentes na capital, chegar à Universidade Pública era praticamente impossível. Sem dinheiro para as necessidades mais básicas, era impensável para uma família pobre – principalmente de camponeses – arcar com aluguel, alimentação e pagamento das taxas, pagas mesmo à Universidade Pública, de um filho em Porto Príncipe. A saída que muitos jovens da região vinham encontrando era o aprendizado da língua portuguesa – que as freiras brasileiras ofereciam – e a tentativa de uma bolsa de estudos no Brasil, também intermediada por elas. Junto dessa alternativa – que contemplava um ou dois jovens por ano – estava o aprendizado de espanhol e a mesma tentativa de bolsa em Universidades cubanas.

Conheci alguns jovens que vinham empenhando-se nos preparativos para a tentativa de uma bolsa no Brasil. Eles já falavam um português bastante correto, criavam e declamavam poesias em nosso idioma. Impressionou-me o desejo, manifesto por muitos deles, de voltar ao Haiti depois de formados, e empregar seus conhecimentos no país.

Esses jovens constituíam a minoria que termina o ensino médio em regiões rurais, onde o sistema educacional está assentado sobre a separação de classes sociais e conta com um sistema de seleção “por eliminação”, que será evidenciado a seguir.

## Uma janela sobre a educação haitiana

As bases do ensino haitiano foram importadas da França, quando da independência oficial do país, em 1804. Daí o fato de a língua oficial das escolas/universidades ter sido, durante a maior parte do tempo, o francês e não o *créole*, falado pelos haitianos, e do pressuposto de que as instituições de ensino deveriam formar uma elite separada das massas ou das classes populares.

Ainda hoje, mesmo depois de reformas importantes<sup>6</sup>, as desigualdades sócio-educacionais manifestam-se com força nos diferentes tipos de escolas públicas e privadas, que afunilam drasticamente o caminho do haitiano até a Universidade. JOINT (2008, pg.185) distingue cinco categorias de escolas no Haiti:

l) Escolas *borlette* (de loteria): Escolas privadas, caracterizadas pela precariedade estrutural e de recursos humanos e, em razão de seu baixíssimo custo, freqüentadas por alunos que não conseguiram pagar as taxas regulares de outra escola. Seriam maioria na zona rural haitiana;

---

<sup>6</sup> Em 1879, por exemplo, deu-se uma das mais importantes reformas educacionais do Haiti, estabelecendo a criação de escolas rurais e campanhas de alfabetização de adultos camponeses. Um século depois, a taxa de escolarização das crianças e jovens haitianos (de 5 a 14 anos) havia passado de 8% para 52%. Entretanto, dos 48% dessas crianças e jovens em idade escolar que permaneciam sem acesso à escola, 79% estavam no meio rural. Em 1982, deu-se a Reforma Bernard, que instituiu o *créole* como idioma oficial da formação infantil, que, gradativamente, seria substituída pelo francês. A Reforma Bernard também visava uma formação mais técnica e orientada ao mundo do trabalho. Em 1997, aprovou-se uma lei que instituiu a necessidade de, em 10 anos, levar a educação básica a todos os haitianos. Essas foram as principais reformas educacionais na história haitiana. (JOINT,pg.183).

II) Escolas médias: Escolas privadas, caracterizadas como um pouco superiores que as *borlette*, mas ainda bem inferiores às congregacionais, em virtude de seu quadro de professores. Geralmente, seriam as melhores escolas da zona rural, dirigidas por particulares preocupados com a educação de seus próprios filhos. Dentre os alunos, aqueles que pagam regularmente as taxas receberiam acompanhamento pedagógico;

III) Escolas congregacionais: Escolas privadas, normalmente compostas por um quadro de professores bem formado, estruturas pedagógicas e materiais didáticos mais ou menos adequados e acompanhamento pedagógico regular. Seriam freqüentadas, sobretudo, pelas classes populares urbanas. Nessas escolas seria comum a separação dos alunos de acordo com sua classe social: enquanto a turma da manhã ficaria reservada às crianças cujos pais têm condições de pagar as taxas, a turma da tarde reúne as crianças pobres, cujos pais não as podem pagar e são recebidas a título de caridade.

IV) Escolas internacionais: Escolas privadas, localizadas apenas em setores urbanos e em pequeno número. Geralmente, essas instituições são geridas por estrangeiros e professores haitianos formados no exterior. Seu programa de ensino nada teria a ver com o sistema educacional haitiano, uma vez que aplicam apenas programas em vigor na França, no Canadá e nos Estados Unidos. Estas instituições, frequentadas, sobretudo, por filhos de funcionários internacionais e da elite haitiana, prepararia o jovem para continuar seus estudos superiores no exterior e, por isso, seriam bastante caras.

V) Liceus: Escolas públicas frequentadas pelas camadas populares e, em menor número, por filhos das classes médias do país (comerciantes, funcionários públicos de baixo escalão, professores, etc.) que não querem pagar escolas privadas. A maioria dos liceus teria a reputação de ter bons professores, mas também a de recorrentes atrasos e faltas.

É importante ressaltar que 83% das escolas no país – onde 80% da população está abaixo da linha da pobreza - em 2005, eram privadas, e que a prática de “seleção por eliminação” vigente na maioria delas vem afastando centenas de milhares de jovens do ensino médio e superior.

Através dessa prática, nas palavras de JOINT (2008: 187), “*os alunos fracos são gradativamente excluídos, e apenas os ‘mais fortes’ sobrevivem e chegam às últimas classes*”. A seleção por eliminação conta com exames aplicados regularmente ao final dos ciclos de vida escolar. Caso o aluno não obtenha aprovação, deve pagar uma taxa que aumenta proporcionalmente ao número de reprovações que o aluno tiver. Assim, se for reprovado por três anos consecutivos, terá de pagar uma taxa três vezes maior para voltar a repetir o ano escolar e, ao final, tentar mais uma vez a aprovação no exame.

Podemos facilmente concluir que a maioria deles abandona os estudos já na primeira reprovação, dado o alto custo da taxa. Em minha viagem ao Haiti, lembro de uma freira mencionando que o sistema havia sido criado para “*evitar a vagabundagem entre os alunos*” e manter na escola apenas os que a valorizavam. Entretanto, em minhas caminhadas e em conversas com a população local, soube que na maioria das escolas o turno de estudos é integral e como não há energia elétrica, os alunos têm dificuldade para estudar à noite. Daí as imagens mencionadas de jovens amontoando-se em torno dos postes de luz de postos de gasolina de multinacionais e subindo aos telhados ainda de madrugada para estudar.

Pouquíssimos desses jovens conquistarão, entretanto, o sonho de chegar à Universidade.

A Universidade de Estado do Haiti (UEH), única Universidade Pública do país, contava, pouco antes do terremoto de 2010, com cerca de 15.000 estudantes, 1.100 professores e 400 funcionários, divididos em suas onze unidades principais distribuídas na capital Porto Príncipe<sup>7</sup>. Para ser admitido na UEH, o jovem necessita de um comprovante de que finalizou o ensino secundário e a aprovação em um exame de seleção que envolve conhecimentos gerais, humanidades, lógica e matemática, considerado elitista e excludente, já que beneficiaria os filhos das elites, educados no sistema francês, em detrimento dos haitianos educados no ensino técnico instituído pela Reforma Bernard. Uma vez na Universidade, o aluno seria submetido a um ensino

---

<sup>7</sup> As onze unidades centrais da UEH são: Escola Normal Superior; Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária; Faculdade de Direito e Ciências Econômicas; Faculdade de Etnologia; Faculdade de Medicina e Farmácia; Faculdade de Ciências Humanas; Faculdade de Linguística aplicada; Faculdade de Odontologia; Faculdade de Ciência; Instituto de Estudos e Pesquisas Africanos; Instituto Nacional de Administração Pública e de Empresas e de Altos Estudos Internacionais.

igualmente desvinculado da realidade social, pautado pelo universalismo, o abstracionismo e ministrado em francês (CASTOR 1992).

Em razão disso tudo, inúmeros intelectuais haitianos (CASTOR; PIERRE-CHARLES; JOINT; LOUIS-JUSTE) veem a educação nacional como garantidora da reprodução de um sistema social fundado sobre a exclusão e, uma vez que não há qualquer regulação do ensino privado pelo Estado<sup>8</sup>, sugerem que, desde o ensino básico até o superior, a educação haitiana não está inserida em um projeto de país e menos ainda voltada para as suas particularidades, apesar da atuação intensa e massiva da sociedade civil e dos movimentos sociais nacionais – onde se inclui o movimento estudantil - reivindicando uma educação capaz de emancipar seus sujeitos e promover transformação em seu entorno.

Aí se situa o nó, o ponto de inflexão, a encruzilhada que determinou o ponto de partida dessa dissertação: a potência que se podia vislumbrar na comunidade acadêmica da UEH, contrastada pela carência em que parece estar mergulhado o Haiti, de modo geral; o universo de possibilidades e desafios de transformação social inspirados pelo movimento estudantil dessa Universidade, contrastado pelas marcas de conservadorismo elitista que parecem caracterizá-la, e mais: a impressão de que desconhecemos, enquanto latino-americanos e enquanto estudiosos da educação, a história dessa Universidade e seu movimento estudantil, suas lutas, confrontos, problemas e desafios, na mesma medida em que desconhecemos profunda e sistematicamente o país que em que está situada. Passados quase cinco anos de minha viagem ao Haiti, essa é a problemática sobre a qual, finalmente, escolho debruçar-me.

## **Entre o trabalho esperado e o conquistado<sup>9</sup>**

---

<sup>8</sup> Apenas uma minoria das escolas privadas são “credenciadas” e isso, no Haiti, significa que receberam o aval do Banco Mundial ou do Banco Interamericano para o Desenvolvimento para seu funcionamento, conforme nos informa Relatório elaborado pela Columbia University, devidamente referenciado ao final. Quanto às Instituições de Ensino Superior privadas, o credenciamento seria responsabilidade da UEH, com a qual ela não tem conseguido cumprir.

<sup>9</sup> Essa seção foi profundamente inspirada pelos debates travados no âmbito do Seminário “*Epistemologías críticas y metodología de investigación: tópicos teóricos y prácticos*”, ministrado ao longo de 2012 pelo Prof. Carlos Figari, na plataforma de cursos virtuais da CLACSO. Com as leituras desse curso, em sua maioria, expoentes da literatura feminista e pós-colonial, vi-me encorajada a “*situar-me na pesquisa, admitir que os sujeitos que investigo têm voz e interesses próprios, admitir que eu mesma, pesquisadora, os tenho e, a partir daí, estabelecer uma negociação/conversa honesta com esses sujeitos*” (HARDING, 1987; HABER, 2011)

Nesse item, gostaria de retomar o projeto de dissertação que antecedeu e norteou o trabalho final ora apresentado, a fim de que alguns aspectos possam ser discutidos preliminarmente.

Naquele momento, o problema central a inspirar a pesquisa dessa dissertação assumiu o seguinte formato: Que **desafios/possibilidades** se impõem à UEH na tarefa de reconstruir-se e, enquanto espaço público privilegiado, auxiliar a (re)construção democrática do Haiti? De que forma as variações emergentes **desse binômio** podem redefinir o lugar da Política na Universidade (e da Universidade na Política) em um dos países mais pobres do mundo?

Por sua vez, os objetivos que elegi para conduzirem-me a uma resposta ao problema central apresentado foram: a) conhecer a trajetória histórica e a inscrição política da UEH, verificando em que medida se aproxima/distancia da tradição latino-americana; b) esboçar a situação geral da Universidade de Estado pós-terremoto, delineando os limites/possibilidades que se impõem à sua reestruturação; c) conhecer a comunidade acadêmica da UEH, identificando o papel que atribuem à Universidade Pública nesse período nevrálgico de (re)definição dos rumos do país; d) analisar a existência/potencialidade da articulação virtuosa entre comunidade acadêmica e sociedade civil para a (re)construção de espaços políticos horizontais e plurais no Haiti; e) pesquisar em que medida o modelo de gestão interna adotado pela Universidade comunga com os valores democráticos defendidos por sua comunidade acadêmica; f) pesquisar de que forma o ensino superior em geral, e o público em particular, vem sendo contemplados no plano de governo do novo presidente, eleito no início de 2011 e a existência ou não de uma política educacional definida nesse sentido, que evidencie ou ao menos dê pistas sobre papel que o governo atribui ao ensino superior em um projeto de país.

No momento de elaboração do projeto, as principais fontes de pesquisa com que contava eram cinco relatórios sobre a situação da Universidade de Estado do Haiti, elaborados por pesquisadores e institutos de pesquisa em sua maioria estrangeiros. Subsidiariamente, apontava a possibilidade de estabelecer contato virtual com estudantes e professores haitianos e, ainda mais remotamente, a possibilidade de voltar ao país, para a realização de pesquisa de campo. Aí tiveram

início as crises que enfrentei como pesquisadora e que, incentivada pela cosmovisão haitiana, decidi encarar como momentos pedagógicos e cheios de potencial construtivo, a redefinir os rumos desse trabalho.

Em maio de 2012, recebi a notícia de que minha maior chance de voltar ao Haiti (através do edital “*missão de curta duração*” da UFRGS, que alguns projetos de cada Programa de Pós-Graduação com financiamento de uma viagem de curta duração ao país escolhido) havia fracassado. Desde então, comecei a estudar outras possibilidades de ir ao Haiti, adequadas à minha modesta situação de bolsista de mestrado. Entre elas, a que me pareceu mais factível, depois de contatar a Embaixada Brasileira no Haiti e a Embaixada Haitiana no Brasil, foi a de solicitar uma “carona” em um dos inúmeros voos militares com destino ao Haiti, junto ao Ministério da Defesa, sob o argumento de que, lá, desenvolveria uma pesquisa que poderia interessar ao país.

Conquistado o aval do Ministério apenas no final de setembro, teria de aguardar a existência de dois lugares vagos (uma amiga, também pesquisando o Haiti, me acompanharia), que nos seria avisada a qualquer momento e exigiria partida imediata. Uma vez no Haiti, a historiadora haitiana Susy Castor, diretora do Centro de Pesquisa e Formação CRESFED, que tive o prazer de conhecer em 2008 e com quem, desde então, estabeleci uma correspondência frequente e fraterna, seria minha anfitriã, além de programar toda uma semana de atividades por lá. Vivi, assim, na expectativa de ir a qualquer momento ao Haiti até o fim de novembro de 2012, quando, então, recebemos a triste informação de que, em virtude dos danos trazidos pelo furacão Sandy, o contingente militar no país precisaria de reforços e, portanto, não haveria espaço nas aeronaves para quaisquer profissionais que não representassem socorro imediato.

Esse, entretanto, não foi o único luto que vivi em relação ao Haiti no ano de 2012. Desde abril, tão logo iniciei a agenda que havia programado para a condução de minha pesquisa, até outubro, quando admiti que teria, simplesmente, de buscar outras fontes, tentei, sistematicamente e sem sucesso, entrevistar estudantes haitianos indicados pelo Professor Jhon Picard Byron, coordenador da Faculdade de Etnologia da UEH, contatado, por sua vez, a partir da Profa. Normélia Parise, brasileira

que, de 2009 a 2012, coordenou, no Haiti, o centro cultural Censo Ortega<sup>10</sup> e lecionou literatura comparada na UEH.

Meu pedido ao professor foi de que indicasse alunos que pudessem comunicar-se em inglês ou espanhol, idiomas em que tenho bem mais fluência que o francês, cujas aulas iniciei apenas em janeiro de 2012, com a exclusiva finalidade de ampliar minha possibilidade de comunicação e pesquisa sobre o Haiti. Ante o silêncio dos alunos aos quais enviei inúmeros e-mails, alternadamente em língua inglesa e espanhola, tentei, com ajuda de minha professora de francês, uma aproximação nessa língua que, ao menos, rendeu-me algum indício de que os e-mails estavam sendo recebidos, já que vários alunos responderam, cumprimentando-me. Esse, entretanto, foi o máximo que consegui.

Depois de enviar o segundo e-mail – também em francês – onde explicava minha pesquisa, as questões em que me debatia e meu desejo de entrevista-los, pedindo que me informassem seu interesse ou não colaborar, nunca mais recebi resposta dos alunos. Apesar disso, ainda hoje recebo e-mails de alguns deles com convites para eventos, notícias interessantes, abaixo-assinados... Nada, entretanto, que remetesse aquele segundo e-mail, o que acabou por despertar-me inúmeras questões: o que o modo como tentei me relacionar com esses estudantes (negros, falantes do *créole*, cidadãos de um país “ocupado” pelo meu próprio país) pode dizer sobre mim e sobre eles e nossos respectivos lugares na minha pesquisa? Posso compreender a insistência em não responder aos meus e-mails como desejo de não colaborar em mais esse âmbito? Não permitir que eu me utilize da voz deles para falar em um tom que costuma ser depreciativo, estrangeiro, exótico, ou simplesmente ingênuo, incompleto, destituído das marcas, nuances, arestas e complexidades que os compõem e atravessam? Quem sou eu, nesse sentido, senão mais uma estrangeira bem intencionada que se propõe a falar de uma instituição - a Universidade Haitiana - desconhecendo tanto, ainda, do país onde ela está situada e que, portanto, a constitui e atravessa?

---

<sup>10</sup> O Centro Cultural Brasil-Haiti Celso Ortega Terra está ligado ao Departamento Cultural do Itamaraty e, segundo as notícias divulgadas em seu sítio oficial (<http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento/centro-de-estudos-brasileiros-haiti>) “vem articulando parcerias diversas com instituições acadêmicas e de difusão cultural do Haiti, investindo no estímulo ao desenvolvimento da pesquisa no país, tais como o INURED, A Associação dos Cineastas Haitianos, o Cineclube Glauber Rocha, o Instituto Francês do Haiti e a FOKAL, através da realização de programas e atividades conjuntas”.

Essas questões cristalizaram a evidência de que, durante muito tempo, desejei, ainda que de forma inconsciente, que os haitianos fossem *corpos dóceis*<sup>11</sup>, prontos a colaborar com a pesquisa, a produzir respostas que confirmassem o que eu vinha buscando, o que tornaria mais simples a tarefa de escrever sobre um contexto a que não teria acesso direto.

Nesse período, cheguei ao limite de problematizar o “*estar lá*”, tão defendido (por mim mesma!) na Antropologia, em contraponto à “escrita de gabinete”. No meu caso, o “*estar lá*” facilitaria muito a escrita, já que além de informações atualizadas, registro fotográfico próprio, entrevistas com autoridades, ampliaria minha legitimidade pelo simples fato de ter visitado, uma vez mais, o Haiti (o que, segundo o ditado haitiano - *só porque você está partindo, não quer dizer que um dia tenha chegado*- não quer dizer muito). Depois de minha estada lá, em 2008, vi que o tempo de “digestão” da realidade vista é longo e difícil. Corre-se, incessantemente, o risco de banalizar, reduzir, estereotipar e, assim, idealizar ou demonizar o Haiti. A conclusão a que chegava, cada vez que fazia esse raciocínio, é que o trabalho a ser feito daqui demandaria uma imersão profunda, seria muitíssimo mais difícil e exigente, mas seu resultado poderia ser bem mais complexo e, portanto, mais próximo à realidade cheia de arestas, contradições, sombras e nuances que constitui o Haiti.

O próximo passo foi admitir minha resistência à necessidade de aprender a ler em francês e começar a investir contra ela, com aulas regulares que me permitissem ter acesso – ainda que lento e difícil - ao que os próprios haitianos desejaram escrever, no momento em que escolheram fazê-lo, acionados por outro disparador que não a minha necessidade individual de produzir, no tempo estipulado, uma dissertação sobre eles. **Houve, aí, um redirecionamento decisivo de minha pesquisa e das fontes que a constituiriam: escreveria “com os haitianos” e não mais meramente “sobre eles” como, originariamente, pensava fazer e como seria mais simples fazer.**

---

<sup>11</sup> Expressão utilizada por Hommi Bhaba para referir-se a um modo de conceber a alteridade/diferença de forma pretensamente positiva, mas perversa na medida em que tira dos sujeitos a capacidade de agência e os identifica por suas carências. O corpo dócil é todo carência, resignação e humildade e jamais se rebela, protesta, revolta. Ver mais em BHABHA, Homi. O Local da cultura. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

Guiada pelas sugestões de Susy Castor e graças ao acervo riquíssimo que se encontra à disposição daquele que sabe o que buscar na Internet, acessei grandes clássicos haitianos das ciências sociais e humanas, cuja leitura jamais havia feito e que, progressivamente, conduziram-me a outros clássicos, cuja leitura apresentou-me um país em outros tons, outras dimensões e outras sonoridades. O Haiti que se revelava a mim era mais que um país denso, complexo, profundo, era um país potente e em fúria!

Graças às sugestões de Normélia Parise, tive acesso a romances clássicos da literatura haitiana e sobre o Haiti, que, ao me emocionarem, mostraram-me que a escrita sobre o país não pode prescindir desse componente a um só tempo poético, maravilhoso e devastador que geralmente fica de fora do trabalho que se pretende científico.

Descobri, ainda, que essa leitura de descobrimento merecia um capítulo próprio na minha dissertação, que esse Haiti pensado, problematizado e apresentado pelos próprios haitianos, eu não poderia presumir conhecido e tampouco poderia prescindir à contextualização de qualquer problema haitiano contemporâneo. Essa dimensão *situada* da pesquisa que hoje apresento – e que, originalmente, não estava prevista - pode ser considerada uma de suas contribuições mais importantes. É ela quem confere particularidade, historicidade, densidade aos dilemas haitianos, evitando os reducionismos que impelem à simples identificação “com os demais países pobres do continente africano” ou o mero contraste com seus vizinhos latino-americanos “mais desenvolvidos”. Decidi que o tempero desse capítulo ficaria por conta da literatura pós-colonial<sup>12</sup>, com destaque para Frantz Fanon, cuja potência da análise colonial me pareceu interessante para comentar a história e os caminhos haitianos.

---

<sup>12</sup> Ela pode, rapidamente, ser definida pela abordagem que investiga as continuidades do sistema colonial na realidade dos países submetidos a ele. Na América Latina, há um grupo bastante forte e consolidado, reunido em torno de Walter D. Mignolo, que se denomina “pós-colonial” ou “decolonial”. Na Índia, esse grupo reúne-se em torno da obra de Edward Said e, em Portugal, de Boaventura de Souza Santos. Para conhecer mais sobre esse movimento, indicamos CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (org). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://www.lapetus.uchile.cl/lapetus/archivos/1307460584CastroGomezSantiago-ElGiroDecolonial.pdf>

Quanto às leituras sobre a Universidade Pública Haitiana, devo a grande maioria delas à Internet. Em meados de 2012, descobri que a UEH possuía um sítio próprio e resolvi explorá-lo. Nele, encontrei documentos importantíssimos sobre o modelo de gestão adotado pela Universidade, referências a diversos grupos de estudo e discussão existentes, além do acesso à obra do Vice-Reitor de Pesquisa, Professor Fritz Deshommes, dedicada à história do movimento estudantil da UEH.

Além do sítio oficial da Universidade, em uma sequência de pesquisas aleatórias nos mecanismos de busca, deparei-me com um jornal virtual escrito por sociólogos e jornalistas haitianos, que acabou tornando-se uma das fontes mais potentes e inesperadas do segundo capítulo dessa dissertação. Por meio desse jornal - *Alterpresse* - descobri o Professor Jn Anil Louis-Juste, professor da Faculdade de Ciências Humanas da UEH e uma extensa sequência de editoriais de sua autoria dedicados à problematização do papel da UEH e de seu movimento estudantil frente à comunidade, aos saberes populares e à luta por uma democracia de moldes tipicamente haitianos. Esse foi um dos encontros mais fortes e elucidativos que tive ao longo da minha pesquisa. Forte porque a fala do professor Juste é uma fala política, engajada, provocativa. Elucidativo porque, na medida em que lia os textos e os argumentos de Juste e, depois deles, cartas abertas e uma série de outras manifestações elaboradas pelos estudantes da UEH também publicadas pelo jornal, percebia, com entusiasmo e luto, que o problema que eu me havia proposto enfrentar – e imaginava ter formulado de maneira inédita – não somente já havia sido formulado no Haiti e pelo Haiti, como vinha balizando uma série de ações, mobilizações e reivindicações do movimento estudantil haitiano que, ao final dessas leituras, descobri muito mais vivo e potente do que eu imaginara. A partir daí, percebi que minha contribuição poderia estar na difusão desse Haiti completamente ignorado, mas que, ao mesmo tempo, sempre esteve ali, à disposição do pesquisador interessado. Somou-se a essas fontes a obra de Susy Castor sobre o movimento estudantil, toda disponível no sítio oficial do CRESFED.

Quanto aos relatórios, que inicialmente eu pretendia usar como fonte essencial à escrita dessa dissertação, por estarem “atualizados” e referirem-se à situação pós-terremoto, acabaram sendo incorporados de outra forma à pesquisa. Não somente como fonte objetiva de dados, mas como discursos a serem analisados,

problematizados, contrastados com aqueles produzidos pelos próprios haitianos. Optei por não analisá-los a partir de sua adequação ou distância de algum modelo ideal, e tampouco tentei elaborar categorias, por imaginar que, ao “enquadrar” minha busca, deixaria de perceber/surpreender-me por dados/constatações que não coubesse na moldura eleita. Procurei não “estigmatizar” os relatórios, observando **apenas** suas tendências ou licenciosidades (o que, de fato, há!), mas estar aberta ao que “não se encaixava”, ao “desvio”.

Esse, aliás, foi o espírito que conduziu a leitura e a escrita dessa dissertação que, percebi, deveria estar aberta à surpresa, à incoerência, à imprevisão, ao desvio, sem uma moldura prévia onde encaixar as evidências colhidas, e violentamente aparar as arestas que comprometessem sua lógica ou coerência - e que, ao analisar o Haiti, só podem ser artificiais. Essa “forma de caminhar” traduz-se em um método “indisciplinado” ou “desviante” que, nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2000b:75), *“relativamente a-metódico, se constitui a partir de uma pluralidade metodológica”*. Ele responde ao entendimento de que *“cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos – ou a sua implosão - pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta”*. Boaventura ainda reconhece que *“ao lado da pluralidade metodológica está a tolerância discursiva, que reflete uma maior personalização do trabalho científico”*.

O resultado dessas decisões e mudanças de rotas é a dissertação que ora se apresenta. Apesar de - ou exatamente em razão disso- apresentada a um Programa de Pós-Graduação em Educação, ela é, em todos os aspectos, interdisciplinar e encontra-se dividida em dois capítulos, que se cruzam, alimentam e refletem. O primeiro, dedicado a apresentar um país que não posso presumir conhecido, coisa que faço *com ou por meio de* escritores haitianos. O segundo, dedicado a fazer conhecer uma Universidade e, essencialmente, seu movimento estudantil, suas lutas, desafios, práticas e saberes, que se tornaram, ao final, o novo problema a orientar essa pesquisa.

Para tornar o texto mais fluente, optei por traduzir livremente os trechos originalmente escritos em inglês e/ou francês, mantendo apenas a escrita original em espanhol. Há, nessa opção, o risco de minha má compreensão dos textos que traduzi,

que admiti correr diante do temor de produzir uma dissertação que não pudesse ser amplamente lida e compreendida. Quis, ainda, facilitar a incursão dos eventuais leitores na produção haitiana, para que a barreira linguística não possa seguir produzindo resistências nesse sentido.

Para facilitar a leitura, explico, de antemão, que as expressões que se encontram entre aspas, mas em letra regular, designam neologismos, ironias, ou construções criadas por mim. Aquelas de autoria alheia virão entre aspas, mas em itálico, seguidas, quase sempre, da referência autor/data. As expressões em língua estrangeira virão somente em itálico e aquelas a que se quer dar ênfase, em negrito.

Advirto, ainda, sobre a importância - ou melhor, a imprescindibilidade - que a leitura dos rodapés assume nesse trabalho. Por vezes, é ali que se encontrará o pensamento “desviante”, o devaneio, a relação. Sem os rodapés, esse trabalho corre o risco de tornar-se “redondo” e “artificialmente coerente” como ele não quer e não pode ser.

Por fim, para completar essa espécie de advertência/confissão sobre todo reposicionamento que vivi, enquanto pesquisadora, durante a escrita desse trabalho, peço que se garanta a ele o direito ao grito e o direito ao sonho. Para pensar de modo sensível, junto à periferia silenciada do mundo, não me bastou, por vezes, a palavra contida. Tornou-se necessário o drama e a potência do grito. E se o risco de mostrar essa escritura “desviante” foi, ainda assim, assumido, é porque movido pelo sonho e pela utopia, que pode, como o horizonte, tornar-se mais distante na proporção que se tenta dele aproximar-se, mas, em última medida, fez-me assumir o desafio da caminhada<sup>13</sup>. Peço que se aceite, assim, com generosidade, essa pesquisa que se assemelha a um jogo de espelhos, em que não se pode olhar algo sem ver quem escreve, onde o olho ganha status de fronteira, tão ligado ao que está dentro quanto ao que está no exterior. Essa nova forma de pesquisar, que descobri com o Haiti, admite e assume a pesquisa também como investigação de si desde algum lugar no mundo, com ele e para ele.

---

<sup>13</sup> O *direito ao grito*, que também está no título desse trabalho, foi inspirado na frase de Clarice Lispector, epígrafe dessa dissertação “*Porque há o direito ao grito, então eu grito*”, enquanto o *direito ao sonho* está embebido de Eduardo Galeano, presente em diversas de suas obras, mas sobretudo em seu “Livro dos Abraços”, onde também se encontra a parábola sobre utopia.

## CAPÍTULO I

### UM PAÍS A SER DESCOBERTO:

#### *Em busca de narrativas silenciadas sobre o Haiti*



*O Império Invisível*  
Jeannette Ehlers, 2012<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Jeannette Ehlers é uma artista plástica nascida em Trinidad e Tobago e radicada na Dinamarca, cujo trabalho foi exposto durante o evento *Be.Bop:Black Europe Body Politics*, realizado em Berlim, com objetivo de divulgar uma estética diaspórica e descolonial. Nessa instalação em particular (que é um vídeo, decomposto, aqui, em três fases, a artista trabalha com seu pai, Roy Clement Pollard, como narrador e performer de uma história de violência e submissão que remete tanto à escravidão colonial quanto a formas contemporâneas de exploração de homens e mulheres em virtude de sua cor. O efeito de “desaparecimento” do narrador e das falas ao longo do tempo remete ao processo de invisibilização/silenciamento a que são submetidos e, portanto, ilustram perfeitamente o espírito desse capítulo inicial.

## Considerações gerais sobre o capítulo

Michel-Rolph Trouillot, um dos mais importantes e reconhecidos antropólogos haitianos, publicou, em 1995, a obra *Silencing the past: Power and Production of History*. Nela, Trouillot chama a atenção para a ambiguidade, em muitos dos idiomas modernos, da palavra **história**, cujo uso vernacular indicaria tanto “*o que se viveu*” como “*aquilo que se disse ter acontecido*”. Haveria, assim, uma distinção explícita – mas nem sempre tornada consciente - da história **como processo** - da qual os seres humanos participam como atores - e da história **como narrativa** - da qual os seres humanos participam como narradores. Sobre tal divisão, Trouillot adverte que “*desigualdades experienciadas pelos seres humanos enquanto atores, repercutirão em poder assimétrico sobre a escolha dos fatos a serem inscritos como história*” (TROUILLOT 1995: 48).

Ao admitir que uma pluralidade de seres humanos, atravessados por relações de poder e subalternidade, pode produzir diferentes narrativas sobre processos e eventos sociais, mas que a maior parte de nós acessará uma única e artificialmente harmoniosa versão da história, Trouillot reconhece que algumas das narrativas produzidas são violentamente silenciadas. Em relação a esse silêncio, o autor afirma: “*trata-se [o silêncio] de um processo ativo e transitivo: alguém silencia um fato ou um indivíduo como um silenciador silencia uma arma*” (idem)<sup>15</sup>.

A historiografia haitiana é apresentada como um dos exemplos mais contundentes desse silêncio imposto, que se revela como *engajamento* e não como omissão, através de fórmulas que Trouillot identifica como “*fórmulas de encobrimento*” e “*fórmulas de banalização*”. Seus mecanismos seriam, respectivamente, a “*não menção*” intencional de eventos tão importantes quanto à Revolução Haitiana nos livros de história produzidos no Ocidente e a depreciação do sentido desse processo, quando é mencionado (TROUILLOT 1995: 04).

A leitura feita por Trouillot sobre o encobrimento e/ou banalização produzidos em relação à Revolução Haitiana pela historiografia europeia desafia-me a

---

<sup>15</sup> Há uma estreita proximidade entre a teoria do silenciamento proposta por Trouillot e aquela da “*construção da inexistência*” proposta por Boaventura de Souza Santos em seu “*Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*” devidamente citado ao final.

pensar sobre a densidade com que nós, seus vizinhos latino-americanos, conhecemos não apenas esse evento paradigmático, mas a história haitiana de forma geral<sup>16</sup>. Parece-me claro, nesse ponto, que há toda uma construção a ser empreendida, que todo um país necessita ser retirado do silêncio opressor.

Entretanto, ao decidir enveredar por essa difícil e necessária reconstrução das “*narrativas da nação*”<sup>17</sup> haitiana, como escolher os eventos a serem trabalhados e aqueles que ficarão de fora? Que critérios empregar na decisão do que é relevante? E, uma vez decidido, a partir de que perspectiva narrá-los?

Inspirada pelo texto de Trouillot e sua defesa de um contínuo “*alargamento das fronteiras da produção histórica*” opto pela adoção de uma perspectiva crítica frente às distintas narrativas formuladas sobre o Haiti, assentadas sobre relações de poder e subalternidade que pretendo deixar evidentes na escrita. Algumas delas tornaram-se hegemônicas e inspiraram desde as políticas adotadas pelos governos nacionais até os discursos e práticas de organizações multilaterais e da imprensa internacional, que encontra no país uma fonte contínua de catástrofes a

---

<sup>16</sup> Em pesquisa realizada junto à biblioteca Scielo (Scientific Electronic Library Online), optando-se pela pesquisa em base de dados regional latino-americana, a expressão “*revolución haitiana*” e/ou “*revolução haitiana*”, indicou apenas 05 trabalhos publicados em revistas indexadas, um deles na Venezuela, outro na Argentina e três publicados no Brasil. Repetindo a pesquisa na plataforma da “Red de Bibliotecas Virtuales” do Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales, o resultado é mais expressivo: há 48 trabalhos que ao menos citam a revolução haitiana. Entretanto, quando comparamos ao número de citações para “*Revolução Francesa*” na mesma base de dados, o número salta para quase 700 trabalhos. Apesar da escassez de artigos científicos, há trabalhos importantes produzidos sobre o Haiti no continente, dentro e além da esfera acadêmica. Menciona-se, no Chile, o romance *Isla sobre el mar* de Isabel Allende e no Uruguai, o trabalho de Eduardo Galeano. Merecem destaque também o trabalho de Walter Mignolo, na Argentina e de Emir Sader no Brasil, com a publicação da *Enciclopédia Latino-Americana*, onde um longo verbete é dedicado ao Haiti. Entretanto, é na literatura Caribenha que a Revolução teve maior impacto. Prova disso são obras inteiras dos martinicanos Glissant (com a peça *Monsieur Toussaint* (1961)) e Aimé Césaire (com o *ensaio Toussaint Louverture* (1962) e a peça *La tragédie du roi Christophe* (1963)), dos cubanos Alejo Carpentier (com o romance histórico *El Reino de este Mundo*) e Roberto Fernández Retamar, do trinidadiano C.R.L. James (com a obra, traduzida para o português, “*Jacobinos negros*”), do guadalupeano Daniel Maximin, entre outros.

<sup>17</sup> O indiano Hommi Bhabba é quem propõe essa terminologia em “*Nation and Narration*”. Sua tese é a de que “*a partir das tradições do pensamento político e da linguagem literária é que a nação surge no Ocidente, como uma poderosa ideia histórica*” A obra encontra-se devidamente referenciada ao final. Também o politólogo americano Benedict Anderson trabalha nessa perspectiva, principalmente em sua obra “*Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008”.

serem relatadas. Outras, ainda que reconhecidas entre os intelectuais haitianos – e defendidas por alguns – seguem silenciadas fora dos limites nacionais<sup>18</sup>.

Os eventos tratados serão aqueles que mais frequentemente aparecem nas narrativas sobre o país: a Revolução de 1804 e o período imediatamente posterior, a ocupação americana em 1915, a ditadura Duvalier, a eleição de Jean Bertrand Aristide e, mais recentemente, a ocupação do país pelas Nações Unidas na forma de uma Missão de Estabilização (MINUSTAH).

Mais do que eventos, entretanto, interessam-nos os significados atribuídos aos mesmos e o modo como impactam a visão que se tem sobre o Haiti, atravessando a compreensão de seu passado, seu presente e seu destino.

## Uma Revolução fora da História

“Os trovões pareciam romper-se numa avalanche sobre os penhascos, quando os representantes dos escravos da Planície do Norte alcançaram a mata cerrada de Bois Caimán, sujos de lodo até a cintura, trêmulos sob as camisas encharcadas. Apesar da escuridão, era garantido que nenhum espião tivesse penetrado na reunião. O aviso havia sido dado à última hora por homens de confiança. Embora se falasse em voz baixa, o rumor da conversação enchia todo o bosque confundindo-se com o constante chiado do aguaceiro caindo na folhagem das árvores. Súbito, uma voz potente alçou-se no meio daquele congresso de sombras. Havia muito de evocação e de salmos naquele discurso cheio de gritos e de inflexões coléricas. Era Bouckman quem falava daquela maneira. Ele deixou cair a chuva sobre as árvores durante alguns segundos, como para esperar por um raio que se lançara no mar. Então, pasado o ruído do trovão, declarou que um Pacto havia sido selado entre os iniciados daqui e os grandes Loas da África, para que a guerra fosse iniciada sob os signos propícios. E das aclamações que agora retumbavam em torno brotou a admoção final: — *O Deus dos brancos ordena o crime. Nossos deuses pedem vingança. Eles guiarão nossos braços e nos darão ajuda. Quebrem a imagem do Deus dos brancos, que têm sede das nossas lágrimas; escutemos dentro de nós mesmos o apelo da liberdade!* Os delegados tinham esquecido a chuva que lhes escorria pela barba até o ventre, endurecendo o couro dos cinturões. Estourou um alarido em meio à tormenta. Junto a Bouckman, uma negra ossuda, de longos membros, dançava fazendo gestos circulares com um facão ritual. O facão penetrou subitamente no ventre de um porco negro, que botou para fora, em três urros, as tripas e os pulmões. Então, chamados pelos nomes de seus amos, já que não tinham mais sobrenome, os delegados desfilaram, um a um, para untarem os lábios com o sangue espumoso do porco, recolhido

<sup>18</sup> No Brasil, este silêncio começa a ser rompido com o trabalho de Omar Ribeiro Thomaz, professor da UNICAMP e com os estudos produzidos por alunos do mestrado e doutorado em antropologia do Museu Nacional/UFRJ, disponíveis na biblioteca digital dessa instituição.

numa enorme tigela de madeira. Em seguida, caíram de bruços sobre o chão molhado. O estado-maior da sublevação estava formado.”

(CARPENTIER)

A passagem acima foi reproduzida integralmente, apesar de longa, por ser uma das mais célebres descrições da Cerimônia de Bois Caimán<sup>19</sup>, ritual vodu que teria precedido e preparado a Revolução Haitiana (ou de *Saint Domingue*), a maior revolução de escravos de que se tem notícia na história da humanidade. Escolhemos Carpentier e sua literatura “*do real maravilhoso*”<sup>20</sup> para enunciá-la porque, seguindo as pegadas do pensador e poeta antilhano Édouard Glissant, acreditamos que “*o passado não deve ser recomposto somente de maneira objetiva (ou mesmo subjetiva) pelo historiador. Deve também ser sonhado de maneira profética*” (GLISSANT 1997:102-103). Nessa esteira, o passado haitiano “sonhado” por Carpentier nos ajuda a evidenciar que mais do que uma improvável “Verdade absoluta” sobre esse evento/processo, interessam-nos os significados atribuídos a ele e o modo como integra o inconsciente coletivo haitiano. Ainda mais porque a Revolução nos parece ser a pedra fundamental de uma suposta identidade haitiana e fundadora de uma “mitologia nacional”, dentro da qual invoca ora a glória de viver em um país que lutou até a morte pela liberdade, ora a ruína que estaria por vir sob a forma de pobreza e mais opressão.

Interessa-nos, ao abordar a Revolução Haitiana (ou de *Saint Domingue*), evidenciar o país que ali teve seu berço como lugar de enfrentamento e luta contra a escravidão; como espaço onde foi gestada e se disseminou a ideia de liberdade e independência no restante da América colonizada; como espaço de denúncia da barbárie imposta pelo colono que se compreendia superior (MIGNOLO 2003: 48). No

<sup>19</sup> *Caimán* significa “jacaré” no *créole* haitiano, uma referência ao formato da Ilha (da qual o Haiti seria a boca) e também à floresta onde foi celebrada a cerimônia ritual.

<sup>20</sup> A própria corrente *do maravilhoso* na literatura latino-americana, formada ainda por Borges e Garcia Marquez, deve, ao menos no caso de Carpentier, muito ao Haiti. Ele próprio o anuncia no Prólogo do livro citado: “*Em fins de 1943 tive a sorte de visitar o reino de Henri Christophe - as ruínas, tão poéticas, de Sans-Souci; a grandeza imponente da Cidadela La Ferrière, intacta apesar dos raios e dos terremotos - e de conhecer a ainda normanda Cidade do Cabo, o Cap Français da antiga colônia, onde uma rua cercada por longuíssimos balcões conduz ao palácio de pedras brancas habitado antigamente por Paulina Bonaparte. Depois de sentir o tão bem propalado sortilégio das terras do Haiti, de ter encontrado as advertências mágicas pelas estradas de terra vermelha da Meseta Central, de ter ouvido os tambores de Petro e Rada, fui tentado a aproximar aquela maravilhosa realidade recém-vivida à exaustiva pretensão de suscitar o maravilhoso que caracterizou certa literatura europeia nestes últimos trinta anos.*” (CARPENTIER 1998: XV). Grifo nosso.

limite, interessa-nos evidenciar o Haiti como espaço simbólico de resistência contra todas as tentativas dos colonos – naquele momento, quase todos homens - brancos de impor a desumanização de seus colonizados –homens e mulheres –negros. Parece-nos, a partir da leitura de inúmeras obras escritas por intelectuais haitianos, que esse espírito de não submissão, de não adaptação e não aceitação da lógica e do modelo de dominação impostos será irremediavelmente associado a um “modo de ser haitiano”, um *habitus*, na concepção de Bourdieu<sup>21</sup>, percebido ora como algo positivo e peculiar do povo haitiano, ora como razão de uma suposta incapacidade de integrar-se ao progresso e ao desenvolvimento.

Falar da Revolução de 1791 exige, assim, falar do contexto colonial onde foi gestada e executada. Falamos em contexto, assim no singular, para reforçar a noção do martinicano Frantz Fanon de que o contexto colonial não é dado a complexidades, mas, ao contrário, à sua supressão. É, assim, brutal em seu maniqueísmo e em sua repetição, onde e quando quer que aconteça.

Em “*Os condenados da Terra*”, Fanon oferece-nos aquele que talvez seja o retrato mais forte e visceral já produzido sobre a estrutura colonial<sup>22</sup> que, para o autor, trata-se de “*um mundo cortado em dois*”. Ele explica:

A zona habitada pelos colonizadores não é complementar à zona habitada pelos colonizados. Essas duas zonas se opõem. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, elas obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colonizador é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade

<sup>21</sup> Bourdieu propõe que o conceito de “*habitus*” seja utilizado “*como um instrumento conceptual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social*” (BOURDIEU 1983: p. 66). É importante dizer, entretanto, que o conceito tem uma longa história nas Ciências Humanas. Um apanhado interessante sobre o tema pode ser encontrado em WACQUANT, Loïc. *Notas para Esclarecer a Noção de Habitus*. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/WacquantArt.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2012.

<sup>22</sup> A obra de Frantz Fanon – composta, essencialmente, por “*Pele Negra, Máscaras Brancas*” e o citado “*Os condenados da Terra*” - vem sendo considerada por muitos intelectuais latino-americanos como o berço de um pensamento *pós-colonial*. Em relação à obra citada nesse capítulo, destacamos o fato de que foi escrita por Fanon quando havia retornado da guerra de libertação da Argélia, na qual se envolveu, e já sabia que não sobreviveria, vítima de um câncer devastador aos 34 anos. Na época, a obra foi amplamente criticada por ser compreendida como “*datada*”, já que com ela Fanon buscava lançar uma crítica profunda ao sistema colonial ainda presente na Argélia na década de 60. Ainda hoje, ela é mais conhecida pelo prefácio escrito por Sartre do que por seu conteúdo mesmo. Uma interessante análise da recepção da obra de Fanon no Brasil pode ser encontrada em GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. *A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 81, July 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200009&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Dec. 2012

iluminada, asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, nunca vistos, nem mesmo sonhados.(...) A cidade do colonizador é uma cidade empanturrada, preguiçosa. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a medina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado por homens mal afamados. Ali nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada, de pretos, de turcos. (FANON 2010: 55-56)

A brutalidade dessa lógica faz sentido na colônia de *Saint Domingue*, fundada no espaço originalmente habitado por tribos *Arawak* que o chamavam *Ayti* (região de montanhas)<sup>23</sup>.



Figura 1. Mapa de *Saint Domingue*

Fonte: (Nicolas De Fer. 1723) Collection numérique: [http://www.comite-memoire-esclavage.fr/Comité Pour la Mémoire de l'Esclavage \(CPME\).](http://www.comite-memoire-esclavage.fr/Comité Pour la Mémoire de l'Esclavage (CPME).)

<sup>23</sup> A Colônia de *Saint Domingue* foi o primeiro território americano “descoberto” por Colombo. Os povos *Arawak* foram integralmente dizimados com sua chegada. Colombo rebatizou a ilha de Hispañola, e, mais tarde, graças à disputa por território com os franceses, passou a ser chamada “Colônia de Saint Domingue/São Domingos”. A parte oriental da ilha (entregue às franceses) corresponde ao território haitiano, enquanto a outra parte (que permaneceu com os espanhóis) corresponde à República Dominicana. A ilha encontra-se próxima à Cuba e à Jamaica, na região Caribenha.

*Saint Domingue* foi considerada a mais rica colônia europeia de todos os tempos e estava fundada no regime da *plantation*, modelo de exploração de terras baseado na monocultura de exportação em grandes latifúndios e emprego maciço de mão-de-obra escrava. Em virtude das toneladas de açúcar e café exportadas que se convertiam em riquezas incalculáveis aos colonos franceses, a colônia foi apelidada “*Pérola das Antilhas*”.

Essa sociedade, como aquela descrita por Fanon, conhecia uma divisão profunda e totalizante, apresentada por Gerard Barthélemy<sup>24</sup>, francês radicado no Haiti, como “*um critério de diferenciação fundamental entre os homens e os não-homens*”(BARTHÉLEMY 1989:87).

A hierarquia colonial que ditava o pertencimento a um ou outro extrato estava baseada na cor, na liberdade, e na propriedade, embora atravessada por questões como local do nascimento, grau de adaptação ao regime da *plantation*, conversão ao cristianismo, etc. Isso quer dizer que, entre uma minoria branca, livre e proprietária (nascida na França) e uma vasta maioria negra, escrava e propriedade (nascida na África e identificada como “*bossais*”) existiam categorias intermediárias. Essas categorias eram produzidas pelos atravessamentos das extremas, e comportavam negros escravos nascidos na colônia e adaptados à dinâmica da *plantation* (chamados “*criolos*”), e negros e mulatos libertos (chamados “*gente de cor*” ou “*afrancesados*”), também nascidos na colônia, proprietários, falantes do francês e inclinados aos costumes europeus. A divisão dual persiste, entretanto, porque a existência das classes intermediárias, ou melhor, de categorias intermediárias, é, de certa forma, “autorizada” pela elite hegemônica.

Sobre as dobras dessa estratificação social no contexto colonial, Fanon reflete que “*a infraestrutura econômica é também superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco – ou menos negro – porque é rico*” (FANON 2010: 56).

Ser negro e escravo, nesse contexto, implicava viver sob a égide do *Code Noir*, o código legislativo francês para as colônias, elaborado em 1685 e sancionado

---

<sup>24</sup> O francês Gérard Barthélemy (antropólogo, economista, cientista político, etc) viveu grande parte de sua vida no Haiti, reconhecendo-se, mesmo, como haitiano. Sua obra é dedicada a compreender a profunda segmentação existente no Haiti desde as vésperas da Revolução até os dias atuais e cujos termos serão apresentados ao longo desse capítulo.

por Luís XIV, sendo erradicado definitivamente somente em 1848. O Código legalizou não apenas a escravidão, o tratamento de seres humanos como propriedade móvel, mas também a marcação a ferro, a tortura, a mutilação física e o assassinato de escravos que procurassem questionar a condição desumana a que foram relegados (BUCK-MORSS 2011: 136).

A propósito disso, é importante salientar que o contexto colonial parece ter oferecido o ambiente mais propício para a transformação do etnocentrismo europeu em racismo científico. Não havia que existir má consciência em relação aos negros escravizados, afinal, eram “naturalmente distintos” e inferiores aos brancos, cuja hegemonia era dada como certa e irrefutável<sup>25</sup>. Sobre essa desumanização imposta ao colonizado, Fanon acrescenta que, no limite, ela é um processo de animalização: *“a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz-se alusão ao mau cheiro, à proliferação, às emanações”* (FANON 2010:59)<sup>26</sup>. A referência feita é a um *“bestiário, impermeável à ética, à estética e aos valores”*, equiparáveis a cavalos ou mulas<sup>27</sup>.

Por essas razões, na opinião de Trouillot, o levante que desembocou na Revolução haitiana não pôde ser previsto pelos colonos franceses, que desconheciam profundamente os colonizados, sua língua, suas práticas e, principalmente, sua força e capacidade de mobilização.

Em 1791, enquanto uma Europa que se pretendia libertária combinava o discurso igualitário com as práticas mais vis de escravidão, meio milhão de escravos, somados às categorias intermediárias citadas de negros e mulatos - que buscavam um estatuto de igualdade em relação aos brancos - tomava nas próprias mãos as rédeas da

---

<sup>25</sup> Há, no citado “Silencing the Past...” de Trouillot, um capítulo inteiro dedicado à questão, onde o autor revisita a literatura europeia dos séculos XV a XIX. Ver: *“A certain idea of man”*, pg 74-83.

<sup>26</sup> Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon trata diretamente dessa questão, chamando a atenção para duas formas aparentemente opostas, mas igualmente daninhas de tratamento do negro africano pelo branco europeu: a abominação, que advém da ligação do negro com uma sorte de violência não contida (tipicamente adolescente), de uma animalidade bestial (de que já se falou) e, de outra mão, de sua idiotização, como se fosse uma eterna criança, boba e inocente, incapaz de pensar como adulto, servindo apenas para divertir o europeu.

<sup>27</sup> Nos referimos, aqui, à uma passagem citada por Trouillot de um discurso parlamentar realizado em 1789, às vésperas da Revolução Haitiana (TROUILLOT 1995:79).

luta pela liberdade por meio de uma revolta planejada em *créole*, abençoada pelos *Loas* africanos e iniciada com a grande cerimônia vodu de *Bois Caimán*<sup>28</sup>.

O que se segue é uma insurreição fundada na organização e violência extrema, para a qual se aplica bem, apesar de sua radicalidade, a compreensão de Sartre<sup>29</sup> segundo a qual, em contextos coloniais onde palpita a revolução “*abater um europeu é matar dois coelhos com uma só cajadada, suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre*”.

Em 1793, esses homens - reforçamos, negros escravos em sua quase totalidade - conquistaram o fim da escravidão e, no ano seguinte, forçaram a República Francesa a aceita-lo como fato consumado e ampliá-lo a todas as colônias francesas. Aí, imaginamos que a revolução tenha alcançado o que Fanon entende como “*ponto de não retorno*”. Já não era possível voltar a viver como antes. A liberdade conquistada com sangue e morte tinha de ser protegida.

Assim, de 1794 a 1800, agora como homens livres, esses antigos escravos lutaram para manter sua conquista frente às tropas britânicas. O exército negro, sob o comando do ex-escravo Toussaint-Louverture, derrotou militarmente os britânicos, impactando, segundo diversos autores (BUCK-MORSS, TROUILLOT, GENOVESE, JAMES) o movimento abolicionista na Grã-Bretanha e impulsionando a suspensão britânica do tráfico de escravos em 1807.

Em 1802, foi a vez de Napoleão investir para o restabelecimento da escravidão e do Code Noir em *Saint Domingue*, ordenando a prisão e a deportação de Toussaint Louverture à França, onde morreu aprisionado em 1803. Em 1º de janeiro de 1804, depois de vencer as tropas napoleônicas, sob a bandeira de “*liberdade ou morte*”, o novo líder militar, também nascido escravo, Jean-Jacques Dessalines, deu o passo final ao declarar a independência em relação à França, combinando, assim, o fim da

---

<sup>28</sup> A cerimônia vodu aparece e desaparece das narrativas sobre a Revolução Haitiana. Em Trouillot, por exemplo, ela não é mencionada, enquanto em James (2007) e Price-Mars ela é especialmente importante, já que Bouckman, o líder vodu que a teria realizado, conclama os haitianos a destruir não somente os colonos que lhe impõem a escravidão, mas tudo que é utilizado para exercê-la, para que nunca mais aconteça. O líder teria ainda inspirado os revoltosos a entoar os cânticos voduístas durante as batalhas, para enfraquecer e assustar seu inimigo. Esse episódio, cuja ocorrência pouco nos importa, já que sua existência simbólica é incontestável, faz com que a nação nascida ali, com a Revolução, esteja profundamente relacionada ao vodu. Como se falar de Haiti implicasse falar de vodu (DALMASO 2009)

<sup>29</sup> A citação de SARTRE foi retirada de seu prefácio à “Os condenados da Terra” de Fanon, que, devido à fama de Sartre ficou amplamente mais conhecida que o próprio texto de Fanon.

escavidão com o fim da condição colonial. A recusa do nome francês dado à ilha e o retorno a seu nome original *Ayti* (agora Haiti) marca a recusa da dominação, a busca da liberdade em todos os níveis. Até aquele momento jamais uma sociedade escravista havia sido capaz de derrubar sua classe dirigente e proclamar um Estado livre.

A vitória dos revolucionários de *Saint Domingue* resulta não somente na proclamação de um novo Estado, livre e independente, mas no questionamento profundo das certezas europeias em relação aquele “negro-animal” que até então era instrumento de sua riqueza.

Em “*Silencing the Past*”, Trouillot chega ao limite de dizer que a Revolução Haitiana permanecia *impensável* mesmo quando já estava em curso. Cita, para comprovar sua tese, trechos de discursos parlamentares proferidos na França que apontavam inúmeras razões para que as notícias que chegavam daquela revolução fossem falsas:

- a) Qualquer um que conheça os negros tem de dar-se conta de que é simplesmente impossível que milhares deles consigam se reunir tão rápido e agir em concerto;
- b) Escravos não teriam condições de conceber uma revolução como essa por si próprios, e mulatos e brancos não seriam tão insanos a ponto de incitá-los à violência em larga-escala;
- c) Ainda que um enorme número de escravos se houvesse rebelado, a superioridade das tropas francesas os teria rapidamente derrotado. (TROUILLOT 1995:90-91)

Quando a tentativa de tornar a revolução inexistente não podia mais ser empreendida, a opção passou a ser a banalização de seu significado, conforme a estratégia identificada por Trouillot para o silenciamento dessa grande Revolução. Passou-se, assim, a ora encobrir as reivindicações por liberdade e pelo fim da situação colonial, verdadeiras bandeiras da Revolução Haitiana, com o descontentamento de alguns escravos que, sendo muito maltratados por seus senhores, teriam passado a odiá-los, desejando mata-los por vingança, ora a sugerir que a revolução haitiana foi subproduto da Revolução francesa, essa sim original e universal (GENOVESE 1983: 93).

Se as categorias criadas e sustentadas por europeus são questionadas, a Revolução também teve o condão de ascender, entre os negros de todo o mundo, uma nova compreensão de sua natureza e do alcance de suas ações, como percebemos na citação feita por Genovese do discurso de William Watkins durante um encontro de negros livres em Baltimore, em 1825 (idem: 97):

O Haiti fornece um argumento irrefutável para provar que nós, os descendentes da África, jamais fomos designados por nosso criador para sustentar uma inferioridade, ou até mesmo uma mediocridade na cadeia da existência.

Na mesma obra, *“Da Rebelião à Revolução: As revoltas de escravos negros nas Américas”*, Genovese aponta a importância da Revolução Haitiana para impulsionar a luta contra a escravidão nos estados escravagistas dos Estados Unidos, os levantes de escravos na Guiana Inglesa, na Jamaica e mesmo no Brasil (na Bahia), além de servir de inspiração à luta pela independência nas colônias latino-americanas ainda submetidas ao regime colonial<sup>30</sup>.

No entanto, a euforia da vitória sobre o branco-colonizador e sobre o regime alienante da plantation cederam, em pouco tempo, lugar à perplexidade sobre o rumo a tomar nesse país então independente.

## **O Estado Haitiano pós-Revolução, as continuidades coloniais e o desvio**

Laennec Hurbon, importante sociólogo haitiano, descreveu a época que se segue como aquela em que, buscando provar a uma Europa racista que um Estado comandado por negros poderia ser tão moderno quanto o seu, a perspectiva de um projeto original e autêntico foi perdida em favor de um Estado nos moldes europeus (HURBON 1988: 87). Embora livres da presença física do colonizador, o fantasma do estigma de inferioridade que cercava o recém-proclamado Estado negro do Haiti parece ter conduzido o primeiro século pós-independência. Este período, bastante conturbado, começou com o assassinato do líder Dessalines por um grupo de mulatos, grandes proprietários de terra e defensores da produção em larga escala, descontentes com os projetos de reforma agrária e priorização da cultura de

---

<sup>30</sup> Essa inspiração desdobrou-se em instrumentalização do processo de independência levado a cabo por Bolívar, que pouco antes disso visitou o Haiti em busca de conselhos estratégicos e armas. Também essa informação parece ter sido suprimida de nossa história latino-americana.

subsistência manifestados por Dessalines. A partir daí, o país dividiu-se em dois: um reino, ao norte, conduzido pelo negro Henri Christophe e uma República, ao sul, conduzida pelo mulato Alexandre Pétion. Vê-se também acentuar-se uma outra divisão no novo Estado, entre o que pode ser compreendido como o país “oficial” com seus governos, sua elite econômica e seu proletariado e outro “não-oficial”, associado desde logo aos negros *bossais*, uma espécie de *lupenproletariado* cujo projeto era não somente a independência da França, mas a libertação de todo o sistema colonial e seu aparato de opressão.

Se analisarmos essa época por meio da conduta do “país oficial”, podemos entender que a estrutura conduzida a partir dali encontrava-se em continuidade com o regime de posto, privilegiando, na condução do processo, aqueles familiarizados com o sistema colonial francês e seu funcionamento, como se a única diferença efetivamente trazida pela Revolução houvesse sido a sucessão no topo da pirâmide hierárquica. Ainda, cita-se toda uma inclinação – vista em ambos, governo do Norte e Sul – ao modo de vida francesa, sua língua, política, história, literatura e até suas vestimentas e arquitetura. Segundo Hurbon (1986), essa lógica mostra o impacto profundo da colonização, já que o haitiano, mesmo livre, parece acorrentado ao antigo opressor e à necessidade de provar-lhe sua condição de ser humano nos padrões ditados de lá.

Evidência disso foi a tentativa sistemática de banir (ou encobrir) as práticas vodúístas e o idioma *créole* - profundamente identificado com elas<sup>31</sup> - do novo Estado, este Haiti que identificamos como “oficial”.

Quanto ao vodou, o problema estava em sua associação - liderada pela Igreja católica, e amplamente difundida no mundo europeu - com a ignorância e superstição de um “povo atrasado” ou mesmo com culto demoníaco, que evidenciava a inexistência de temor a Deus<sup>32</sup>. Em 1860, como resposta a esse discurso, o governo haitiano assinou uma concordata com o Vaticano que estabeleceu o catolicismo como religião oficial e inaugurou um longo período de “caça às bruxas” aos vodúístas no

---

<sup>31</sup> Na introdução do livro “Vodou haitiano: espírito, mito e realidade”, os haitianos Patrick Bellegard-Smith e Claudine Michel esclarecem que “*diferente do que ocorreu com o uso do ioruba como língua litúrgica tanto na santeria cubana quanto no candomblé brasileiro, o créole, língua falada durante todo o período da independência em 1804, prevaleceu como língua litúrgica do vodou haitiano*”.

<sup>32</sup> Segundo Bourdieu (1976), essa oposição entre os detentores do monopólio da gestão do sagrado e os leigos definidos como profanos, é a base do princípio da oposição sagrado/profano, que prevê “a manipulação legítima (religião) e a manipulação profana ou profanadora (magia e feitiçaria) do sagrado”.

país. Essa concordata tinha como meta elevar o país à "*civilização, o oposto da barbárie e da superstição representadas pela africanidade radical*" (HURBON 1987: 70).

Neste período, o clero desempenhou o mesmo papel que teve durante a colônia: o de legitimar o Estado e a burguesia haitiana que, segundo Hurbon, seguiam praticando o vodu, como a maioria dos haitianos. O resultado, assim, não foi o banimento pretendido (ou ao menos oficializado), mas a sedimentação dos laços entre o vodu e o segredo. Sobre isso, Erica Larkin Nascimento, em prefácio ao livro "*Vodou Haitiano: Espírito, mito e realidade*" esclarece:

Ao esconder sua identidade religiosa diante das instâncias oficiais, os fiéis de religiões negras adotavam uma atitude de proteção de si mesmos e de suas comunidades. Tal postura não é estranha à própria teologia de matriz africana, em que a proteção e o segredo frequentemente se combinam. (Nascimento In Bellegard-Smith 2011:21)

Essa atitude só pôde ser mantida, segundo Nascimento, porque o vodu, diferentemente das religiões oficiais, não tinha a conversão de fiéis como um de seus propósitos. Ao contrário:

Acolhiam [os voduístas] a quem se dispusesse a seguir os ensinamentos necessários para aprofundar-se no relacionamento entre o ser-humano e o segredo cósmico. A salvação tampouco os preocupava porque não postulavam nem pecado nem culpa original e, portanto, não precisam se autoproclamar os únicos donos da verdade. Ocupavam-se sim, eminentemente, da ética e da responsabilidade social e ambiental, inclusive como necessidade de proteção mútua e coletiva. O lugar do segredo nessa ética a diferencia da moral pública da sociedade civil; ele, o segredo, se mistura com a proteção num duplo sentido: proteção do indivíduo na sua caminhada existencial e proteção da comunidade na sua convivência social e com a natureza. (idem ao anterior)

É importante acrescentar que, reconhecido como religião dos revolucionários, verdadeira arma da resistência negra<sup>33</sup>, o vodu sempre foi temido pelos governantes haitianos por sua capacidade de aglutinação popular. Assim, nesse momento pós-Revolução, a adoção da Concordata do Vaticano também pode ter sido compreendida pelos líderes do momento como elemento "desmobilizador" daquele

---

<sup>33</sup> Esse é, alias, o título em português de um dos mais interessantes trabalhos de Hurbon, sociólogo haitiano já citado. Ver: HURBON, Laennec. *O Deus da Resistência Negra*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1987.

potencial contestatório latente. Entretanto, é necessário frisar, para além de praticar o vodu por meio de seus ritos, o fiel o vive de maneira holística e integral. O vodu afirma-se no Haiti – como muitas outras religiões de matriz africana pelo mundo – como cosmovisão, como lente a partir do qual se olha e compreende o mundo e se participa dele. Assim, exigir do haitiano que abandone o vodu significa alijá-lo ao mesmo tempo do élan que o mantém atado à vida e aos outros e da teia de significados onde está inscrita a sua própria existência<sup>34</sup>.

Quanto ao *créole*, era compreendido fora do Haiti – e também dentro, pelas novas elites francófonas – como um “*francês mal falado*”, idioma de analfabetos e prova de atraso cultural (HURBON; PRICE-MARS). Não à toa, o *créole* haitiano foi sistematicamente sendo ligado a uma massa ignorante, uma “horda” distante da concepção dominante do “homem civilizado” a ser distanciada da política por meio da adoção do francês como língua oficial do país e extirpada pouco a pouco através do ensino formal<sup>35</sup>.

Parece-nos claro que, na impossibilidade de seguir “*docilizando os corpos*”<sup>36</sup> daqueles negros que haviam lutado até a morte - e matado milhares de franceses - por liberdade, a opção passou a ser estigmatizá-los como um povo mergulhado em ignorância e barbárie. A solução vista pela elite que queria lugar na “civilização” foi despojar o país de sua herança africana e substituí-la (ou ao menos maquiá-la) pela francesa. É importante ressaltar, nesse ponto, que ambas as iniciativas dirigiam-se, sobretudo, ao Haiti “não oficial” de que falamos no início dessa seção,

---

<sup>34</sup> Voltaremos ao tema ao longo dessa dissertação, já que o percebemos como uma das chaves para a compreensão do Haiti e da força e potencial de sua cultura popular. Por enquanto, basta exemplificarmos o modo como o vodou vai além de uma religião dizendo que, em um país onde se contabiliza apenas um médico para cada 10.000 pessoas, o vodu é responsável por todo um “sistema social fitoterápico”, administrado por *manbos* e *oungas*, profundos conhecedores das propriedades medicinais da flora haitiana e de métodos curativos naturais. Para ver mais sobre o tema, consulte o artigo “*Ervas e energia: o sistema médico holístico do povo haitiano*” de Max-G.Beauvoir no já citado (e devidamente referenciado ao final) livro de Patrick Bellegard-Smith e Claudine Michel.

<sup>35</sup> Essa discussão permanece atual entre as elites haitianas: que fazer do *créole*? Erradicá-lo aos poucos, mantê-lo como uma das línguas oficiais ou toma-lo como única língua oficial? Para um aprofundamento sobre essa discussão, ver: THOMAZ, Omar Ribeiro. Haitian elites and their perceptions of poverty and of inequality. Em: REIS, Elisa P. ; MOORE, Mick (org). *Elite and Perceptions of Poverty & Inequality*. 1ª ed. London/New York: Zed Books.

<sup>36</sup> Já se fez uso dessa expressão na introdução a essa dissertação. Hommi Bhaba em seu “O local da Cultura” é quem utiliza da teoria dos corpos dóceis para explicar um método de controle por meio do qual se destitui alguns grupos/indivíduos de sua capacidade de agência e potência, identificando-os como carentes de tudo, infantilizados e inofensivos. No Brasil, o paradigma seria o tratamento (inclusive legal) dispensado aos indígenas e idosos.

profundamente identificado com o vodu e o *créole* e, portanto, com o tanto de África que se queria subtrair do novo Estado.

Esses homens e mulheres [o Haiti “não oficial”] não se identificavam com a França espoliadora e se recusavam, depois de haverem lutado pela liberdade, a contribuir para a sedimentação de uma nova forma de exploração. Assim, o Haiti “não oficial” não era o proletariado espoliado, já que esse ainda integrava o país “oficial” como sua classe mais baixa. Estavam, assim, do outro lado de uma linha simbólica – e nesse caso também territorial – que, utilizando-nos das categorias de Boaventura de Souza Santos podemos entender como “*linha abissal*”, que “*divide a realidade social em dois universos distintos: o que há deste e o que há do outro lado da linha. Para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética*” (SANTOS 2007). Esse era o lugar de uma população *desviante*, que, diferente do proletariado que colaborava com o regime, não podia/queria ser integrada, mas, ao contrário, se retirou do Estado para não colaborar com ele e adotou um modo de vida anti-capitalista e profundamente cooperacionista, nas montanhas haitianas. Esse movimento, por lembrar aquele dos escravos fugidos das plantations, também foi compreendido como “*marronagem*”<sup>37</sup>. Conviviam, assim, nos limites territoriais de um recém independente país americano, uma elite que queria ser Europa e um “*lupenproletariado*” que reivindicava a África. A primeira, hegemônica, lugar de poder e oficialidade, a segunda, contra-hegemônica, lugar de resistência e desvio<sup>38</sup>.

Além dessa densa tensão cultural, esse período foi marcado pela guerra civil entre Norte e Sul (respectivamente, um reino negro que passou a ser visto como autoritário e conservador e uma república mulata que se autoproclamava esclarecida e

---

<sup>37</sup> Aqui no Brasil o termo não teve repercussão, já que o termo “quilombo” capitaneou os discursos associados ao processo de fuga de escravos. Apesar disso, é importantíssimo no Caribe, onde a marronagem, entendida por Glissant (1989) como “o ato pelo qual os escravos abandonavam o trabalho para ir viver em liberdade” é entendida como prova de que houve resistência à escravidão, de que sua aceitação não foi passiva. A própria marronagem pode ser compreendida como movimento que sofreu a “banalização” de que fala Trouillot, como se pode observar nas palavras de Diva Damato: “*A história oficial procurou sempre minimizar a frequência e a extensão das revoltas de escravos e a conseqüente fuga: a marronagem. Apresentada sempre como fruto de ressentimentos particulares ou reações a excessos por parte dos feitores, a marronagem não conseguiu permanecer na memória da população como uma manifestação legítima de resistência de uma coletividade ameaçada.* (DAMATO 1996: 174-175).

<sup>38</sup> Quem usa o termo *desvio* de forma muito interessante e profundamente politizada é o poeta, dramaturgo e sociólogo antilhano Édouard Glissant, já citado por aqui. Segundo Glissant, o desvio é tudo que contraria o dado, o estático, o previsto e previsível. É, portanto, elemento incerto, surpreendente, inesperado, cheio de possibilidades.

progressista). Com a vitória do Sul, ganhou força o entendimento – que se estenderá por toda a história haitiana – de que a elite mulata teria sido a grande vencedora da Revolução, já que manteve suas grandes propriedades e, sem o colono branco, passou a comandar o comércio, enriquecendo às custas de uma maioria negra e empobrecida (HURBON 1988).

Outros elementos são associados às narrativas da crise que se segue à Revolução. Um deles aponta o fato de que o Haiti, como primeiro Estado independente da América Latina e do Caribe, ficou “entrincheirado” entre vizinhos que ainda viviam a realidade colonial (JAMES; GENOVESE). Os Estados Unidos, por seu lado, apesar de independente, via o Haiti como mau exemplo, já que em muitos de seus estados federados a escravidão ainda era amplamente utilizada. Genovese (1983:97) cita trechos de um discurso parlamentar na Carolina do Sul, nos anos subsequentes à Revolução, que confirma esse entendimento:

Os negros desse país já sentiram esta nova e daninha filosofia da liberdade. Que não se esqueça nunca que esses negros são os jacobinos do país; que são os anarquistas e o inimigo doméstico: o inimigo comum da sociedade civilizada, os bárbaros, que, se puderem, tornar-se-ão, como já se viu, destruidores de nossa raça.

Esse profundo isolamento continental<sup>39</sup>, a inexistência de outras experiências exitosas que pudessem inspirar a organização do novo Estado, associados à corrida pelo reconhecimento francês – uma “questão de honra” para a elite governante, que reivindicava o reconhecimento do Haiti como Estado independente (o que custou ao país uma pesadíssima contrapartida financeira exigida pelo antigo colonizador) mas também como Estado moderno (à imagem e semelhança da França) teriam contribuído para a crise que se aprofundou a partir daí (TROUILLOT 1995).

---

<sup>39</sup> Escreve a propósito Maria Elena Oyama, em tese de doutorado sobre a identidade Caribenha, acrescentando que “As ilhas de língua espanhola estavam naturalmente ligadas ao espaço hispano-americano continental. As de língua inglesa, logicamente ligavam-se à Inglaterra, apesar de estarem próximas dos Estados Unidos, também falantes de inglês. Outro isolamento que o Haiti sofreu e que parece ser o mais significativo diz respeito ao bloqueio econômico imposto pela França e ao fato de ela ter cobrado indenização sobre suas “perdas”. Assim, não fazendo parte do bloco hispânico, nem do anglo-saxônico e sem elos com as outras ilhas francófonas, ainda dependentes da França, os primeiros dirigentes da nova nação tiveram de buscar sozinhos as soluções para seus problemas.” (OYAMA 2009:14)

Fora do país, as narrativas sobre o período que se segue à Revolução (confirmando a banalização proposta por Trouillot) enfatizam que, como já era esperado, graças à incapacidade dos negros de se autogovernarem, ela piorou a vida naquele espaço que, antes, pelo menos, era associado com a maior riqueza das Américas<sup>40</sup>. Essa ambivalência da Revolução, ora invocada como símbolo da força e da resistência de milhares de escravos, ora vista como fim de um período de opulência, o único em que o Haiti foi, de fato, próspero, é uma das mais significativas contradições entre o discurso *haitiano*<sup>41</sup> e *estrangeiro* sobre a Revolução. No entanto, não tardaria até que a capacidade de mobilização, luta e confronto desses “negros incapazes” voltasse a fazer história e produzir heróis no Haiti.

## **A ocupação americana E a emergência do *indigenisme***

Com a Europa imersa na primeira guerra mundial, o início do século XX foi marcado pela investida norte-americana sobre o Caribe, numa política anunciada pelo então presidente Theodor Roosevelt como do *Big Stick*, e segundo a qual os Estados Unidos da América deveriam assumir o papel de “*polícia internacional no Ocidente*” e, ao mesmo tempo, dar uma “*injeção de economia*” nos países da América Latina, a maioria deles recém-independentes. Sob esse corolário, depois de Panamá, Cuba e Honduras, o Haiti entrou na lista de países atingidos pelo “*porrete*” norte-americano, por meio de uma ocupação que, iniciada em 1916, prolongou-se até 1934 (MÉLEANCE, *et al* 2006: 67-69).

A entrada norte-americana deu-se sob a alegação de que o Haiti - que vinha sendo sacudido por inúmeras revoltas camponesas contra a alta taxa de tributária, a pobreza e exploração e a queda em sequência de diversos presidentes -

---

<sup>40</sup> A literatura taxada por Hurbon de racista e anti-haitianista tem seus maiores exemplos nas obras de Spencer Sait-John, diplomata inglês, e Gustave d’Alaux.

<sup>41</sup> É importante frisar que, segundo THOMAZ, a elite haitiana orgulha-se tanto desse passado quanto as classes populares e o invoca tanto quanto essas o fazem em seu cotidiano, como evento paradigmático e motivo de grande orgulho nacional. Talvez o maior –ou até mesmo o único – que já houve.

era ambiente inseguro, inclusive (ou talvez, sobretudo) para investimentos estrangeiros. Logo, com a anuência e até apoio das elites, o país tornou-se protetorado dos Estados Unidos. Nas palavras de Galeano (2011: 01):

Lo primero que hicieron [os americanos] fue ocupar la aduana y la oficina de recaudación de impuestos. El ejército de ocupación retuvo el salario del presidente haitiano hasta que se resignó a firmar la liquidación del Banco de la Nación, que se convirtió en sucursal del CitiBank de Nueva York. El presidente y todos los demás negros tenían la entrada prohibida en los hoteles, restaurantes y clubes exclusivos del poder extranjero. Los ocupantes no se atrevieron a restablecer la esclavitud, pero impusieron el trabajo forzado para las obras públicas.

Tudo isso foi feito por meio de uma nova constituição, que deu ao governo norte-americano a possibilidade de, “dentro da legalidade”, promover a dissolução do exército nacional e a instauração de um outro, à semelhança dos *marines* norte-americanos; promover a equiparação da moeda haitiana ao dólar; promover a realização, em nome do país, de empréstimos a juros exorbitantes pagos para investidores americanos; promover a anulação da interdição da posse de terras por estrangeiros (estabelecida no século XIX); a aceleração da expropriação das pequenas propriedades (OYAMA 2009: 93) e o cerceamento à liberdade de expressão.

No outro polo, entretanto, da população camponesa – o Haiti “não oficial” duramente reprimido e apontado como causa da permanência americana, pela instabilidade que trazia ao país – sob liderança de Charlemagne Peralte, surgiram os movimentos de revolta contra aquela ocupação americana que, como fazia a Europa e, sobretudo, a França, parecia questionar a capacidade daquela nação de autogovernar-se e colocar em teste a herança dos heróis da Revolução<sup>42</sup>.

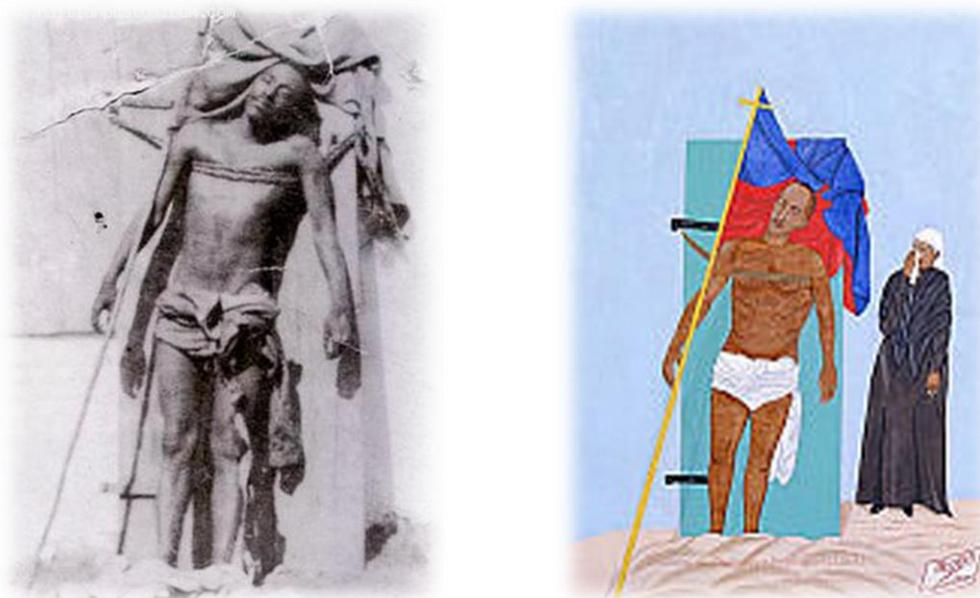
Foram anos de revolta daqueles camponeses que sequer eram considerados parte do país por suas elites<sup>43</sup>. Segundo Galeano, para tentar contê-los,

---

<sup>42</sup> Uma visão interessante sobre organizações camponesas no Caribe pode ser encontrada na obra do antropólogo americano Sidney Mintz, especialmente em “MINTZ, Sidney W. The Rural Proletariat and the Problem of Rural Proletarian Consciousness. In *Journal of Peasant Studies* 1(3): 291-325, 1974”. Mintz possui outros trabalhos interessantes sobre o Caribe, com profunda contribuição à compreensão de alguns aspectos da cultura e organização haitiana, sobretudo seus mercados, como “MINTZ, Sidney W. 1966. The Caribbean as a Socio-Cultural Area. In *Cahiers d’Histoire Mondiale* 9: 912-937” e “MINTZ, Sidney W. 1974 Caribbean Transformations. Chicago: Aldine”.

<sup>43</sup> A história haitiana menciona esse processo como “revolta dos Cacos”, em referência a um pássaro que vive nas montanhas.

os *marines* americanos “*mataron mucho. No es fácil apagar los fuegos de la resistencia haitiana*”. A insurgência deve ter sido tão potente e ameaçadora que seu líder, Peralte, quando finalmente capturado, foi crucificado sob a bandeira de seu país, devidamente fotografado pelos *marines* e, então, difundido como exemplo a não ser seguido, sob pena de igual suplício (abaixo, reproduz-se a foto tirada pelos *marines* e uma pintura realizada a partir dela pelo artista haitiano Philome Obin). Nas narrativas sobre o episódio, sobretudo a de Hurbon, Peralte e os revoltosos comandados por ele aparecem como heróis da resistência à dominação americana, numa espécie de atualização da Revolução Haitiana.



**Figura 2. Charlemagne Peralte - fotografia e pintura**

**Fonte:** Haitian Photo Album (sítio web acessível no link: <http://www.haitianphotoalbum.com>)

Como ela, no entanto, a revolta dos Cacos é profundamente desconhecida, sendo ativamente desconsiderada quando se menciona uma certa “apatia” ou mesmo “resignação” das populações rurais haitianas em relação à miséria e opressão. Mesmo no Haiti, sua importância somente foi oficialmente reconhecida ao final do período Duvalier, quando, então, o rosto de Peralte passou a estampar moedas e notas haitianas, além de inspirar diversos monumentos e homenagens.

As lições deixadas pela revolta dos camponeses e mais, pela conduta dos norte-americanos que igualava negros e mulatos para exercer seus desmandos, parece

ter conduzido uma tomada de consciência que inspirou uma vanguarda artística e cultural no Haiti, cuja proposta era a “*desalienação*” em relação a tudo que era imposto de fora e um mergulho na tradição popular haitiana em sua originalidade e autenticidade.

Essa geração, identificada como “*génération de la gifle haïtienne*” (DEPESTRE, 1980, p. 195) ou *indigenista*<sup>44</sup>, foi marcada pelo lançamento de duas obras fundadoras: a Revista “*Indigène*”, em 1927, fundada por Jacques Roumain<sup>45</sup> e a coletânea de ensaios “*Ainsi parla l’oncle*”, publicada em 1928 por Jean Price-Mars, (OYAMA 2009: 45). Ambos, Roumain e Price-Mars, tornar-se-iam os principais nomes associados ao *indigenisme*, não somente por sua literatura, mas pela busca de uma *identidade haitiana* em seu engajamento político (no caso de Roumain) e acadêmico.

Esse engajamento fica patente através da criação, em 1934, do Partido Comunista haitiano (por Roumain) e em 1941, do *Bureau National d’Éthnologie*, embrião da Faculdade de Etnologia da Universidade de Estado do Haiti, que, na época, funcionava como uma espécie de ponto de encontro, estudo e discussão, e que, criado por Roumain, seria, mais tarde, liderado por Price-Mars. Sobre este último, ressaltamos que seu “*Ainsi parla l’Oncle*<sup>46</sup>” inova não somente no conteúdo – com a defesa da tradição oral, do *créole* e do vodu haitianos, até então associados a um país que devia ser invisibilizado por sua incivilidade - mas na forma, já que apresenta um estilo ensaístico diferenciado, onde um narrador utiliza estratégias do discurso oral, do contador de histórias, para melhor alcançar o imaginário do público (FIGUEIREDO 2006: 379). Neste sentido, Price-Mars pretendeu “*acordar a sociedade haitiana para ver-se a si própria no espelho*”, sem se esconder nos valores franceses que sempre a massacraram, seja desvalorizando a parte africana que compunha sua cultura, seja

---

<sup>44</sup> Figueiredo esclarece que o termo não evocava ‘indígena’ ou o ‘índio’ natural da América, sendo empregado nos textos haitianos da época como sinônimo de nacional, podendo ser associado a nativismo, particularmente reativado em razão da ocupação americana, episódio traumático na história do país (FIGUEIREDO 2006:379).

<sup>45</sup> Para minha surpresa, um dos principais livros de Roumain, o belíssimo “*Gouverneurs de la Rosée*” foi publicado no Brasil com o título “Os donos do Orvalho” na coleção “Romances do Povo” dirigida por Jorge Amado. Há fortes indícios de que o escritor baiano era grande admirador da literatura haitiana, já que aparece comentando uma outra obra importante, “*Pau de Sebo*”, de Renée Dupestre, também lançada no Brasil.

<sup>46</sup> Com enorme prazer, descobrimos que uma edição em português deste clássico está para ser lançada sob o título “Assim falou o tio”, tendo como tradutor o prof. Omar Ribeiro Thomaz, da UNICAMP.

ditando um *ethos*<sup>47</sup> importado e totalmente artificial. Sobre o legado e o impacto dessa obra, Omar Ribeiro Thomaz (2011) acrescenta:

Seu impacto foi impressionante: já não se tratava de recuperar o feito dos grandes homens e a liberdade de cada um, mas de revelar, nos ensinamentos do tio — o camponês haitiano — o universalismo encontrado em todas as culturas humanas. Nos detalhes das travessuras de personagens populares como Bouki e Ti Malice, sempre iniciadas com o inescapável “Krik! Krak!” (“Era uma vez...”); nos provérbios e na sabedoria expressos no kreyòl — língua compartilhada por todos os haitianos —, nos mistérios do vodu, não teríamos o atraso ou o primitivismo, mas a revelação da capacidade criativa de homens e mulheres e, sobretudo, a originalidade da obra de um povo. E a novidade da obra de Jean Price-Mars vai além de seu conteúdo, pois seu estilo é claramente moderno. O autor supera a prosa empolada de seus antecessores, e dialoga diretamente com o leitor, apresentando-nos ao longo de suas páginas os personagens que compõem o dia a dia daqueles que estão longe dos centros urbanos haitianos, os camponeses, a família rural, tão importante para a reflexão antropológica Caribenha.

Lembramos, por fim, que o movimento *indigenista* iniciou em plena ocupação norte-americana, em meio a campanhas “anti-supersticiosas” que lembravam a já referida ação do Vaticano, em 1860, e cuja finalidade era erradicar o vodu como culto satânico (HURBON 1998: 80). Nessa época, as imagens exotizantes do vodu tiveram seu ápice, quando começaram a aparecer em filmes hollywoodianos, cuja repercussão nos parece essencial para a compreensão distorcida que ainda se tem do país. Mais uma vez - mas desta com a força disseminadora do cinema americano - o vodu foi destituído de sua potência enquanto resistência política e cultural para ser compreendido como culto diabólico de uma nação de supersticiosos. Compreende-se, assim, a importância da obra de Price-Mars e do movimento indigenista de forma geral, como elementos disparadores de uma nova compreensão da identidade haitiana, convertendo o que era motivo de vergonha em exemplo de criatividade, invenção e originalidade. Reforça-se, assim, o importante papel da literatura como narrativa – ainda que mágica, sonhada ou maravilhosa – na nação dita real, e o modo como impacta e aponta novos caminhos a essa nação, seja na compreensão que tem de si mesma, seja na projeção de seu futuro. Infelizmente, na contramão do caminho

---

<sup>47</sup> Para Bourdieu (BOURDIEU 1983: p. 67) o *ethos* integra o *habitus* e corresponde aos valores interiorizados que direcionarão a conduta do agente constituído em determinado contexto social.

popular e universalista apontado pelo indigenismo de Price-Mars<sup>48</sup>, a ocupação estrangeira e o dano que impôs à autoestima do país – sobretudo dos negros – foi terreno fértil para que se desenvolvesse uma outra corrente de pensamento, que, apesar de sua aparência revolucionária, seria responsável pelo início de um novo período de autoritarismo e opressão.

## **A ditadura Duvalier e o florescimento dos movimentos camponeses**

Na década de 50, quando o médico François Duvalier (Papa Doc) surgiu no cenário político haitiano, seu nome já estava profundamente associado ao *noirisme*, doutrina que atribuía todos os problemas haitianos à prolongada submissão de negros pobres por mulatos ricos e propunha, como elemento subversor dessa lógica, a eleição de um presidente negro para o Haiti<sup>49</sup>. O fato de ele próprio ser o candidato negro que

---

<sup>48</sup> O indigenismo haitiano parece ter sido o grande disparador de uma importante renovação no pensamento Caribenho, que tem em Edouard Glissant e em Aimé Césaire importantes nomes. Enquanto o primeiro desenvolveu o que chamou “pensamento antilhano” ou “criolo”, a partir de categorias interessantíssimas como a de identidade rizomática, teoria do diverso, caos-mundo, etc, o segundo foi responsável pelo movimento da *negritude*, cujo objetivo era promover um retorno profundo e definitivo à África dos antepassados. Enquanto o pensamento de Glissant, mais alinhado ao de Price-Mars, enfatizava a crioulição, o encontro com o diverso e a relação em meio ao caos, Césaire ficou conhecido por incentivar a busca histórica, mitológica e literária da África. Aimé Césaire também descreveu o Haiti como a terra americana onde “a negritude se colocou de pé pela primeira vez”. O autor do célebre “Cahier d’un retour au pays natal” exprimia, segundo DEPESTRE (1980) uma dupla verdade: a) no plano político-cultural, Toussaint, Dessalines, Pétion, Christophe, ao disciplinar e radicalizar os bandos armados de negros marrons, fizeram com que essas revoltas populares se transformassem em uma insurreição nacional e na formação de uma república livre e independente, fazendo, de uma só vez, uma dupla explosão histórica: a primeira insurreição de escravos que triunfou na história dos oprimidos; o primeiro Estado que nasce de uma revolução social ao sul do rio Bravo. b) no plano da criação puramente intelectual, oitenta anos depois da vitória de Vertières (fato eminentemente cultural), constituiu-se no Haiti, apesar das dramáticas dificuldades internas e externas da nação, a primeira intelligentsia “negra” do terceiro mundo americano e africano que, de forma autônoma tendo à frente homens eminentes como Janvier, E. Paul, H. Price, Firmin, Emeric Bergeaud, Oswald Durand, Emmanuel Edouard, Tertulien Guilbaud, Isnardin Vieux, Solon Ménos -, começou a marronear a explosão das ideologias coloniais e a preparar as sementes e o fermento da descolonização espiritual e psico-afetiva do povo haitiano. Para saber mais sobre esses movimentos recomendamos a leitura de DEPESTRE, René. *Bonjour et adieu à la négritude*. Paris: Robert Laffont, 1980 (a tradução para o português, feita por Heloísa Toller Gomes, está disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/depestre.pdf>). Fanon, em seu “Pele negra, máscaras brancas” já citado aqui, também retoma (embora sem citações expressas) o pensamento de Césaire e o de Glissant que, ali, poderia ser visto como pós-colonial.

<sup>49</sup> Barthélemy (1989) sugere que, se a conclusão é problemática, as premissas do *noirisme*, entretanto, não podem ser desconsideradas.

faria a transição paradigmática fez com que fosse reconhecido, mais tarde, por Trouillot, como grande estrategista, conhecedor da sensibilidade haitiana e apto a manejá-la em seu favor na primeira eleição de voto universal que o Haiti conheceu. Junto do discurso *noiriste*, através do qual ele se propunha, diante da população negra e pobre, a lutar contra a opressão dos políticos, dos militares, dos proprietários de terras e dos comerciantes mulatos, Duvalier apresentava-se como sacerdote vodu e participava de grandes projetos de medicina comunitária. Não à toa, ficou conhecido como *Papa Doc* (papai doutor) e conseguiu governar o país de 1957 a 1971 (HURBON 1988:28).

Nesse período, como observou Antoine (1992: 13), Duvalier transformou-se em um “ditador antimulato e anticomunista, submisso ao Departamento de Estado Americano (...) favorável à abertura da ilha aos dólares dos turistas americanos” e interessado no combate à expansão comunista nas Américas. Trouillot, que dedica ao período o livro “*State against the Nation*”<sup>50</sup>, também reconhece no presidente um grande aliado norte-americano (país que bancava quase 50% do orçamento nacional haitiano) além de um completo demagogo, já que seu discurso *noiriste* não teria qualquer prática que o corroborasse. Ao contrário, a população negra alijada do Estado – que Barthelemy identificava como a população rural/camponesa e não necessariamente negra<sup>51</sup> – teria permanecido do lado de fora, desta vez, no entanto, intimidada com um poderoso aparato de terror.

Segundo Hurbon, Duvalier “aplicou as teses da ideologia racial e nazista na sociedade haitiana” (HURBON 1988: 70), completando-a com a criação de sua guarda pessoal, uma polícia secreta conhecida como *Tonton Macoutes*. Esses “policiais especiais”, que mais tarde foram caracterizados como “*verdadeiras milícias civis armadas*” (PESCHANSKI in SADER 2007:644) agiam brutalmente e eram mantidos pelo governo para perseguir, torturar e assassinar oponentes políticos. Por um longo

---

<sup>50</sup> Nesse livro, Trouillot analisou as continuidades e descontinuidades na história haitiana, argumentando que apesar da longa história de governos autoritários, o regime dos Duvalier seria diferente de todos seus predecessores, um caso-limite, sistematização de um totalitarismo inédito. Esse pensamento parece ter sido comungado por inúmeros intelectuais haitianos, que dedicaram importantes obras ao estudo do período e a luta para que jamais se repetisse algo assim. Laennec Hurbon é um dos exemplos mais evidentes.

<sup>51</sup> Como Barthemely escreve esse livro no período pós Duvalier, acreditamos que haja um cuidado e uma preocupação, por parte dos pensadores haitianos, em lançar mão de um outro vetor para entender o abismo entre os “Haitís” que não aquele defendido pelo *noirisme*.

período, segundo Hurbon, levaram a cabo “*um genocídio haitiano*”, um regime de terror que assassinava, torturava e estuprava indiscriminadamente, chegando a ponto de “*em 1964, em represália a um jovem opositor, assassinarem todos os que encontravam com o mesmo sobrenome*” (PESCHANSKI em SADER 2007:645). Como se tornou comum entre outras ditaduras vistas no continente latino-americano nessa época, à violência de Estado somava-se a vedação da liberdade de expressão, através da censura à imprensa, o que estimulou a saída de centenas de intelectuais do país, a maioria para exilarem-se no México e em Cuba.

Houve, no entanto, particularidades nos abusos cometidos por Duvalier. Em 1961, por exemplo, o ditador, com o argumento de que precisava deter as “*guerrilhas comunistas*”, supostamente escondidas nas florestas da região oriental do país, ordenou que todas as árvores dessa região fossem derrubadas. No final de seu governo, por essa mesma razão, o país mantinha menos de 2% de sua vegetação original (PECHANSKI op.cit). No mesmo ano, Papa Doc decretou que fosse fechado o Parlamento e convocadas novas eleições, abertas apenas aos “*amigos*” do regime. Esses novos parlamentares eleitos modificaram a Constituição em 1964, instituindo a presidência vitalícia no Haiti, comemorada pela publicidade oficial que reconhecia Duvalier como “*o maior patriota de todos os tempos*”, “*emancipador das massas*”, “*campeão da dignidade nacional*”. Esse conjunto de episódios foi relatado magistralmente por René Depestre em seu romance “*O pau de sebo*”, em que o Haiti ganhou o codinome de “*Grande País Zacarinho*”, governado pelo “*grande eletrificador de almas*”, responsável pela “*zumbificação moderna*”, verdadeira “*borracha de apagar o homem através de sua própria consciência*” ou seja, “*a zumbificação do sujeito pelo próprio sujeito*”. Nessa trama, um ex-deputado chamado Henri Postel, cassado pelo regime, é o grande protagonista que planeja algo absolutamente fora do comum para acordar seus compatriotas desse estado de “*zumbificação*” da alma.

O regime perpetuou-se por meio de “*Baby-Doc*”, como ficou conhecido Jean Claude Duvalier, filho de François Duvalier. Uma das marcas deste governo foi o inchamento aberrante da fortuna da família, por meio das doações norte-americanas, contrastando com a fome que se alastrou com a crise econômica de 1977, resultando em um aumento drástico do preço dos alimentos. A outra foi a matança de 1,2 milhões

de porcos, orientada pela USAID<sup>52</sup>, sob a alegação de que os animais podiam estar infectados com a peste suína africana. Dos 300 mil porcos comprados dos Estados Unidos para repor aqueles perdidos, a maioria acabou não se adaptando ao clima haitiano e perecendo. Para grande parte dos camponeses, esse foi um abalo do qual jamais se recuperariam (PECHANSKI op cit).

No entanto, como sói acontecer em tempos de opressão absoluta no Haiti, mesmo vigiados por uma polícia terrorista, vulnerabilizados por todas as inúmeras medidas danosas tomadas no período Duvalier<sup>53</sup>, da população camponesa brotaram inúmeros movimentos populares que começaram a insurgir-se contra a ditadura no início da década de 70 e foram os grandes responsáveis pela saída de *Baby Doc* do país e, assim, pelo final da ditadura Duvalier. É interessante notar que, diferentemente do discurso que associa o vodu à alienação, ele parece ter sido peça chave na articulação desses movimentos.

Em *“Vodoun, músicas camponesas e organização política”*, o atuante antropólogo haitiano Renáld Clérismé fala da importância dos cânticos entoados durante as cerimônias de vodu para a agitação e mobilização política naquele momento, em que se teriam tornado *“uma ferramenta educacional e conscientizadora”* (CLÉRISMÉ in BELLEGARD-SMITH e MICHEL 2011: 117). Segundo ele, no entanto, *“a tradição de utilizar o discurso, os símbolos e o ritmo do vodoun nas músicas camponesas está presente em diversas áreas geográficas do país ao longo da história do Haiti”* não sendo, portanto, peculiar daquele momento. A tradição de compor músicas no ritmo vodu para atacar, denunciar e ridicularizar, segundo, ele, remonta aos tempos de escravidão *“quando os escravos colocavam novas letras em melodias vodoun<sup>54</sup> para rir de seus senhores e dar voz à sua dor”* (IDEM).

---

<sup>52</sup> A “USAID – from the american people”, apresenta-se, em seu sítio web oficial, da seguinte forma: *“The United States has a long history of extending a helping hand to people overseas struggling to make a better life. It is a history that both reflects the American people's compassion and support of human dignity as well as advances U.S. foreign policy interests. In order to support these goals, President John F. Kennedy created the United States Agency for International Development, by executive order in 1961.”*

<sup>53</sup> Além de tudo o que já se disse, cita-se a distribuição, feita por Papa Doc a seus aliados, de mais de 120 mil hectares de terras no Haiti, o que equivaleria a mais de 1/5 das terras cultiváveis. Àqueles que tinham sua porção de terras simplesmente não conseguiam competir com o preço dos alimentos importados dos EUA, sobre os quais retirou-se todas as taxas.

<sup>54</sup> Não há uniformização na grafia da palavra vodu. Optamos por essa, “abrasileirada”, mas há diversas outras.

No mesmo artigo, Clérisme atenta para algo importantíssimo: a variedade e multiplicidade de formas de organização camponesa existentes em todo o território haitiano (*eskwad, sosyete, mazinga, ranpono, kounabe, paloya, etc*) entre as quais ressaltamos os *kombites*, coletivos de agricultores que se aproximam do que conhecemos como “mutirões”, cujo trabalho coletivo é oferecido como cortesia mútua entre vizinhos. No romance “*Os donos do orvalho*”, de Jacques Roumain, encontra-se uma bela descrição dessa prática como “*questão de cortesia, porque um favor é uma coisa que se presta de boa vontade: hoje, eu trabalho teu campo, tu, amanhã, o meu. A gente ajuda uns aos outros, essa é a amizade dos pobres, não é?*” (ROUMAIN 1954:14). Omar Ribeiro Thomaz (2011: 276) também escreve sobre essa profunda ligação das práticas coletivas haitianas com a cortesia, que assume um sentido bem mais potente do que o significado do termo em língua portuguesa (gesto de delicadeza e polidez) pode nos indicar. No Haiti, cortesia implica *honné* e *respé* – honra e respeito. A cortesia aí traduz civismo e não civilidade e constitui um dos pilares da ação coletiva na cultura africana<sup>55</sup>.

A divulgação dessas práticas torna-se ainda mais importante diante das frequentes – e seculares – manifestações sobre a incapacidade dos haitianos de se auto-organizarem e da inexistência de valores/práticas democráticas entre os mesmos. O limite dessa postura é visto em Fatton, (2002) e em Harrison<sup>56</sup> (1993 apud FATTON 2002). O primeiro, diz que as classes baixas haitianas são incapazes de participarem ativamente do Estado por três razões: a) suas privações extremas; b) recursos organizacionais limitados; c) hábito arraigado de subalternidade infrapolítica. O segundo, por sua vez, atribui essa subalternidade de que fala Fatton a uma suposta “cultura tradicional africana”, que justificaria o fato de terem sido alvos da escravidão e praticarem o vodu, prática alienante e alienada. Reforçamos, nesse sentido, que talvez se trate de algo inverso: da incapacidade estrangeira (e aí está incluído o país “oficial”) de distinguir e compreender formas de organização que não as hegemônicas.

---

<sup>55</sup> O artigo citado de Omar Ribeiro Thomaz dá conta desse e de outros fundamentos essenciais para que tenhamos ideia dos princípios profundamente democráticos trazidos da cultura africana pelos escravos que instalaram-se no Haiti.

<sup>56</sup> A percepção de Harrison torna-se ainda mais preocupante se tomarmos em conta o fato de que foi o diretor geral da principal agência de cooperação internacional agindo no país, a USAID Haiti, de 1991 a 1993, período em que escreveu o texto citado.

Se os *kombites*, entretanto, tratam da amizade e cortesia entre vizinhos pobres, outras organizações darão conta do desejo de mudança e dos instrumentos com que buscá-la. Entre elas citamos, além das associações de bairro e vizinhança espalhadas por todo o Haiti, o Movimento Camponês de Papay (MPP), criado em 1973 sob a reivindicação principal da reforma agrária; o *Tèt Kole* (Cabeças Juntas), criado em 1986, com o objetivo de fortalecer o campesinato haitiano, por meio, entre outras ações, do “*encorajamento da divulgação de narrativas em forma de música nas quais os camponeses e camponesas relatavam suas provações e clamavam por direitos*” (CLÉRISME op.cit: 117); a *Soléy Leve* (O Sol está nascendo), criada na década de 90, no Sul do país, com a intenção de mobilizar o campesinato em sua atuação política dentro do vodu; e o *Lavalas* (avalanche)<sup>57</sup>. Este último foi criado na década de 90, em Porto Príncipe, “*por um padre que andava descalço pelas favelas pregando a união dos pobres, dizendo que a organização popular era vontade de Deus*” (PESCHANSKI in SADER 2007:647) e que uma *avalanche* desses movimentos derrubaria a ditadura Duvalier.

Tratava-se de Jean Bertrand Aristide, que, em sua atuação na Igreja Católica, priorizou a criação de associações de bairro cujas atividades iam desde a alfabetização de adultos, até a discussão política, preparação de protestos e organização de mutirões. Essas associações, em seu formato híbrido, foram os embriões do partido *Lavalas* que, nas primeiras eleições pós-ditadura, levaram o ex-padre (expulso da sua Igreja por ser considerado “radical”) à Presidência do Haiti, com

---

<sup>57</sup> Gostaríamos de deixar claro que há inúmeras outras organizações populares no Haiti, como a ZANTRAY e a BORDE nacional, ambas entidades que lutaram pela institucionalização de suas comunidades vodu no intuito de trabalhar por mudança política (CLARISMÉ op.cit), organizações de mulheres, de jovens, associações de bairro e o próprio movimento estudantil, de que se falará no segundo capítulo dessa dissertação. Há, ainda, o CRESFED (Centre de recherche et de formation économique et sociale pour le développement), fundado em 1986 por Susy Castor e Jean Pierre Charles, ambos intelectuais haitianos reconhecidos com o objetivo de “promouvoir la participation citoyenne à la démocratie et à faire connaître la problématique nationale en vue de faciliter les voies et moyens conduisant au développement du pay”(trecho retirado do sítio web oficial do Centro: <http://www.cresfed-haiti.org/>); Para um panorama bastante aprofundado sobre os movimentos camponeses haitianos ver: Louis-Juste, Jean Anil. Desarrollo comunitario y crisis agraria: metamorfosis del movimiento campesino haitiano / Jean Anil Louis-Juste. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 8 no. 23 (abr 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008. Disponible en:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal23/10S1LouJus.pdf>

67% dos votos e a forte adesão da elite intelectual<sup>58</sup>, que via em Aristide o primeiro presidente eminentemente popular que o país já vira.

## **Aristide: da esperança de um governo popular às origens da intervenção internacional**

A sensação de que, pela primeira vez, o país seria governado segundo os interesses de sua população e dentro de preceitos democráticos, que animava boa parte dos pensadores haitianos (JADOTTE, FATTON, TROUILLOT, etc) e a população em geral começou a ser dissipada já nos primeiros meses do governo Aristide. Vendo-se seriamente afrontado pelos antigos aliados da ditadura Duvalier, descontentes com as promessas de mudança social, o presidente eleito adotou uma postura que se propunha conciliatória entre os interesses dessa elite e das massas populares. Assim, ao mesmo tempo em que concordava em adotar as políticas ditadas ao país pelas agências financeiras internacionais, como FMI e Banco Mundial, Aristide promovia campanhas de estímulo à participação popular na política, cujo lema era *“mudar o Estado para que tenha as cores da vontade do povo”* (PESCHANSKI In SADER 2007:247).

Longe de lograr a simpatia de ambas – elite duvalierista e massas populares – as ações do presidente passaram a discontentá-las, levando à radicalização dos protestos dos dois lados, que passaram a digladiar-se até o enfrentamento físico de antigos *Tonton Makoutes* e movimentos populares como o MPP. Instigado a posicionar-se, Aristide realizou um grande comício no fim de seu primeiro ano de mandato, e, em seu discurso inflamado, lançou um ultimato à elite duvalierista:

---

<sup>58</sup> Citamos, por exemplo, o sociólogo Jean Pierre Charles, que se manifestou sobre a eleição de Aristide nos seguintes termos: *“trata-se de uma revolução antioligárquica, apoiada pela maioria da população, que exige o acesso à cidadania, à justiça social e ao desenvolvimento econômico, dentro de um quadro de modernização do Estado. Trata-se de um processo de mudança histórica de fundamental importância.”* (PESCHANSKI op.cit) Enfatizamos, no entanto, que a elite intelectual não se confunde, pelo menos nesse momento, com aquela formada pelas famílias amigas do regime Duvalier, compostas pelas cabeças dos Tonton Makoutes, tornadas exército por Baby Doc, além de congressistas apoiadores do regime.

Vocês, que têm dinheiro e não querem viver fora do Haiti, deem trabalho ao povo. Digo-lhes que aceitem a oportunidade que lhes dou. Não vai haver outra, só essa. Se não a aceitarem, não será bom para vocês. (PECHANSKI, op. cit)

A sequência de acontecimentos pós-discurso incluiu um golpe de Estado orquestrado pelos antigos aliados da ditadura Duvalier, a ascensão de uma junta militar ao poder e a fuga de Aristide, ameaçado de morte, para a Venezuela e, de lá para os Estados Unidos da América. Nesse último, foi recebido com honras pelo partido democrata, que, em meio à corrida presidencial, tornou o ex-presidente haitiano, nas palavras de PECHANSKI (op.cit), “*garoto-propaganda*” de sua campanha, já que o governo Bush, então no poder, havia apoiado a ditadura Duvalier. Nesse cenário, começou a ser gestada em solo norte-americano, a ideia de impor uma sanção econômica ao Haiti, com o objetivo de enfraquecer o novo governo militar. Não tardaria até que a Organização dos Estados Americanos (OEA) fosse chamada a instrumentalizar essa ideia.

No âmbito da OEA, a necessidade de agir em prol do restabelecimento do governo democraticamente eleito foi reforçada, naquele momento, pela recente aprovação do “*Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano*”, documento que vinculava os Estados Americanos à defesa da Democracia no continente. Em suas primeiras reuniões, aprovou-se a Resolução 1/9, por meio da qual a OEA comprometeu-se com: a) o envio de uma missão integrada pelo Secretario Geral da OEA e dos ministros das relações exteriores dos países americanos ao país Caribenho, na tentativa de um acordo pacífico; e b) diante da impossibilidade de obtê-lo, a suspensão de vínculos econômicos, financeiros e comerciais dos Estados Americanos com o Haiti; interrupção dos programas de ajuda e cooperação técnica, à exceção dos estritamente humanitários; suspensão de toda assistência dos estados americanos e de outros órgãos especializados do sistema interamericano; e a abstenção de fornecimento de assistência militar, policial e de segurança assim como da transferência de armamentos, munições e equipamentos congêneres para o país Caribenho.

Diante do fracasso da tentativa de resolução amigável do impasse, as sanções econômicas passaram a ser vistas como a medida de maior potencial entre as

adotadas<sup>59</sup>. Como bem assegura CAMARA (1998: 08): *“Seu impacto sobre a frágil economia haitiana, estimava-se, produziria a rápida capitulação dos golpistas e a conseqüente e desejada conclusão da crise interna do país Caribenho”*. De fato, como nos apresenta a autora recém citada:

Somente nos dois últimos meses de 1991, os efeitos da medida atingiram dramaticamente os setores econômicos do país, provocando uma elevação de preços da ordem de 50 a 60% nos produtos de primeira necessidade, o aumento de 100% das tarifas dos transportes públicos e uma drástica diminuição dos estoques de combustível.

Além disso, constatou-se que *“das 44 fabricas de montagem que operavam no país antes do golpe, 37 haviam fechado suas portas temporariamente, 5 em caráter permanente e somente 2 continuavam a manter suas atividades de produção.”* Quanto ao setor de empregos, dispunha que *“dos 252.000 trabalhadores do setor privado, 143.000 haviam sido dispensados”*(CAMARA op.cit).

Em 20 de novembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução A/47/L.23 que exigia a restauração do presidente Aristide no poder junto com o retorno à ordem constitucional e a observância do respeito aos Direitos Humanos, e pedia ao Secretário Geral que considerasse as *“medidas necessárias”* para a resolução da crise haitiana, em cooperação com a OEA. Em junho de 1993, o Conselho de Segurança (CS), a pedido do representante permanente do Haiti nas Nações Unidas - um mulato que viveu a maior parte de sua vida fora do país - aprovou a Resolução 841, que proibiu a venda ou fornecimento por parte de qualquer Estado membro da ONU de hidrocarbonetos, armamentos, veículos e equipamentos militares ou afins ao Estado ou ao povo haitiano, universalizando a sanção no que dizia respeito ao comércio de petróleo e derivados, armas e munições.

A estas medidas, seguiram-se inúmeras tentativas de negociar o retorno de Aristide com o presidente golpista e a elite militar. Dado o malogro de tais iniciativas e o recrudescimento da violência entre grupos armados no país, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma série de resoluções, indo da reafirmação da sanção econômica (RES 873), passando pela autorização de um bloqueio naval (RES 875) e

---

<sup>59</sup> Para um panorama mais abrangente e detalhado sobre as sanções econômicas e seu impacto no Haiti ver: MARQUES, Pâmela Marconatto; MAQUIAVELI, Álvaro; ZANELLA, Cristine. Sanções Econômicas e Direitos Humanos: um estudo a partir do caso haitiano. In: Wagner Menezes. (Org.). *Estudos de Direito Internacional*. 1ed. Curitiba: Juruá, 2008, v. XII, p. 62-75.

culminando na declaração do embargo total de comércio ao país (RES 917). A contestação à razoabilidade dessas medidas deu-se nos seguintes termos:

Em primeiro lugar, as medidas, e em especial o embargo, não atingiram o alvo desejado, as lideranças militares e econômicas do Haiti. As elites delas se beneficiaram, recorrendo ao contrabando. A uma das grandes famílias haitianas, foram atribuídos altos lucros com a importação (embargada) de cimento. Aos líderes militares se responsabilizou pela comercialização, a preços extorsivos, de petróleo e outros produtos de consumo que continuaram a entrar no Haiti pela fronteira terrestre da República Dominicana praticamente até o fim da crise. (CÂMARA 1998: 13)

Não obstante o suposto favorecimento das elites, uma série de danos à população civil passou a ser denunciada. Entre eles, os apontados por Elizabeth Gibbons e Richard Garfield, ex-funcionários da UNICEF: a redução de 29.780 postos de trabalho nos setores eletrônico, desportivo, de brinquedos e vestuário; a perda de 200.000 empregos formais, afetando mais de um milhão de pessoas (dependentes), o que correspondia a 15% da população haitiana; o aumento do preço de alimentos básicos, tais como o arroz (em 137%) e o milho (em 184%), acarretando a diminuição de refeições diárias do haitiano (de duas, em 1990, para uma, em 1995); a diminuição da renda per capita em 30%; a elevação das taxas de inflação em 138%. No que concerne à saúde pública, em 1995, apenas 35% dos haitianos detinham acesso à água potável, enquanto em 1990, este índice chegava a 53%. O embargo ao petróleo não teria apenas aumentado o preço de medicamentos, mas feito com que ambulâncias não pudessem conduzir doentes a postos de atendimento, resultando em mortes. Ainda, a diminuição do querosene teria provocado o colapso do sistema de refrigeração de vacinas que, combinado com o fechamento de inúmeros postos de saúde pública, teria conduzido a uma considerável redução do alcance de cobertura da imunização de crianças (passando de 40%, em 1990, para menos de 12% em 1993). Esta queda, associada à vedação da entrada de um montante de vacinas em solo haitiano, teria contribuído para uma epidemia de sarampo, na qual 15% dos casos revelaram-se fatais (GIBBONS; GARFIELD 1999).

A resposta do governo golpista à represália internacional foi a nomeação do então Presidente da Suprema Corte, Émile Jonassaint, para presidir provisoriamente o Haiti, até que novas eleições se dessem no período de 90 dias.

Jonassaint, fazendo uso de seus poderes, determinou a expulsão da Missão da ONU, classificada como “*ameaça externa*”. Diante disso, a intervenção armada, por meio da RES 940 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi aprovada por unanimidade, com as abstenções de Brasil e China, e viabilizou a utilização da “*força militar multilateral*” que, passado o período crítico, quando um clima seguro e estável fosse estabelecido no país, deveria ser substituída por uma missão de paz (MINUHA - Missão das Nações Unidas no Haiti).

A intervenção armada somente foi evitada devido a uma “*manobra de última hora*” feita por Bill Clinton, então presidente americano, através do ex-presidente Jimmy Carter, quando se ofereceu à cúpula militar haitiana uma “*aposentadoria antecipada e honrosa*” junto à promessa da imediata suspensão das sanções econômicas para que aprovasse a lei de anistia geral e convocasse novas eleições. Aceita a oferta, em 1994, acompanhado por mais de 20 mil soldados norte-americanos, Aristide foi reconduzido ao governo de um país que já não era o mesmo, tal como ele próprio. Nas palavras de Pechanski (SADER 2010:648) “*Titid parecia ter voltado do exílio com um projeto pronto e acabado: expandir o neoliberalismo no Haiti, em troca de sua recondução e permanência no cargo*”. FATTON (2002) descreve esse período como a morte gradual de um momento de utopia, protagonizado por Aristide no fim da ditadura Duvalier, no qual libertar o povo de décadas de opressão e pobreza parecia, enfim, possível. Os acontecimentos subsequentes teriam iniciado um período de grande pessimismo.

Seguiu-se uma série de medidas antipopulares como um grande programa de privatizações de estatais, que ficaram nas mãos de grandes empresas estrangeiras, a repressão de protestos camponeses e, no limite, a eliminação de eventuais opositores. A nova face de Aristide (cujo sucessor apoiado era René Preval, que sairia vencedor das eleições subsequentes) dividiu seu antigo partido, o *Lavalas*, entre aqueles que prosseguiram em seu apoio ao presidente, a *Fanmi Lavalas* (Família *Lavalas*) e aqueles que se mostravam em desacordo com as medidas adotadas, a Organização do Povo em Luta (OPL), liderada pelo já citado Pierre Charles.

No entanto, em sua terceira eleição para a presidência do Haiti, em 2000, Aristide mostrou-se ainda mais radical. Entre suas ações, a abertura de zonas francas na fronteira com a República Dominicana que combinava a garantia de isenção de

impostos a grandes corporações e o emprego, em condições desumanas, de centenas de haitianos. A reação dos movimentos e organizações populares, por meio de marchas e ocupação de terras estatais, foi reprimida pelas *Chimès* (quimeras), grupos paramilitares armados por Aristide para garantir a “ordem” nos bairros. Apesar do protagonismo e da insurgência popular, a mídia internacional falava apenas na articulação que estaria sendo orquestrada por Jean Claude Duvalier, da França, para um provável novo golpe militar, o que parece ter preparado a opinião pública para a subsequente ocupação do país por *marines* norte-americanos e a instauração de um governo transitório (PESCHANSKI em SADER 2007:648). Afinal, o vaticínio feito pelo antropólogo haitiano Dantes Bellegarde na primeira metade do século - *“gostaria de lembrar os meus compatriotas que os povos com reputação de serem incivilizados ou simplesmente retardados são colocados sob o mandato ou a tutela de nações mais civilizadas”* (BELLEGARDE apud BELLEGARDE-SMITH; MICHEL 2011: 64) - parecia cumprir-se. O discurso de que os haitianos eram incapazes de conduzirem-se, como nação, a si próprios, voltava à cena, juntamente com milhares de *marines* norte-americanos.

É preciso lembrar, entretanto, que as tropas estrangeiras da MINUHA, que deveriam permanecer apenas seis meses no Haiti, jamais deixaram o país. Em vez de sua saída definitiva em 1996, o que se viu foi sua substituição pela MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), presente ainda hoje no país. Enquanto estive no Haiti, ouvi algumas vezes, em conversas com haitianos nas ruas, que, não fossem os danos produzidos/aumentados pelas sanções, a intervenção militar tão teria sido necessária e tampouco teria como justificar-se, como se a sanção econômica houvesse sido a antessala da intervenção completa e ostensiva que se seguiu. Essa visão está presente em diversas narrativas mais modernas sobre um suposto “fracasso” do Estado e da Democracia haitianas, que, seria, assim, atribuível à constante intervenção estrangeira – inclusive a das ONGs que se proliferaram pelo país nesse período - e suas ações consideradas autoritárias, unilaterais e etnocêntricas sob a forma de “ajuda”.

Hérard Jadotte, um dos defensores dessa tese, jornalista haitiano que se exilou no Canadá durante a ditadura Duvalier, entende mesmo que, por meio dessa “ajuda” estar-se-ia empreendendo uma “fabricação do pobre” como forma de conjurar

o rebelde e o estranho. O Haiti (e os haitianos) seria reduzido à pobreza e a pobreza, reduzida a um *“corpo sem alma que se oferece à caridade”*, destituída de toda a sua dignidade e capacidade de agência (JADOTTE 2005:114). Há aí, um ponto interessante. É considerável, na literatura haitiana, seja ela ficcional ou científica (ROUMAIN; PRICE-MARS; BARTHELEMY; ANGLADE), a menção a uma pobreza digna, que nada tem de impotente e débil, mas que é inclusive desejada por esse Haiti “não-oficial”, composto sobretudo pela população rural. Essa pobreza distingue-se da miséria absoluta e inviabilizante e traduz-se em um modo de vida simples, comunitário, não capitalista e sedimentado sobre a solidariedade e o igualitarismo como valores e práticas sociais. Georges Anglade em seu belo e premiado *“Elogé de la Pauvreté”* chega mesmo a concluir que a pobreza é *construída como problema* a partir de um paradigma que prega a riqueza como estágio a ser perseguido (ANGLADE 1983).

Voltando à questão da ajuda, há, no entanto, quem veja a ação internacional no Haiti e a afronta que ela representaria como desdobramento natural e merecido por uma *“elite moralmente repugnante”* e um *“povo mendigo, analfabeto e psicologicamente ressentido”* (WARGNY 2008:17). Fanon, bastante citado no início desse capítulo, nos traz uma visão completamente diferente e bastante interessante do auxílio internacional, principalmente quando parte dos antigos colonizadores:

Quando ouvirmos um chefe de Estado europeu declamar, com a mão sobre o coração, que deve ajudar os infelizes povos subdesenvolvidos, não trememos de reconhecimento. Muito ao contrário, nós nos diremos, “é uma justa reparação que nos farão”. Não aceitaremos que a ajuda aos países “subdesenvolvidos” seja um programa de “irmãs de caridade”. Essa ajuda deve ser a consagração de uma dupla tomada de consciência: tomada de consciência pelos ex-colonizados, de que isso *lhes é devido*, e pelas potências capitalistas, de que efetivamente *elas devem pagar*. Se, por ininteligência – não falemos de ingratidão – os países capitalistas se recusarem a pagar, então a dialética implacável de seu próprio sistema se encarregará de asfixiá-los. (FANON 2010: 122-123)

Nesse sentido, o discurso que acompanha a ação internacional que se inaugura no Haiti a partir da MINUAH, passa a ser especialmente interessante, já que nos dá pistas sobre a representação que se tem do Haiti e que, vem inspirando, como pano de fundo, o planejamento e a atuação multilateral no país. Exemplo disso é o teor da carta enviada por Dominique Villepin, então Ministro das Relações Exteriores

da França, ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2004, às vésperas da instauração da MINUSTAH:

O risco de caos que ameaça o Haiti hoje em dia é manifesto. A comunidade internacional deve *assumir sua responsabilidade* para evitar que o país sucumba frente à desordem e a violência [...] O terreno que pisamos é delicado [...] Neste contexto, qual deveria ser o objetivo da comunidade internacional? Trata-se de encontrar uma solução política que agrupe todas as forças do país que se negam a retroceder a sua época mais sombria (VASCONCELOS 2010:73). Grifo nosso.

Em sua resposta, Knight, então presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoia as razões de Villepin, acrescentando:

A situação que impera no Haiti já não pode ser considerada meramente um assunto interno. A situação atual levanta agora uma *grave ameaça à paz e a segurança regionais*, haja em conta a corrente de refugiados que ameaça consumir os recursos dos Estados da região. (IDEM). Grifo nosso.

Presentes nos dois discursos, provenientes de duas autoridades de peso no cenário internacional, há pistas que nos permitem deduzir os contornos do país sobre o qual se fala: caótico, entregue à própria violência e desordem, dependente da boa vontade e do bom senso de nações capazes de salvá-lo por serem seu absoluto oposto. Há, ainda, a perturbadora noção de que o Haiti deve ser “encerrado em si mesmo”, como se houvesse – como parecia haver também após a Revolução Haitiana – risco de “contaminação” de outros Estados “sãos” quando atingidos por “dejetos” desse “país doente”, daí a questão humanitária da migração ser tratada como questão de segurança internacional.

O modo como o Haiti passa a integrar os relatórios das Nações Unidas, como um dos cinquenta “*países menos avançados*” do mundo e o discurso que acompanha tal classificação, de que esses países seriam “*estados fracassados*”, confirma e retroalimenta a perspectiva recém vista. A imagem que salta dos relatórios e é confirmada com o envio da missão de estabilização é a de um país desprovido de saberes e práticas democráticas, alheio e indiferente aos princípios jurídicos e legais que orientam esse regime e incapaz, por si só, de estabelecer um ambiente estável, no qual as garantias fundamentais sejam observadas e respeitadas. Precisa, portanto, ser

estabilizado. Há, além, uma nítida ligação da pobreza (uma das facetas do fracasso) à violência, à desordem e à incapacidade de autogestão, já que os cinquenta países mais pobres do mundo, na listagem da ONU, são ou foram, em sua maioria, objeto de intervenção internacional<sup>60</sup>.

Esse discurso é tristemente corroborado pelas elites do “Haiti oficial”, de onde provém discursos que afirmam, sobre o Haiti que viemos chamando “não-oficial”, tratar-se de *“una mayoría que está allí, inmutable en su postura de víctima de nuestra sociedad”* ou *“una masa mayoritaria sin conciencia crítica a quien tenemos la obligación de educar para formar su conciencia”* (JEAN-FRANÇOIS 2008: 55). Nesse ponto, percebe-se uma clara adesão do “Haiti oficial” ao discurso estrangeiro, como fica patente no seguinte trecho:

Para que el cambio se concrete, hay que romper con un conjunto de tradiciones. Instalar las estructuras para entrar en un Estado de derecho. La mejor opción frente a la comprobación de las malas tradiciones que sólo han producido un país estéril, un país que no da respuesta a los problemas de la población, es tener la inteligencia suficiente para romper con todas aquellas que representan un obstáculo para el progreso de nuestra sociedad. Debemos avanzar hacia la adopción de los valores universales del Estado democrático, el Estado de derecho cuyas virtudes admiramos en las sociedades que nos hacen soñar y que frecuentemente mencionamos como modelos. (JEAN-FRANÇOIS op.cit.)

Fica evidente aí o sentido de “missão” da elite haitiana em relação à toda uma massa relegada a um estágio de quase barbárie<sup>61</sup>. A partir desse sentido, comungado com o centro hegemônico do cenário político internacional, há uma equiparação simbólica a ele e, nessa medida, uma “saída do Haiti”, visto como algo externo, inferior, do qual não se faz parte, mas que se olha do alto e, de lá, se oferece ajuda.

É particularmente importante salientar que a ajuda, aqui, oferecida dessa vez pelo “país oficial”, se refere à saída do que é apresentado como um fosso de atraso em que o país encontra-se atolado desde a Revolução, e que impede um suposto

---

<sup>60</sup> Para uma reflexão mais profunda sobre o tema, ver o artigo “Sanções Econômicas e Direitos Humanos: um estudo a partir do caso haitiano” de minha autoria, cuja referência completa encontra-se ao final.

<sup>61</sup> Sobre esse “sentido de missão” que caracterizaria as elites haitianas fala THOMAZ em “Haitian elites and their perceptions of poverty and of inequality”, devidamente referenciado ao final.

progresso, associado ao “Estado de Direito”, à “Democracia” e a “valores universais” que logo deixam de ser tão abstratos assim, quando associados às “*sociedades que nos hacen soñar y que mencionamos como modelos*”. É nesse projeto, que trata conceitos tão amplos e vagos como esses [Estado de Direito, Democracia, Valores Universais] como simulacros de modelos vividos e aplicados nos centros hegemônicos, que grande parte da elite haitiana, somada às forças internacionais, parece estar engajada no Haiti, nesse início de século. A contrapartida desse movimento tem sido a atualização de um preconceito secular contra a “herança africana” que parece seguir sendo compreendida como catalizadora de todos os entraves à modernização e ao progresso.

Diante da persistência dos argumentos coloniais no Haiti atual, parece-nos clara e latente a necessidade de enfrentar o desafio posto à Argélia recém independente por Fanon:

O colonialismo e o imperialismo não estão quites conosco quando retiram dos nossos territórios as suas bandeiras e suas forças policiais. (...)O problema concreto com o qual nos defrontaremos não é o da escolha entre os valores que nos precederam. O triunfo da luta pela libertação nacional só é alcançado quando os países libertos criam valores que lhes sejam próprios, métodos, um estilo que lhes seja específico. (FANON 2010:119)

Como fazê-lo em um país ocupado por tanques de guerra onde líderes estrangeiros decidem os rumos do país à revelia de sua população<sup>62</sup>, parece-nos uma pergunta importante a ser feita, que talvez nos diga algo sobre o papel determinante que a Universidade haitiana tem e terá nesse contexto.

## Considerações “transitórias”

Ao longo desse difícil capítulo introdutório, buscamos identificar episódios silenciados da história haitiana. Nesse caminho, as narrativas produzidas dentro e fora do país, responsáveis ora pelo encobrimento e/ou banalização, ora pelo desvelamento

---

<sup>62</sup> Talvez seja interessante mencionar que Ricardo Seitenfus, representante brasileiro da OEA no Haiti foi afastado de suas funções no país justamente por recusar-se à reprodução dessa lógica. O professor possui um sítio pessoal onde sua produção sobre o Haiti pode ser acessada: <http://www.seitenfus.com.br/>

dos eventos vividos, contribuíram para que construíssemos um mosaico dos processos e sentidos essenciais a uma compreensão menos reducionista - e, portanto, mais justa e menos etnocêntrica - do Haiti. Deve estar evidenciada, ao final desse capítulo, a inscrição dessas narrativas produzidas sobre o país dentro e fora de seus limites nacionais, em um cenário de disputa, onde vêm, repetidamente, servindo aos interesses dos vencedores. Buscamos, através da identificação dessas narrativas e de seus usos, disputar, igualmente, lugar entre os discursos estrangeiros produzidos sobre o Haiti e, principalmente, entre aqueles produzidos em um país cujo exército encontra-se instalado no Haiti desde 2004 sob o manto da “ajuda ao país mais miserável das Américas”.

Interessa-nos, por fim, que tenha ficado evidenciada, ainda que de forma bastante concisa e apressada, a imagem de um país que pode e deve ser lido a partir de seus próprios pensadores, muitos dos quais compuseram verdadeira vanguarda artística e intelectual e cuja obra, imaginamos, possa dar pistas importantes ao caminho a ser traçado também na esfera política nacional.

Conquistada essa pré-compreensão, enveredaremos, agora, pela inscrição da Universidade de Estado do Haiti e seu histórico de luta, confronto e resistência, no país que se buscou revelar em suas diversas tonalidades, na densidade possível, nesse capítulo introdutório.

## CAPÍTULO II

### UMA UNIVERSIDADE A SER CONHECIDA:

#### *A Universidade Pública Haitiana como espaço de resistência e esperança*



*A morte do porco, A marcha, Balas negras*  
*Um tríptico inspirado e sobre a Revolução Haitiana de 1791*<sup>63</sup>.  
Jeannette Ehlers, 2012<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Apesar de dedicada à Revolução Haitiana, vejo, nessa obra, simbolismos interessantes para pensar o papel/desafio da Universidade Pública haitiana no momento atual. A morte do porco, a marcha e as balas negras podem ilustrar, respectivamente, uma abertura necessária à cultura e ao saber popular; a força da atuação/mobilização/articulação coletiva; e, por fim, o modo como grupos de indivíduos podem impactar e transformar um país de forma mais efetiva que armas e tanques de guerra.

<sup>64</sup> A artista já foi devidamente apresentada no capítulo anterior.

## Considerações Gerais sobre o capítulo

Ao dedicar este capítulo à Universidade, é necessário deixar claro que partimos do pressuposto de que as instituições não devem ser estudadas enquanto modelos ideais pré-concebidos – e geralmente concebidos “de fora” – sendo essencial uma análise **situada** das mesmas, o que implica em seu justo posicionamento histórico, em sua inscrição na realidade que as integra e atravessa<sup>65</sup>. Assim, o presente capítulo depende profundamente de seu antecessor para conferir-lhe densidade e sentido. É no país complexo que procuramos expor, com suas desventuras e vicissitudes, necessidades e desafios, que deve ser compreendida a Universidade que se apresentará.

Essa preocupação não é descabida. Como já mencionamos alhures, o Haiti vem sendo alvo de uma série de discursos etnocêntricos, empenhados em justificar práticas que só podem ser definidas como coloniais na medida em que se apresentam como caminho/instrumento de salvação do país de sua “impossibilidade de existir por si próprio” ou de “resolver seus próprios problemas”. Esses discursos, que povoam relatórios internacionais de todos os gêneros, além de inspirar receituários para a superação da suposta inviabilidade do país, em geral, e da precariedade de sua Universidade Pública, em particular, nos parecem herdeiros dos discursos coloniais que pregavam a inferioridade da raça negra e sua incapacidade de grandes feitos.

Parece-nos, ainda, que a existência de uma instituição “de elite”, como é entendida a Universidade, em um contexto absolutamente periférico, associado à miséria e à privação, causa incômodo, perplexidade e confusão naqueles que se consideram os legítimos criadores de tal instituição e definidores de seus contornos e rumos. Tudo se passa como se um país que figura na lista dos mais pobres do mundo, engajado em não perecer de fome e doença, não pudesse “dar-se ao luxo” de ter uma Universidade e menos ainda de reclamar uma Universidade distinta.

Talvez a razão do incômodo esteja na desestabilização causada pela constatação de que há pensamento autônomo em contextos tidos como “tábulas

---

<sup>65</sup> Essa visão encontra inspiração na obra do indiano Amartya Sen, principalmente em seu “A ideia de Justiça”, referenciado ao final.

rasas”, onde a alteridade é concebida enquanto “espaço vazio”. Imaginamos que o Haiti “inventado” por seus antigos colonizadores/invasores seja um desses espaços tidos como “inviáveis”, onde só há novidade trazida “de fora” e implementada “de cima”. O Haiti inventado é um Haiti arcaico, um espaço anacrônico na moldura tecida pela modernidade, lugar espúrio de sofrimento e privação, ambiente homogêneo, totalizante e determinado, sem lugar para a diferença, o desvio, a invenção, a possibilidade. Tal como o “*Orientalismo*” denunciado por Sayd<sup>66</sup>, acreditamos que se possa falar em um “Haitianismo”, inventado pelo centro hegemônico, difundido com ajuda das agências multilaterais a seu serviço e da mídia internacional, ávida por estereótipos trágicos.

É nesse sentido que, nos parece, vem sendo percebida e analisada a Universidade de Estado do Haiti (UEH), única Universidade Pública do país, por uma série de agências multilaterais, ONGs, Institutos internacionais de pesquisa e governos estrangeiros, empenhados em “auxiliar a reconstrução do Haiti” e de sua Universidade, por meio de uma série de relatórios, recomendações e planos de ação, que apesar de já virem sendo produzidos desde antes do terremoto de 2010, ganham reforços após a tragédia. Tudo se passa como se a precariedade da educação haitiana pós-terremoto estivesse a fornecer uma inelutável “razão de ser” às centenas de organizações estrangeiras presentes no país, justificando sua permanência e conferindo-lhes o reconhecimento e a importância buscados. O Haiti **real** perde cada vez mais espaço nesse cenário inventado, discursado, fotografado e reproduzido hermeticamente, a ponto de se tornar imperiosa a divulgação de outras versões, outras dimensões, outros olhares sobre o Haiti. Aí se inscreve essa narrativa sobre a Universidade Pública no país.

Assim como no capítulo anterior, interessa-nos retirar do silenciamento imposto – instrumentalizado ora pelo encobrimento, ora pela banalização – as narrativas de luta, confronto e resistência que compõem a história da UEH e, mais especificamente, a atuação de seu movimento estudantil. Nossa proposta é a de apresentá-las por meio do método aventado por Maffesoli (2008: 123) como “*descritivo*”, cujo imperativo é a prudência e o cuidado no olhar. Nas palavras de

---

<sup>66</sup> Em “*Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*”, Sayd denuncia a invenção de um “Oriente” exótico e distante pelo “Ocidente”, que só existe na medida em que afirma a superioridade do segundo.

ARENHALDT(2009:62), isso implica “*Não fazer dobrar brutalmente a realidade conforme nossos desejos, não fazer uso de instrumentos ativos e da força explicativa para subjugar e julgar o dado mundano, mas sim de compreender e descrever o que se mostra, o que é.*” Ao optar por utilizá-la [a descrição] como método, assumo a disposição de olhar o cenário escolhido como ele se apresenta, em seus desvios e seus paradoxos. Uma vez que é preciso tirar narrativas do silenciamento, a descrição assume um papel ainda mais forte: o de trazer à borda, fazer emergir. Apesar de aparentemente simples, com esse método pretendemos chegar “*não à simplicidade, que não é nada, mas à complexidade modesta e secreta*” (BORGES 2009:12). Alcançá-la, parece-nos, requer um olhar sensível, situado e relacional, que pressupõe capacidade de inscrição e compreensão<sup>67</sup> do dado colhido.

Diante do desafio de escolher “o quê” descrever e as fontes a partir das quais fazê-lo, optamos, novamente, por privilegiar autores haitianos, sobretudo aqueles com alguma atuação na Universidade de Estado do Haiti e/ou com pesquisa sobre a temática da Universidade e movimentos estudantis. Destacam-se, nesse sentido, Fritz Deshommes, atual Vice-Reitor de Pesquisa da UEH, autor de “*Universté et Luttes Democratiques en Haiti*”; Jn Anil Louis-Juste, professor da Faculdade de Ciências Humanas da UEH até sua morte, em janeiro de 2010, e autor de inúmeros editoriais sobre as relações Universidade/Sociedade, publicados no jornal virtual *AlterPresse – Réseau Alternatif haitien d’information*; Susy Castor, responsável pelo recente Programa de Pós-Graduação do *Consejo LatinoAmericano de Ciencias Sociales* na UEH e autora de “*Étudiants et Luttes Sociales Dans la Caraibe*”. Guiamo-nos, fundamentalmente, ao escolher a partir de que narrativas apresentar a Universidade Haitiana e seu movimento estudantil, pelas referências destes autores em seus trabalhos. Além delas, apresentaremos, não mais por meio da descrição, mas da análise crítica, os discursos produzidos recentemente sobre “os problemas da UEH” e a “maneira de resolvê-los” por uma série de atores, nacionais e estrangeiros, que vêm empenhando-se em pensá-la/reconstruí-la por meio de relatórios e/ou planos de ação. Reforçamos a importância das notas de rodapé na composição desse capítulo. Na

---

<sup>67</sup> Ambos, inscrição e compreensão, remetem, por sua etimologia, a um processo que se dá *dentro* ou vai para dentro e, portanto, que *incorpora* a um espaço, ao invés de *retirar*.

maior parte das vezes, o desafio da análise a partir e da relação com a literatura estrangeira é empreendido aí.

## **As origens da Universidade Haitiana e a irrupção do movimento estudantil**

O desejo de ter, em solo haitiano, instituições dedicadas à formação de uma elite ilustrada, capaz de gerir o país, é tão antigo quanto a própria Independência nacional. Já em 1815, quando a parte Norte do país se encontrava sob o Reino de Henri Christophe<sup>68</sup>, uma “*Academia Real*” foi fundada, compreendendo Escolas de Medicina, Cirurgia e Farmácia, Artes e Ofícios e Agricultura (NASCIMENTO; THOMAZ 2010: 54).

Seguiram-se à queda de Christophe (e de sua Academia) outras tentativas, igualmente efêmeras, de instituir uma Academia Nacional no Haiti, até que em 12 de Janeiro de 1860, ocorreu a fundação do primeiro estabelecimento público de Ensino Superior no país: A Escola de Direito. Sob a coordenação do intelectual haitiano Antenor Firmin<sup>69</sup>, este estabelecimento de Ensino, que formou, durante muito tempo, a grande maioria dos ocupantes de cargos públicos no país, pode ser considerado o gérmen da atual Universidade de Estado do Haiti.

Seguiram-se a criação da Escola de Medicina, em 1861, de Ciências, em 1902 e de Agricultura, em 1924, quando o Haiti se encontrava sob ocupação norte-americana. Nesse período, em que os Estados Unidos definiam as estradas a serem abertas e a infraestrutura a ser produzida no país<sup>70</sup>, ter-se-ia consolidado o caráter

---

<sup>68</sup> Ver pgs. 43 e 51 dessa dissertação

<sup>69</sup> Firmin foi autor da obra “Da igualdade natural das raças humanas”, um tratado considerado por muitos o berço da antropologia moderna, escrito para confrontar o “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” do francês Gobineau. Sobre a obra de Firmin, Omar Ribeiro Thomaz entende que: “*é nela que temos um dos primeiros esforços sistemáticos em demonstrar que a diversidade entre os homens não encontrar-se-ia na raça, conceito inoperante quando da Humanidade se tratava, mas na História, nos feitos dos grandes homens, e na liberdade de todos e de cada um. Firmin não vai apenas à História — da Europa, da Ásia, do Haiti e da África — mas também procura lembrar a seus contemporâneos franceses o retrocesso representado pelo pensamento racista diante dos próprios avanços do pensamento filosófico europeu anterior. Infelizmente, a obra de Antenor Firmin permaneceu em grande medida desconhecida, mesmo para o público francês, tendo apenas recentemente recebido uma versão em inglês*”. (THOMAZ 2011)

<sup>70</sup> O episódio encontra-se melhor descrito nas páginas 57-62 dessa dissertação.

urbano e eminentemente centralizado das Faculdades, estabelecidas, todas elas, na capital Porto Príncipe. Essa disposição geográfica, que permanece até os dias atuais, parece ter confirmado e acentuado a profunda divisão entre o “país oficial”, que habita as cidades, e o “país não oficial” ou “*país de fora*”<sup>71</sup>, que diz respeito à grande maioria da população, situada na zona rural. Também se aponta a influência norte-americana na condução de um ensino eminentemente técnico nas Escolas Superiores, em detrimento do ensino humanista herdado da formação francesa de grande parte dos professores haitianos<sup>72</sup> (LOUIS-JUSTE 2003c).

Entretanto, na contramão (ou em razão) de uma presença cada vez mais intensa dos Estados Unidos no país, o início do século XX foi marcado pela gestação subterrânea de um sentimento profundamente nacionalista entre os haitianos. Ainda que não existisse formalmente, a Universidade haitiana – materializada naquelas unidades autônomas e a despeito do tecnicismo incentivado pelos americanos – seria um dos vetores desse sentimento. Assim, em 1929, o antropólogo Dante Bellegarde reivindicou uma “*Universidade patriota*”, e instituiu o dia 18 de Maio como “*dia da Bandeira e da Universidade*”, evidenciando o sentido cívico que inspirava esse alinhamento. No mesmo ano, centenas de jovens integraram a “*Greve de Damien*”, manifestação que, ao mesmo tempo em que lembrava os 10 anos da morte de Charlemagne Peralte<sup>73</sup>, denunciava o corte das bolsas aos estudantes de Agricultura, enquanto os salários de experts americanos contratados para trabalhar na mesma Faculdade alcançam valores astronômicos. Em 1941, foi criado por Jacques Roumain o “*Bureau d’Ethnologie*”, lugar de discussão e problematização da identidade haitiana partindo do *noirisme* e sua invocação da herança africana e da sabedoria popular. É nesse contexto que, em 1944, se deu a criação oficial da Universidade do Haiti, oriunda da unificação formal das faculdades existentes (LOUIS-JUSTE 2003).

---

<sup>71</sup> “*Pays em dehors*” é o termo usado por Barthelemy, sociólogo amplamente citado no primeiro capítulo dessa dissertação, para referir-se aos habitantes da zona rural haitiana.

<sup>72</sup> Essa tendência de privilegiar o ensino técnico em países pobres, vista com muita frequência ao longo do século XX, quando a Europa ainda mantinha suas colônias no continente africano, esteve amparada no discurso que pregava a inferioridade dos africanos. Maria Paula Meneses, em seu artigo “*Outras vozes existem, outras histórias são possíveis*” dá exemplos dessa prática ao citar o discurso governamental utilizado para justificar a presença de Portugal em Moçambique e que propunha que “*o atraso em que ficou o indivíduo daquele continente [o africano] em relação ao europeu, com o caminhar do tempo, mais dele o distancia. Nós, querendo educá-lo, devemos cuidadosamente orientar seu espírito, principiando pelo que é simples, prático e útil.*” (MENESES 2010:256)

<sup>73</sup> Ver pgs. 57-59 dessa dissertação.

O movimento estudantil universitário já existia nesse momento e desde o princípio serviu como plataforma de luta contra-hegemônica, ao questionar as escolhas políticas dos líderes nacionais e como espaço emergente de debate e disputa política, ao reivindicar uma agenda popular. Chega-se mesmo a cogitar que, composto por estudantes como René Depestre e Jaques Stephen Alexis<sup>74</sup>, e alinhado a outros movimentos populares, tenha sido o responsável pela queda, em 1946, do então presidente haitiano, acusado de proteger os interesses da elite mulata. Essas, me parecem, são algumas das características que marcaram a atuação do movimento estudantil universitário no Haiti ao longo de sua história: a ação em concerto com outros setores da sociedade civil; a incorporação de demandas dos segmentos populares haitianos à agenda especificamente universitária; o discurso marcado pela invocação de grandes feitos históricos, entre os quais se sobressai a Revolução de 1791; o impacto político, capaz de provocar a queda de autoridades governistas.

Durante a ditadura Duvalier (1957-1986) o caráter eminentemente contestatário do movimento encontrou seu ápice. Em 1960, mesmo ano em que foi oficializada a criação da União Nacional dos Estudantes Haitianos (UNEH), *Papa Doc* instituiu, mediante Decreto, a renomeação da Universidade do Haiti, doravante chamada “*Universidade de Estado do Haiti*”. Com a mudança de nome, veio a previsão de que a gestão da Universidade seria, a partir daquele momento, centralizada pelo Estado<sup>75</sup> e o entendimento de que “*todo estudante compõe a futura elite dirigente e, portanto, deve trabalhar para a sobrevivência do Estado e não contra ele*” (DUVALIER apud LOUIS-JUSTE 2003c). No preâmbulo do Decreto, fez-se menção, ainda, à necessidade de reorganização da Universidade do Haiti de forma a “*impedir que se transforme em antessala para as ideias subversivas do comunismo internacional*” (idem).

Essa iniciativa, que, na opinião de alguns intelectuais haitianos foi uma tentativa de transformar a Universidade do Haiti em uma “*Universidade Imperial*” (CASTOR 1992) ou “*Universidade de um único chefe*” (FRITZ-DESOMMES 2002), foi

---

<sup>74</sup> Já se falou ou falará de ambos, consagrados romancistas haitianos, ao longo dessa dissertação. Ver pgs.63 e 98.

<sup>75</sup> A centralização da gestão fez com que a nomeação de Reitores e Diretores seja atribuição do Governo que, indiretamente, passou a controlar também a formação do corpo docente e discente e a definição dos currículos.

entendida pelos mesmos como resposta direta à uma mobilização estudantil realizada algumas semanas antes, denunciando a prisão arbitrária de um membro da UNEH e exigindo sua soltura. A ação, que colocou a UNEH e sua postura contestatória em evidência, confirmando o entendimento de que se tratava de uma reunião “*de jovens forças democráticas haitianas, bem alinhada ao discurso da esquerda*” (LOUIS-JUSTE 2003b), evidenciou, nesse momento histórico marcado pelo controle, repressão e violência, uma forte identificação - ao menos dentro dos limites nacionais - da Universidade de Estado do Haiti com seu movimento estudantil, apoiado por parte dos professores<sup>76</sup>.

O temor do governo em relação a organizações juvenis nesse período era tamanho a ponto de orientar, no mesmo documento em que se instituiu a UEH, a dissolução da UNEH e de todas as organizações de jovens do país<sup>77</sup>. Além disso, estabeleceu, como requisito de admissão à Universidade, atestado de “*não pertencimento a organizações comunistas ou quaisquer associações declaradas suspeitas pelo Estado*” (CASTOR 1992). Seguiram-se episódios de sequestro, prisão, tortura e morte de centenas de estudantes e o exílio de dezenas de professores.

Assim como no Brasil e grande parte da América Latina, a atitude estatal repressiva longe de desmobilizar, contribuiu para elevar o grau de politização da comunidade universitária. Ao lado de outras organizações populares, comunidades eclesiais de base e do movimento sindical, o movimento estudantil da UEH formou um dos mais importantes centros de resistência organizada à ditadura no Haiti, sendo distinguido, ao lado desses movimentos, como um das grandes responsáveis pela queda do regime, com a fuga de Jean Claude Duvalier para a França, em meados da década de oitenta.

Parece-me, ainda, que por meio dessa articulação virtuosa com a sociedade civil organizada, com a qual realizou o enfrentamento/questionamento público do autoritarismo de Estado, a Universidade haitiana fez circular valores cívicos

---

<sup>76</sup> Grande parte, entretanto, dos professores que se opunham à ditadura, deixaram o país para exilarem-se no México, na Venezuela, em Cuba, no Canadá e nos Estados Unidos. O abandono do país passou a ser visto como a forma mais contundente de expressar repúdio, a tal ponto que daqueles intelectuais/artistas que não o faziam, suspeitava-se serem apoiadores de Duvalier (TROUILLOT 1990: 177-181).

<sup>77</sup> Em minha estada no Haiti, lembro de conversas com jovens reconhecidos como lideranças políticas na região de Jeremie (Grande Anse), que, ainda naquele momento – meados de 2008 – temiam serem assassinados por remanescentes de *tonton makoutes*.

e “vontade de democracia” em pleno Estado de Exceção. Como se essas práticas mantivessem, de algum modo, a liberdade e a democracia vivas no Haiti, ainda que sob a forma de reivindicação, sonho e esperança. Esses saberes/fazer dialogam com o que o crítico cultural Henry Giroux compreende como responsabilidade própria da Universidade enquanto espaço público: *“lutar contra a injustiça, mas também organizar as paixões coletivas no sentido de impedir o sofrimento humano e as formas diversas de não-liberdade ligadas à dominação e à exploração”* (GIROUX apud GUILHERME 2004). Essa “pedagogia da responsabilidade”, advogada por Giroux, (que encontra eco na obra de Dewey, Freire, Arendt e tantos outros), compreende o papel da Universidade enquanto espaço de aprendizado/troca/construção de valores éticos e práticas políticas, no quais *“as noções de bem público, as questões públicas e a vida pública se tornem centrais e prevaleçam sobre a linguagem de mercado, privatizante e despoliticante”* (idem). A impressão que temos é a de que, por meio da mobilização e da “experiência e vontade democráticas” acumuladas pelos estudantes nesse período, a pedagogia reivindicada por Giroux não apenas realizou-se, mas sobreviveu à violência e vigilância do período militar, até o final dos anos oitenta, e também à lógica desmobilizante do mercado, que imperou nos anos noventa em toda a América Latina.

Um dos desdobramentos desse aprendizado democrático vivido pelo movimento estudantil haitiano se deu logo na sequência da queda de Baby Doc. Aproveitando o momento favorável ao final da ditadura Duvalier, a Federação Nacional de Estudantes Haitianos (FENEH), reivindicando o legado da UNEH e invocando a luta dos estudantes de Córdoba<sup>78</sup>, mobilizou-se em torno de uma Reforma Universitária. Seus eixos centrais eram: a autonomia universitária; a participação

---

<sup>78</sup> A Reforma de Córdoba foi levada a cabo em razão da mobilização dos estudantes universitários argentinos que, em 1918, protestaram ativamente contra o ensino dogmático, a gestão fechada e burocratizada da Universidade, a ausência de liberdade de cátedra para os professores e reivindicaram, em meio a isso, o abandono do modelo de Universidade europeu e adoção de um tipicamente latino-americano. O episódio, que incentivou uma série de reformas semelhantes em toda a América Latina, é mencionado por OLIVEIRA e AZEVEDO (2008: 01) *“como um marco histórico incontornável para se compreender os demais processos de reforma universitária ocorridos na América Latina, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto a democratização da universidade e a defesa de princípios tais como: a) autonomia universitária; b) eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; c) concursos para a provisão de cargos docentes; e) docência livre; f) assistência livre; g) gratuidade do ensino; h) renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; i) assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso j) extensão universitária; k) integração e unidade latino-americana.”* Para uma leitura mais aprofundada da Reforma, indicamos SADER, Emir; GENTILLI, Pablo; HABOITES, Hugo (org). *La Reforma Universitaria Desafíos y perspectivas noventa años después*. Colección Grupos de Trabajo CLACSO. Buenos Aires: CLACOS, 2008;

democrática de estudantes, professores e técnicos nas eleições dos dirigentes da UEH; a liberdade acadêmica; e a autogestão financeira. A Constituição de 1987, ao dispor, em seu artigo 208, que *“O Ensino Superior é livre. Ele é oferecido pela Universidade de Estado do Haiti, que é autônoma”* consagrou, em linhas gerais, esses eixos, que receberam melhor atenção nas *“Disposições Transitórias relativas à Administração Central da Universidade de Estado do Haiti”*, promulgada em 1997, como *“fruto do acordo entre o Poder Executivo e a UEH”* (CASTOR 1992).

Em seu preâmbulo, o documento referido faz menção à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à Constituição de 1987, que se referem, ambos, à Educação enquanto Direito Humano. Em seus primeiros artigos, define a *“independência”* e a *“autonomia”* buscadas, a partir de sua relação com a representação e a participação, com a liberdade de expressão, com a autonomia na fixação dos conteúdos curriculares e organização do orçamento e com a inviolabilidade do espaço universitário. Já é possível visualizar, aí, o modo como a Reforma idealizada pelo movimento estudantil haitiano esteve na contramão da onda neoliberal hegemônica<sup>79</sup> que acometeu toda a América Latina em seu retorno democrático e penetrou no Ensino Superior impondo a transformação do currículo em mercadoria e dos estudantes em consumidores, e que, nas palavras de Giroux (apud GUILHERME 2004) *“pôs em causa a responsabilidade da Universidade de conferir aos estudantes uma educação que lhes permita reconhecer o sonho e a promessa de uma democracia substantiva”*<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> A década de noventa esteve marcada, também no Haiti, pela proliferação de Instituições Privadas de Ensino Superior, que se aproveitam do excedente de estudantes formados no Ensino Médio e não aprovados na UEH. Esse excedente tem origem nos esforços empreendidos nesse mesmo período, de massificar a educação. Para mais informações, consultar o Relatório *“Da crise às ruínas”* (NASCIMENTO; THOMAZ 2010).

<sup>80</sup> Também no Brasil o retorno democrático encontra uma Universidade com desejo de mudança. Isso fica evidente no texto *“Universidade para quê?”* de Darcy Ribeiro (1986), em que o autor, com sua escrita potente, contrapõe-se à toda lógica que implique perda de independência, autonomia e possibilidade de contribuição efetiva da Universidade para o desenvolvimento do país: *“nós nos recusamos a aceitar a universidade de mentira que se quer cultivar nesse país, tão insciente de si como contente consigo mesma”*. Não se trata, também, o autor deixa claro, de buscar que a Universidade Pública brasileira se assemelhe a uma *Sorbonne*: *“nossa tarefa-desafio não é fazer uma Universidade-Fruto, resultante de um desenvolvimento já cumprido, como é a Sorbonne, por exemplo. Precisamos de uma Universidade-Semente, capaz de gerar um desenvolvimento que o país não tem. Para tanto, é evidente que as Sorbonnes, por mais vetustas que sejam, não nos servem.”* Estou profundamente convencida de que essa mesma lógica, que anima os discursos de Darcy Ribeiro no Brasil pós-ditadura é aquela que impera no Haiti, entre seu movimento estudantil. Não somente nesse mesmo período, mas ainda hoje, quando tantos projetos formulados por institutos/universidades/centros de pesquisa

No que diz respeito à gestão da UEH, estabeleceram-se, como órgãos centrais, O Conselho Universitário e o Conselho Executivo. O primeiro, definido como *“órgão supremo de orientação, controle e arbitragem da UEH”*, seria composto pelos membros do Conselho Executivo, Diretores e Coordenadores das unidades da UEH, professores e alunos delegados, designados por cada faculdade. Entre suas atribuições estariam: I) eleger o Conselho Executivo; II) dissolver, por maioria de dois terços, o mesmo Conselho; III) Definir a política geral da UEH; IV) Interpelar o Conselho Executivo sobre sua gestão; etc. O Conselho Executivo, por sua vez, foi definido como *“órgão executivo da administração central da UEH”*, a ser composto por três membros, sendo eles um Reitor e dois Vice-Reitores (um para assuntos acadêmicos e outro para pesquisa), eleitos para um mandato de quatro anos. Entre suas atribuições estariam: I) realizar a administração geral da Universidade; II) propor ao Conselho Universitário um plano de alocação anual dos recursos da UEH; III) realizar a nomeação de pessoal; IV) promover a cooperação universitária.

Entretanto, para além da Universidade nova que se exigia, com características marcadamente latino-americanas e herdeiras de Córdoba, o que se viu foram gerações de jovens que, ao mesmo tempo em que lutam para dotar a Universidade de autonomia e liberdade na eleição de seus dirigentes, na seleção de seus professores e de seu currículo, rechaçavam veementemente o imperialismo e a submissão de qualquer ordem aos grandes interesses estrangeiros. Essa tendência nos parece tipicamente latino-americana à medida que nesses contextos o problema enfrentado na Universidade esteve intimamente vinculado ao problema vivenciado no âmbito da política, e que diz respeito à insuficiência de um modelo de governo e desenvolvimento captada pelos universitários e geradora de uma situação conflitiva *“que no tiene por qué producirse en sociedades en que el modelo de desarrollo no ha significado la frustración de un continente de 200 millones de hombres mayoritariamente hambrientos, enfermos y semianalfabetos”* (MAGGILOLO 1977:13).

Nesse sentido, a Universidade haitiana, apesar do completo desconhecimento de seus vizinhos, seja em razão de sua solidão geográfica, seja em

---

estrangeiros propõem ao Haiti modelos de Universidade que vão da “universidade de mentira” denunciada por Ribeiro até “Universidades-Fruto” que, apesar de “vetustas”, “não servem” para esse país que precisa de “Universidade-Semente” que problematize, pense e ofereça subsídios a um novo projeto de desenvolvimento.

razão da língua falada no país, aproxima-se intensamente das demais Universidades latino-americanas em tempos de ditadura, em seus dramas e reivindicações.

## **O “golpe de Saurel” e a resposta política dos universitários**

O início dos anos noventa, período que na maior parte dos países latino-americanos correspondeu ao retorno democrático, foi marcado, no Haiti, por um novo golpe militar, que retirou do poder o presidente democraticamente eleito, Jean-Bertrand Aristide. Nesse período, a comunidade acadêmica da UEH - assim como os demais movimentos populares, então apoiadores de Aristide - transformou-se num verdadeiro “*bastião da defesa do retorno à ordem constitucional*” (NASCIMENTO; THOMAZ 2010: 58), sofrendo intensa perseguição por parte do governo golpista. Novamente, centenas de estudantes foram presos e torturados, e muitos deles permanecem desaparecidos até hoje.

A volta de Aristide ao poder, em 1994, pelas mãos do mesmo país do qual se suspeitava ter apoiado o golpe - EUA -, não foi capaz, porém, de instaurar normalidade à convulsionada estrutura nacional<sup>81</sup>. Na Universidade, teve início um período de greves marcado pela radicalização do movimento estudantil – frustrado com a mudança de Aristide - e pela estafa do corpo docente, ambos, outrora apoiadores, a partir de então, fortes opositores do governo de Aristide, que, cada vez mais, passou a apostar no uso da violência instrumentalizada por forças paramilitares, as já citadas *chimès*, não raro formadas por jovens e crianças recrutadas nas regiões mais pobres do Haiti.

O segundo mandato de Aristide (2001-2004) esteve marcado por episódios especialmente delicados de confronto com a Universidade e, mais especificamente, seu movimento estudantil. Eles nos interessam à medida que nos dão pistas importantes sobre o *status* da comunidade acadêmica e da própria Universidade em seu entorno, as preocupações que suscita e o modo como interage e é vista pela sociedade que a circunda, suas organizações e movimentos. Além disso, servem para

---

<sup>81</sup> A referência ao “período Aristide” encontra-se nas pgs. 68-78 dessa dissertação.

que pensemos a dinâmica acionada pelo movimento estudantil e seu potencial pedagógico, político e democrático.

Ainda, entendemos que esses episódios marcam e evidenciam uma importante peculiaridade do movimento estudantil haitiano em relação à realidade juvenil/estudantil constatada nos demais países latino-americanos que, nesse momento histórico, estariam assistindo, nas palavras de Patricio Bustos, *“um giro de las dinámicas de subjetivación de los mundos juveniles, de lo colectivo a lo individual, desde la comprensión de la realización individual como central en los proyectos de ‘autorrealización’ difundidos en el mercado”* (BUSTOS 1997:90). Essa percepção, compartilhada por inúmeros cientistas políticos latinoamericanos (MIGLIARDI; ROSSI; ARCHILA; BONAVENTA; etc) de jovens cada vez mais recolhidos aos seus mundos privados, ou, ao menos, cada vez mais indiferentes a um espaço político rotinizado, e não percebido como cenário estreitamente vinculado à vida social, é vista como *“tendência que se va consolidando en la medida en que avanza la década del noventa y, con ella, la adoción del sistema económico de mercado”* (MIGLIARDI 2012: 43).

Nesse contexto, o diagnóstico feito por Migliardi (2012:44) em relação aos movimentos estudantis universitários na América Latina é o de que:

(...) pese a la recurrencia de eventos de protesta, movilizaciones y demandas estudiantiles, durante los años finales del noventa y los iniciales del dos mil, el movimiento estudantil universitario no logró posicionarse como actor relevante en los escenarios nacionales.

Entre as diversas causas de um suposto arrefecimento do protagonismo vivenciado por esses movimentos ao longo dos anos setenta e oitenta, são apontadas a *“dimension particular de sus demandas”*, sua *“modesta figuración pública”*, e, ainda, sua *“casi nula posibilidad de intervenir efectivamente en la configuración de la agenda política”* (MIGLIARDI 2012: 47).

Seja porque os jovens haitianos, diferentemente de seus contemporâneos latino-americanos, não vivenciando o retorno democrático, não tiveram o tempo/oportunidade/luxo de distensão que levou aqueles à desmobilização<sup>82</sup>; seja

---

<sup>82</sup> José Manuel Arce, em seu “Decálogo para repensar las certezas” (ARCE apud BARBERO, 2005) traz a noção de “intensidade do tempo social” como a mais hábil a explicar as distinções entre as condições de vida das juventudes ao redor do mundo e que *“alude a procesos de vida diferenciados. Esto no sólo*

porque o movimento estudantil haitiano sempre manteve uma forte e estreita relação com os demais movimentos sociais/populares e permaneceu solidário às suas demandas, os primeiros anos do século XXI no Haiti foram marcados pela intensificação e não pelo arrefecimento do protagonismo de seu movimento estudantil universitário. Alguns eventos selecionados servirão como lentes para que compreendamos esse fenômeno.

O mais emblemático desses eventos teve início com a decisão do Ministério de Educação Nacional – mais precisamente da Ministra Myrtho Celestin Saurel –, em 27 de Julho de 2002, de dissolver, unilateralmente, o Conselho Executivo da Universidade de Estado do Haiti, eleito em 1998, dentro da moldura de autonomia institucional regulamentada pelas Disposições Transitórias de 1997, no que ficou conhecido como “*golpe de Saurel*” (COLBERT, 2002). No mesmo ato, a Ministra determinou que o Conselho fosse imediatamente substituído por um comitê provisório, indicado pelo governo, que ficaria responsável pela condução de novas eleições e pela realização de “*algumas reformas no âmbito do Ensino Superior público*”, tendo como objetivo sua “*despolitização*” (idem).

A razão apontada pela ministra como fundamento do ato foi a expiração do período regulamentar de mandato do Conselho Executivo, reclamada por um grupo de alunos que reivindicavam a inelegibilidade do Reitor em exercício para um novo mandato, em uma manifestação realizada junto à Reitoria. A manifestação foi amplamente compreendida (DESHOMMES; LOUIS-JUSTE; CASTOR; COLBERT) como “*encenada*” e politicamente planejada pelo governo Aristide em uma “*tentativa de ingerência política sobre a UEH*”, parte de um provável “*plano de controle sobre a Universidade*” (COLBERT 2002) e, no limite, sobre “*todas as instituições públicas do país*” (LOUIS-JUSTE 2002).

A atitude de Saurel, definida como “*inaceitável*” e “*escandalosa*” pelo Reitor, foi veementemente condenada pelos conselhos Executivo e Universitário da

---

*refiere a periodos específicos de la historia, sino también a la existencia de cambios desiguales o intensidades diferenciadas de vida*”. A partir dessa noção, entender-se-á, ao fim desse estudo, a perspectiva em que se inserem as juventudes haitianas, vivenciando um tempo social intensificado, denso e opaco, cujo peso, entretanto, é compartilhado por diversos ombros.

UEH, que, utilizando-se das mídias independentes do país<sup>83</sup>, convocaram a sociedade civil haitiana a se rebelar contra essa “*ingerência inaceitável*”. A convocação foi endossada pela Federação Nacional dos Estudantes Universitários do Haiti, em um “*apelo à solidariedade e ao apoio na luta pela autonomia e independência da Universidade*” (GOSTON 2002). Neste apelo, convocou-se a população a uma marcha pacífica de protesto, encabeçada pela recém criada “*Frente de Resistência pela Defesa da Autonomia e Independência da UEH*”, composta por estudantes, alguns professores<sup>84</sup>, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Durante as mobilizações que seguiram ocorrendo durante o ano de 2003 e início de 2004, a Frente de Resistência organizou uma “*Comissão de Reforma*”, responsável pela elaboração de um “*Quadro de discussão sobre a Reforma da UEH*”. Esse documento, quando finalizado, em maio de 2003, foi amplamente divulgado na capital Porto Príncipe, por meio das mídias já citadas<sup>85</sup>. Trata-se de uma extensa pauta, onde os principais problemas e desafios da UEH foram listados e discutidos por seus autores, que, dessa forma, deixam antever seu entendimento da missão a que deve estar dedicada a Universidade Pública no Haiti.

Em sua introdução, a iniciativa de luta por independência e autonomia à UEH é apresentada como parte de um processo de “*engajamento pela democracia*” que pressupõe a descentralização, a admissão aberta e a democratização da UEH. Ainda na introdução, perguntas como “*a Universidade Pública haitiana pode contribuir à materialização do desenvolvimento social do país?*” e “*de que modo a reforma curricular, administrativa e de espaço físico da UEH pode contribuir à construção da Democracia no Haiti?*” são levantadas. Evidencia-se, aí, a vontade, que nos parece a coluna dorsal desse documento, de fazer da Universidade, a um só tempo, **laboratório**

---

<sup>83</sup> Ao mencionar “mídias independentes”, referimo-nos, sobretudo, ao jornal ALTERPRESSE, auto-nomeado “veículo alternativo de informação no Haiti”, dirigido por jornalistas e sociólogos haitianos, mas também ao “AYITI KALE JE”, jornal independente de divulgação de notícias em *créole*, espanhol e francês e à Kiskeya, rádio comunitária haitiana, com sítio web próprio “<http://www.radiokiskeya.com>”. Há, entretanto, inúmeros outros veículos de informação semelhantes a esses.

<sup>84</sup> Pelo que foi possível compreender a partir das fontes consultadas, há duas frentes de organização dos professores da UEH: o *Sindicato de Professores Universitários* e o *Coletivo de Professores*. Enquanto o primeiro guarda uma distância considerável em relação ao movimento estudantil e às bandeiras levantadas pelos alunos, o segundo é apoiador intenso e presente na grande maioria das ações organizadas pelo movimento estudantil.

<sup>85</sup> O documento está disponível em <http://www.alterpresse.org/spip.php?article506>

**de práticas democráticas e acervo de saberes ativos, posicionados, éticos, capazes de cumprir papéis políticos construtivos no desenvolvimento do país<sup>86</sup>.**

Na seção nomeada “*Quadro de referência da Reforma*”, ao mencionar-se a necessidade de reforma curricular, critica-se a “*transmissão de conhecimentos universalistas e generalizantes*”, propondo-se uma educação universitária situada, capaz de tornar-se “*agente de realização da síntese da herança deixada pelas civilizações ameríndia, africana e ocidental no Haiti*”, de forma que seu legado possa ser acionado na resolução dos problemas concretos enfrentados pelo país. Ressalva-se, nesse ponto, que o problema não está no conhecimento dito “*universal*”, mas no alijamento dos saberes “*criolos*” que compõem a identidade nacional, necessários à “*preservação da diversidade que compõe a unidade do povo haitiano*”<sup>87</sup>. Ainda, ao propor a reforma curricular como parte da reforma universitária, propõe-se que a questão sobre “*que tipo de indivíduos pretende-se formar nessa Universidade?*” atue como balizadora das discussões a esse respeito, ao mesmo tempo em que se levanta a necessidade de um currículo capaz de inspirar as “*decisões econômicas, políticas e culturais a serem tomadas tendo em vista o benefício da população*”.

Na seção intitulada “*O serviço social e a pedagogia ativa do trabalho*”, postula-se, por meio da referida pedagogia, “*a possibilidade, de um lado, de sintetizar os conhecimentos universais e os saberes locais e, de outro, de revelar ao estudante o papel da prática na compreensão da realidade*”<sup>88</sup>. Acrescenta-se, ainda, que “os

---

<sup>86</sup> Essa postura de negação de uma “neutralidade científica” ou “ética” encontra na obra de Florestan Fernandes, sobretudo em seus escritos sobre a Universidade, um profundo defensor. Segundo o sociólogo brasileiro, “*para se alcançar o campo de ação concreto da renovação da história, é necessário que a Universidade saia de seu confinamento: afinal, para que servem se não estiverem a serviço dos homens comuns na crítica e na reconstrução da sociedade?*” (FERNANDES 2004). Também no já citado Darcy Ribeiro (1986:21) e sua denúncia dos problemas-desafios da Universidade Pública brasileira no final da década de 80, as reivindicações haitianas encontram eco: “*o saber ou a técnica, por competentes que sejam, nada significam, se não perguntam para que e para quem existem e operam, se não se perguntam a quem servem*”. Ou ainda, quando prega “*a responsabilidade de que o saber não seja inútil, mas sirva ao seu povo e ao seu tempo*”.

<sup>87</sup> Mais uma vez, o encontro das reivindicações feitas pelos movimentos sociais haitianos com as ideias de Darcy Ribeiro nos parece interessante. Ao afirmar, no texto “Universidade para quê”: “*nosso caminho não será o soviético, nem o japonês, nem o canadense. Ninguém revive a história alheia. Cada roteiro trilhado por um povo no esforço para realizar, na civilização a que pertence, o seu destino, é um caminho próprio e único*” (RIBEIRO 1986:24), também ele aposta na Universidade como esse espaço onde o país deve pensar a si próprio “*como problema*” e encontrar, a partir de suas peculiaridades, um caminho próprio e específico a orientar seu desenvolvimento.

<sup>88</sup> Adivinhamos, aí, a influência do pensamento de Paulo Freire e, mais especificamente, de seu conceito de práxis educativa - “*A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e*

*problemas práticos que se apresentam como desafios ao desenvolvimento do país são importantes instrumentos pedagógicos para a sensibilização dos estudantes quanto ao papel que desempenharão na sociedade e na Universidade*". Percebe-se, aí, a compreensão, amplamente encontrada na literatura haitiana, de problemas como desafios e oportunidades pedagógicas. Ainda nessa seção, afirma-se a importância do serviço social a ser prestado pela Universidade à comunidade na *"abertura do espírito ao outro"* e na *"manifestação de uma solidariedade concreta no processo de solução conjunta dos problemas vivenciados pela sociedade"*.

Quanto à *"Reforma administrativa da UEH"*, reivindica-se a gestão democrática da Universidade e a criação de uma vice-reitoria específica para a extensão, encarregada de *"difundir os conhecimentos produzidos e conduzir as atividades do serviço social em geral, funcionando como mediadora entre a sociedade e a Universidade e como observadora dos processos sociais"*. Clama-se, ainda, pela descentralização da UEH, que, como espaço principal da Educação Superior *"não pode permanecer concentrada na capital em razão dos centros ocidentais de pesquisa, devendo estender-se sobre todo o território nacional"*.

---

*modificadora da realidade"*(FREIRE 1989) - sobre os membros da Comissão de Reforma. Como ficará evidenciado mais à frente, alguns professores da UEH, apoiadores do movimento estudantil, conheciam profundamente sua obra, como é o caso do Prof. Anil Louis-Juste. Também influenciado por Freire, o canadense Giroux fala da importância da articulação entre teoria e prática, reflexão e ação, para uma educação que se propõe cidadã, em uma inspiradora entrevista concedida ao Centro de Estudos Sociais (CES) de Portugal: *"Acontece, muitas vezes, a teoria na academia deslizar para uma forma de teorismo no qual a teoria se torna um fim em si própria, e é relegada para os cumes de uma existência secreta, ou se torna muito afectada e supremamente etérea, oferecendo o caminho mais rápido para a proeminência académica. Mas a teoria não é necessariamente um luxo relacionado com a fantasia do poder intelectual. Pelo contrário, a teoria é um recurso que nos permite definir e responder a problemas à medida que vão emergindo em contextos específicos. O seu poder transformador reside na possibilidade de gerar formas de acção a partir dessa sua capacidade de resolver problemas. A sua natureza política decorre da sua capacidade de fazer imaginar um mundo diferente e de fazer agir de modo diferente e este é o seu principal contributo para qualquer noção viável de educação para a cidadania. O que está aqui em causa aqui não é se a teoria é relevante, uma questão de resposta tão óbvia como a pergunta sobre se o pensamento crítico é importante, mas **quais devem ser as responsabilidades públicas e políticas da teoria**. A teoria não é apenas contemplação ou o caminho para o estrelato académico, pelo contrário, **trata sobretudo da intervenção no mundo, do desenvolvimento de ideias para o espaço mundano da vida pública, do aprofundamento da responsabilidade social e da participação colectiva no mundo**. Se a aprendizagem é uma parte fundamental da transformação social, a teoria é um instrumento essencial para o estudo de toda a gama de práticas diárias que circulam através das diversas formações sociais e para a **descoberta de melhores formas de conhecimento e modos de intervenção para contrapor aos desafios de um autoritarismo crescente ou de um pessimismo fabricado**"*.(GIROUX apud GUILHERME 2004). Grifo nosso.

O capítulo final do documento se dedica a pensar abordagens “*profissionais, ativas, ousadas e originais*” para o problema da escassez de recursos enfrentado pela UEH. As propostas vão desde a organização de concertos de música, leilões de obras de arte, venda de produtos confeccionados pelos alunos nos ateliês de arte, até maratonas a serem organizadas pela associação de mídias do país, bem como o acionamento da diáspora haitiana. Além disso, os movimentos sociais, sobretudo o estudantil, são especialmente convocados para pressionar o governo pelo aumento do percentual do orçamento nacional destinado à UEH e apenas por último menciona-se a mediação da UNESCO para a arrecadação de doações internacionais.

Infelizmente, não foi possível, a partir das fontes consultadas, saber se o documento produzido pela Frente de Resistência foi valorizado nas inúmeras discussões conduzidas sobre a reforma universitária. Ainda que sua simples elaboração - marcada pela cooperação entre movimento estudantil e outros movimentos sociais e setores populares - evidencie um esforço conjunto de pensar a Universidade de forma coletiva, solidária e generosa, para além dos cânones da excelência e competitividade ditados pelo mercado, imaginamos que a ausência de uma resposta institucional deixe de completar um círculo democrático virtuoso iniciado pela mobilização estudantil.

Explicamos. Parece-nos que a atuação do movimento estudantil haitiano não se caracteriza unicamente pela **denúncia** que faz, ao contrapor-se a governos autoritários ou elitistas. Em concerto com outros movimentos sociais - como se deu na elaboração do “Quadro de Discussão para a Reforma da UEH” - ele foi além da fase inicial de expressão da indignação e passou a **anunciar** caminhos democráticos. Esse anúncio não se limita às demandas pontuais expressas (em cartas abertas, manifestos, documentos publicizados, etc). Ele também diz respeito a uma nova forma “de estar junto”, coletiva e solidária, que é mais vivida e experimentada do que pensada, e cujos saberes vão se acumulando e reproduzindo<sup>89</sup>.

Em outras palavras, o movimento estudantil da Universidade de Estado do Haiti age pedagógica e politicamente, à medida que se propõe a pensar e construir

---

<sup>89</sup> Inspiramo-nos profundamente no capítulo “Denúncia, Anúncio, Profecia, Utopia e Sonho” do livro “Pedagogia da Indignação” de Paulo Freire, para construir essa conclusão, centrada na indignação (denúncia) e esperança (anúncio). A leitura e diálogo sobre esse texto foi realizado, por sua vez, no âmbito da disciplina “Os Movimentos Sociais e a Pedagogia da Indignação” ministrada pelos Professores Jaime Zitkosky e Paulo Albuquerque.

**novos mundos.** Essa atuação, atravessada por utopia, sonho e esperança não se resume a confrontar o poder constituído (e, dessa forma, restringir-se ao dado), mas experimenta constituir(-se), ao apontar/apostar na novidade, que toma o formato de alternativas democráticas, plurais e contra-hegemônicas.

A impressão que temos é a de que a **capacidade de indignação**, disparadora dessa engrenagem ativa e cheia de potência democrática movimentada pela UEH, a partir de seu movimento estudantil também não se dá nos contornos que conhecemos. Não se trata da indignação como sentimento egoísta e individual, *“reação de cólera ou desprezo a algo considerado uma injustiça contra si”*<sup>90</sup>, como definem os dicionários, mas o sentimento compartilhado, solidário, politizado. A indignação que sai da esfera privada do “indignar-se” (que encontra espaço e age apenas sobre a subjetividade do indivíduo) e passa a integrar o **público**, inspirando a mobilização e intervenção coletiva. Há, assim, um salto do indivíduo à coletividade, da subjetividade à ação concreta e concertada. Entendemos, no entanto, que esse processo somente exercerá seu potencial transformador se a manifestação pública e coletiva desses movimentos for seguida pelo devido processamento de suas demandas e a elaboração de respostas políticas. Assim, se encadeariam, em um ciclo virtuoso: I) a **indignação coletiva** contra um ato considerado injusto; II) a expressão pública e coletiva dessa indignação por meio de sua **denúncia**; III) a elaboração, concertada, de respostas alternativas ao cenário/ação indigna, entendida, aqui, como **anúncio** de outras possibilidades, aptas a reverter, superar a indignidade inicial; IV) a **resposta do Estado**, a partir do processamento dessa denúncia/anúncio. Reiteramos que essa sequência virtuosa só se completa pela ação do ator que cometeu a “indignidade”, em relação àquele que a denuncia.

Essa, nos parece, é a verdadeira espiral virtuosa e transformadora, que só se converte em mais democracia na medida em que o tempo e a acumulação de experiência elevam a capacidade e a qualidade de proposta da sociedade civil e de resposta dos governos. Preocupa-nos, assim, aquilo que nos parece ser uma tendência histórica dos governos a não cumprirem com o que lhes cabe nesse ciclo, enquanto produtores de injustiça: ouvir o **grito** daqueles que se sentiram lesados e responder a ele. O déficit de resposta governista, nesse contexto, fomenta as teses sobre a

---

<sup>90</sup> Nesse caso, a definição utilizado é a do Dicionário Aurélio.

profunda cisão entre a elite governista e a sociedade civil que, no limite, constituiriam polos antagônicos, inimigos<sup>91</sup>. O resultado disso, tememos, é o trágico desperdício de um arsenal de práticas e saberes democráticos e de um espaço emergente de contribuição para a renovação da política – concebida como espaço de diálogo entre diferentes de onde pode surgir o novo – no Haiti.

O reconhecimento do potencial democrático desses saberes/práticas e a preocupação com seu eventual desperdício não é exclusividade desse trabalho. Ele também vem sendo feito no Haiti/pelo Haiti. Evidência disso é a reflexão de Anil Louis-Juste - naquele momento Professor da Faculdade de Ciências Humanas da UEH e membro do Coletivo de Professores - em editorial intitulado “*Estudantes Educadores e Professores Educados na crise de 27 de Julho*” (LOUIS-JUSTE 2002b). Nesse editorial, o professor exalta a saída do movimento estudantil às ruas, junto a organizações civis e movimentos populares, para reivindicar autonomia e independência à Universidade, enquanto “*os tecnicistas refugiavam-se em seus escritórios para pensar a democracia universitária*”, em sua opinião “*prova flagrante da dissociação entre teoria e prática e da dicotomia trabalho intelectual/manual em nossa prática educativa e eloquente expressão de nosso horizonte político*”. Louis-Juste identifica o momento crítico vivido como “*uma circunstância profundamente pedagógica*”, seja pelo encontro de práticas “de dentro” e “de fora” da Universidade que, ao cruzarem-se, reconhecem-se, legitimam-se, combinam-se e influenciam-se mutuamente, seja pela lição de *práxis democrática* dada aos professores pelos alunos<sup>92</sup>. Juste segue sua reflexão, citando inúmeros autores brasileiros, como Saviani, Gadotti, Chauí e sobretudo Freire<sup>93</sup>, na medida em que reivindica que a Universidade supere, como instituição, os paradigmas

---

<sup>91</sup> O mais forte defensor dessa tese é Michel Trouillot, em seu “Haiti: State against Nation”, devidamente citado ao final, seguido por Barthelemy e seu “Le pays en dehors – essai sur l’univers rural haitien”.

<sup>92</sup> Há, nessa construção, uma evidente inspiração *freiriana*, e seus conceitos de “*conhecimento relacional*” ou “*inter-relacional*”, “*que abre possibilidades aos sujeitos da relação da produção de interconhecimentos*” (FREIRE 2001), seja na concepção já citada de “*práxis*”.

<sup>93</sup> Foi, para mim, uma grande satisfação constatar que os professores haitianos da área das Ciências Humanas e Sociais, apesar das barreiras linguísticas, conhecem e citam autores brasileiros. O Professor Louis-Juste cita e inspira-se no pedagogo Paulo Freire em inúmeros de seus trabalhos. Parece-me chegada a hora de estabelecer-se um diálogo produtivo com os pensadores haitianos, ainda profundamente desconhecidos entre nós, sobretudo na área da Educação. O próprio Louis-Juste é uma referência importantíssima aos estudos sobre juventude, universidade e sociedade em toda a América Latina.

conservadores e tecnicistas impostos pelo capital, ousando tornar-se “*plural, democrática, popular e agente de transformação*”.

O editorial de Louis-Juste foi seguido por uma série de manifestações no mesmo sentido<sup>94</sup>, sinalizando uma evidente preocupação de professores, alunos e cidadãos em geral, com a atuação da Universidade Pública na realidade social que a atravessa e constitui. A discussão conduzida abrange a preocupação com a burocracia escolar/acadêmica que reveste a escola/universidade de uma aparência tecnicista, hermética, fundada no controle, na hierarquia, nas estruturas, na eficiência e na impessoalidade, tidas como heranças do processo de mercantilização visto nos anos noventa em toda a América Latina, e cuja marca mais intensamente mencionada é o alheamento da Universidade em relação a seu entorno. É a esse alheamento, revestido com a suposta imparcialidade do tecnicismo, a que Louis-Juste parece referir-se ao mencionar como problema uma Universidade “*cujo discurso não é nem tolerante e nem cooperativo, mas puramente manipulador, ao servir aos objetivos políticos latentes*” (LOUIS-JUSTE id).

Ao se defender, nesse ponto, uma Universidade politizada, em contraponto à tecnicista, percebemos se defender, sobretudo, a noção de Universidade enquanto **espaço público de diálogo entre diferentes**, intercâmbio e construção conjunta de saberes, alicerçados em e revelados por meio de práticas democráticas e emancipadoras. Alexis (1970) - intelectual haitiano amplamente citado por Louis-Juste e antiga liderança estudantil - compartilha dessa concepção de **política** enquanto **movimento, possibilidade de mudança e inovação**, e aposta no papel ativo a ser desempenhado a partir da educação, que não deve reduzir-se a “*testemunhar o real e explicá-lo*”, devendo engajar-se em “*transformar o mundo*”. Para isso, “*o estudante deve tomar partido, ele deve ser um combatente*” (ALEXIS, 1970, pg. 152)<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Como o editorial foi publicado em um jornal virtual, as manifestações mencionadas consistem não apenas em outros artigos publicados (entre eles, o de Fritz Deshommes, em 27 de outubro de 2002), mas em comentários feitos ao pé da página do editorial de Louis-Juste e que podem ser acessados no link referido ao final.

<sup>95</sup> Esse homem combatente lembra o *homem bom* esperado por Hannah Arendt, na medida em que se opõe ao sujeito conformado com o *status quo*. O *homem bom*, capaz de cuidar o mundo é, para a autora, aquele que se sente parte dele, conectado ao seu grupo, ciente de sua responsabilidade pelo que virá, já que ele é “*a promessa de ação e a ação é uma promessa de novos começos*” (ARENDR APUD COURTINE-DENAMY: 2004)

Este “tomar partido” de que fala Alexis e a que também se refere o Professor Louis-Juste, não diz respeito a partidarismos, trata-se de saber/fazer que se adquire na prática, por meio de uma formação que não seja estranha ao debate, à contestação, ao conflito, e tampouco às contradições que atravessam e constituem a realidade social. Esse processo, centrado no *conflito*<sup>96</sup> – entendido não como oposição à paz, mas como oposição à comodidade e à inércia – nos parece capaz de disparar os movimentos complexos de “*interrupção, ruptura e conexão*” de que nos fala Glissant em sua “*Poética da Relação*” (GLISSANT 1997a), aptos a **pôr fim** em saberes/práticas autocentrados e mesquinhos, **romper** com tradições autoritárias e/ou desmobilizantes e a ativar, **conectar-se** com novos saberes, práticas e relações na e entre Universidade e sociedade, constituidoras do que o autor concebe como política: “*esta urgência para cada um de nomear-se diante do mundo, isto é, esta necessidade de não desaparecer da cena do mundo e de contribuir, ao contrário, à sua ampliação*” (GLISSANT 1981: 04)<sup>97</sup>.

Entendemos, assim, que as leituras negativas sobre a atuação do movimento estudantil no Haiti (THEOSMY 2010; GILBERT 2009), associando-o à desordem e à confusão, partem de uma concepção social fundada na **ordem**, e que, no Haiti, nesse momento histórico, está associada ao silêncio imposto, a uma paz

---

<sup>96</sup> Maffesoli (2008) falaria em harmonia conflitual para amenizar a carga negativa que paira sobre a palavra conflito. Eu, entretanto, opto por assumi-la assim, inteira e solitária, mas associada a novos significados, esvaziada de seu sentido puramente destrutivo.

<sup>97</sup> Para Glissant, a política é compreendida enquanto espaço onde indivíduos, grupos ou mesmo povos distintos se relacionam, fazendo emergir mundos, criando “*o diverso*” onde antes só havia “*o mesmo*”, como constata-se na seguinte fala: “*o Diverso é teimoso. Ele nasce em toda parte. O que se chama em toda parte a aceleração da história, provem justamente da saturação do Mesmo, como de uma água que transborda de seu continente e desbloqueia em toda parte a exigência do Diverso. Esta aceleração, levada pelas lutas políticas, fez com que os povos que ainda ontem povoavam a face escondida da terra (como houve durante muito tempo uma face escondida da lua) tivessem que nomear-se diante do mundo totalizado. Se não se nomeassem, amputariam o mundo de uma parte de si mesmo. Esta nomeação assume formas trágicas (guerra do Vietnam, esmagamento dos palestinos, massacres na África do Sul), mas passa também pelas expressões político-culturais: salvamento dos contos tradicionais africanos, poemas engajados dos militantes, literatura oral (oralitura) do Haiti, consenso difícil dos intelectuais antilhanos, revolução tranqüila no Quebec*”. Diríamos que a supressão do Mesmo para o nascimento do Diverso também passa pela atuação dos movimentos estudantis no Haiti. O eco que a fala de Glissant faz ao já citado Henri Giroux e à Hannah Arendt, com sua noção de política como espaço oposto ao deserto – onde os homens encontram-se esmagados e iguais nessa supressão da diferença – é inegável. Para todos, ela é a responsável pela manutenção da existência de mundo. Ao projetarmos esses conceitos à realidade da Universidade Pública em países marcados pelo autoritarismo de Estado como o Haiti, há sempre o temor de que ela se deixe contaminar pelo deserto que predomina em nível institucional e afaste-se da política, enquanto espaço para diálogo, resistência e experimentação. Felizmente, não é o que parece acontecer no país.

artificial, mantida pela força e pela intimidação, a um desaparecimento forçado da cena do mundo, e/ou renúncia/desistência de contribuição à sua manutenção. Acreditamos, ainda, que a presença desse conflito coletiva e publicamente manejado, evidencia um importante posicionamento político desses jovens estudantes haitianos, **em oposição ao poder** (dentro e fora da Universidade) que teima em reproduzir uma lógica excludente, autoritária, e por isso injusta e antidemocrática no Haiti. A Universidade Haitiana e a atuação de seu movimento estudantil tornam-se, assim, eficiente observatório, verdadeiro termômetro democrático no país.

### **Outros episódios silenciados no “retorno democrático”**

O próximo evento a ser destacado pode ser considerado desdobramento da intensa vigilância e contestação social desencadeada pelo primeiro evento. Ao final de 2003, a tentativa de ingerência sobre a UEH atingiu seu ápice, convertendo-se em violência aberta. Em carta aberta à nação haitiana (CONSEIL DE L'UEH 2003), o Conselho Universitário relatou que, em 5 de dezembro, *“um dos dias mais tristes de sua história”*, a *“autoproclamada Polícia Nacional”* invadiu a sede da UEH, intimidando e agredindo alunos e professores, e culminando em ataque pessoal ao seu Reitor, que teve suas duas pernas quebradas no episódio. Reputa-se, nessa Carta, a violência de Estado contra a UEH a uma *“tentativa de eliminar todos os espaços de pensamento plural e de exercício das liberdades públicas”*. Ao final, proclama-se: *“o governo Lavalas deve partir para que viva a Nação!”*.

Seguiram-se a essa Carta uma série de manifestações de apoio e solidariedade à UEH, assinadas por inúmeras organizações, entre as quais se destaca a Associação Nacional dos Agro-Profissionais Haitianos (ANDAH), que acusa o governo de tentar estabelecer *“uma paz de cemitério”* e submeter a seu controle *“todos os espaços de construção de conhecimento e crítica, todos os lugares de reflexão, organização e liberdade cidadã”* para garantir a continuidade de sua *“política de dilapidação nacional”* que teria, como um de seus vetores, *“a extirpação da mobilização estudantil culminando, pouco a pouco, com a destruição total da*

UEH”(ANDAH 2003). Ao final, a própria ANDAH convoca outros segmentos sociais (classes trabalhadoras, organizações de mulheres, sindicatos de industriários, intelectuais e artistas) a mobilizarem-se contra a violência de Estado imposta à Universidade.

Fica patente no discurso da ANDAH, a identificação da Universidade como espaço plural, voltado ao exercício da reflexão, liberdade e cidadania. Nesse contexto convulsionado, autoritário, violento e ilegítimo, a defesa ativa e coletiva da Universidade parece significar um profundo esforço de proteção da inviolabilidade de um dos últimos espaços compreendidos como democráticos, livres, plurais, **públicos** no Haiti. Essas manifestações públicas dos movimentos sociais em defesa da UEH parecem assentadas sobre um forte senso de cooperação e solidariedade, remetendo-nos aos *kombites* mencionados no primeiro capítulo, como práticas coletivas de gentileza e auxílio mútuo entre as classes populares haitianas, identificadas em seu repúdio a governos autoritários. A deposição do presidente, em fevereiro de 2004, foi compreendida como vitória dessa mobilização coletiva e cooperativa.

A potência desses acontecimentos iniciados em 2002 e o modo como evidenciam o engajamento coletivo na defesa da inviolabilidade da Universidade enquanto espaço público - plural, coletivo, livre - faz com que lamentemos profundamente o absoluto silêncio a que foram condenados fora do Haiti. Em pesquisa realizada junto aos principais mecanismos de busca na Internet, não se encontrou qualquer referência aos mesmos em língua inglesa, espanhola e portuguesa. As referências encontradas em língua francesa, por sua vez, foram todas publicadas por veículos de informação haitianos.

O desconhecimento absoluto da América Latina em relação ao movimento estudantil haitiano, de forma geral, e a esses eventos emblemáticos, em particular, parece-nos evidente no momento em que, quase dez anos depois, o movimento estudantil chileno é exaltado por lograr algo que, parece-nos, os estudantes haitianos já vinham fazendo há muito tempo<sup>98</sup>: a capacidade de transcender as reivindicações particularistas e, por conseguinte, de realizar “*questionamentos de fundo*” e a

---

<sup>98</sup> Não é nossa intenção diminuir a importância desse importante movimento, apenas inscrever, na mesma moldura, os igualmente importantes eventos protagonizados pelos estudantes haitianos.

capacidade de articulação do movimento estudantil com outros movimentos sociais (VALLEJO 2012: 5).

Parece-nos que as diferenças existentes dizem respeito, sobretudo, à ampla utilização das redes sociais na organização do movimento chileno (mecanismo a que os estudantes haitianos ainda não tinham – e seguem não tendo - amplo acesso) e à intensa cobertura midiática conferida ao mesmo, seja porque as agências de notícias, preparadas pelos eventos da “Primavera Árabe”<sup>99</sup>, foram capazes de captar a importância desses eventos protagonizados pela juventude, seja porque o Haiti está fora das fronteiras imaginárias que definem os países cujas notícias “interessam”. A impressão que se tem é a de que o Haiti somente passa a interessar quando confirma seu estereótipo de “país fracassado”. Assim, o Haiti noticiado é o país do vodu (associado à magia negra), cuja maioria da população é analfabeta e miserável, país ocupado por uma Missão das Nações Unidas, convulsionado por governos autoritários, alvo de furacões, terremotos e tempestades que deixam centenas de mortos, feridos, desabrigados. Enfim, o Haiti noticiado é um país desesperado, prostrado, falido. O desvio – entendido aqui como todos os elementos, comportamentos, eventos, atores, processos não esperados – que questiona, confunde e põe em cheque essa visão - que vende jornais - é banalizado, encoberto, silenciado.

Outro episódio importante e igualmente silenciado da estória de confronto, luta e resistência que marca o movimento estudantil da UEH diz respeito à chegada da Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH) ao Haiti, em 2004. A presença das tropas foi fortemente condenada pelos estudantes universitários, que a viam como agressão à soberania haitiana, nova tentativa de submeter o país aos auspícios estrangeiros, por meio de um discurso etnocêntrico, que afirmava seu fracasso e inviabilidade.

---

<sup>99</sup> Referimo-nos, aqui, à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2011, e que, no caso egípcio, contou a intensa ação de jovens e sua capacidade de mobilização a partir das redes sociais. A raiz dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela falta de democracia. A população sofre com as elevadas taxas de desemprego e o alto custo dos alimentos e pede melhores condições de vida. Um estudo bastante interessante sobre o papel da juventude nesse processo pode ser encontrado em: TOMASOTTI, Marina. *Nuevas tecnologías, revolución y el despertar de la juventud árabe*. Centro argentino de Estudios Internacionales, Working Paper 29, Programa Medio Oriente. Disponível em: [http://edoc.bibliothek.uni-halle.de:8080/servlets/MCRFileNodeServlet/HALCoRe\\_derivate\\_00006057/CAEI\\_29.pdf](http://edoc.bibliothek.uni-halle.de:8080/servlets/MCRFileNodeServlet/HALCoRe_derivate_00006057/CAEI_29.pdf) acesso em 15 de janeiro de 2013.

Durante minha estada no Haiti, em 2008, surpreendeu-me o modo como nosso grupo de pesquisadores foi desencorajado a visitar a UEH pelas autoridades brasileiras presentes no país, sob a alegação de que poderia ser perigoso por conta da “*grande instabilidade*” vivida pela Universidade. Provavelmente, as autoridades se referiam às contínuas mobilizações, greves e manifestações organizadas pelos estudantes da UEH, junto a outros movimentos sociais – como a Plataforma de Organizações Haitianas em Defesa dos Direitos Humanos (POHDH), a Solidariedade das Mulheres Haitianas (SOFA), o Movimento Democrático Popular (MODEP), a Plataforma Haitiana de Advocacia por um Desenvolvimento Alternativo (PAPDA), o Movimento de Estudantes Adultos (MEGA), etc. Essas manifestações coletivas geralmente conciliavam as críticas à MINUSTAH (e a reivindicação de sua saída do Haiti) às críticas ao governo - responsabilizado pela deterioração da situação social e econômica no país - e reivindicações em favor do aumento no salário mínimo, reforma da política agrária, etc<sup>100</sup>.

O auge da hostilidade entre UEH e MINUSTAH deu-se em 2009<sup>101</sup>, com a entrada das tropas na Faculdade de Etnologia e a agressão física contra seus alunos (GOTSON 2010) e em 2010, quando a presença das tropas completou seis anos no país e uma grande marcha, organizada pelos movimentos sociais e liderada pelo movimento estudantil da UEH, foi realizada. Nessa ocasião, ao mesmo tempo em que se acusava a MINUSTAH de “*saquear, abusar e estuprar*” no país, admitia-se que a luta dos movimentos sociais, assim que as tropas deixassem o Haiti, continuaria “*na batalha pela modificação do Estado e contra a aplicação de políticas neoliberais*”(GOTSON, id)<sup>102</sup>. Manifestava-se aí, contrariando o discurso propagado

---

<sup>100</sup> Ver, como exemplo, as matérias “Haiti: discorde et tension lors d’une manifestation estudiantine contre la politique gouvernementale” e “Les secteurs sociaux ont investi les rues, malgré une interdiction du gouvernement”, de autoria de Pierre Gotson, publicadas, respectivamente, no dia 11 de Maio e 20 de setembro de 2005, no Jornal AlterPresse.

<sup>101</sup> Em 2009, algo importante aconteceu no Haiti, para além desses eventos descritos, envolvendo a atuação do movimento estudantil. Entretanto, não logrei, a partir das fontes a que tive acesso, compreender exatamente do que se tratou.

<sup>102</sup> Parafraseando Omar Ribeiro Thomaz em seu “*O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou*”, devidamente referenciado ao final, “*não é meu interesse aqui fazer qualquer discussão que tenha como eixo uma crítica ou um elogio da presença brasileira no Haiti. O Brasil já participou de outras missões das Nações Unidas, esta não é a primeira, e o impacto da presença de nossas tropas nesse país não encontra eco para além de nossas próprias fronteiras. O fato de que o aparato militar da missão seja liderado pelo exército brasileiro é, do ponto de vista daqueles que quero privilegiar aqui, irrelevante. Para a esmagadora maioria dos haitianos, não há nenhuma marca especial: se trata apenas de mais uma missão internacional.(...) A presença específica brasileira no Haiti é, enfim, algo para consumo interno dos brasileiros.*” Para uma análise oficial sobre a atuação da MINUSTAH indicamos “THOMPSON;

pelas agências multilaterais e de ajuda presentes no Haiti, um profundo engajamento em favor do **público**, e nítida vontade da sociedade civil haitiana de “resolver seus próprios problemas”<sup>103</sup>. Em janeiro de 2010, momento paradigmático da história do país, esse civismo, manifesto em ação coletiva, cooperativa e coordenada revelar-se-ia, mais do que inclinação democrática demonstrada pela juventude haitiana, vetor de sobrevivência de sua população.

## O terremoto de 2010 e suas repercussões

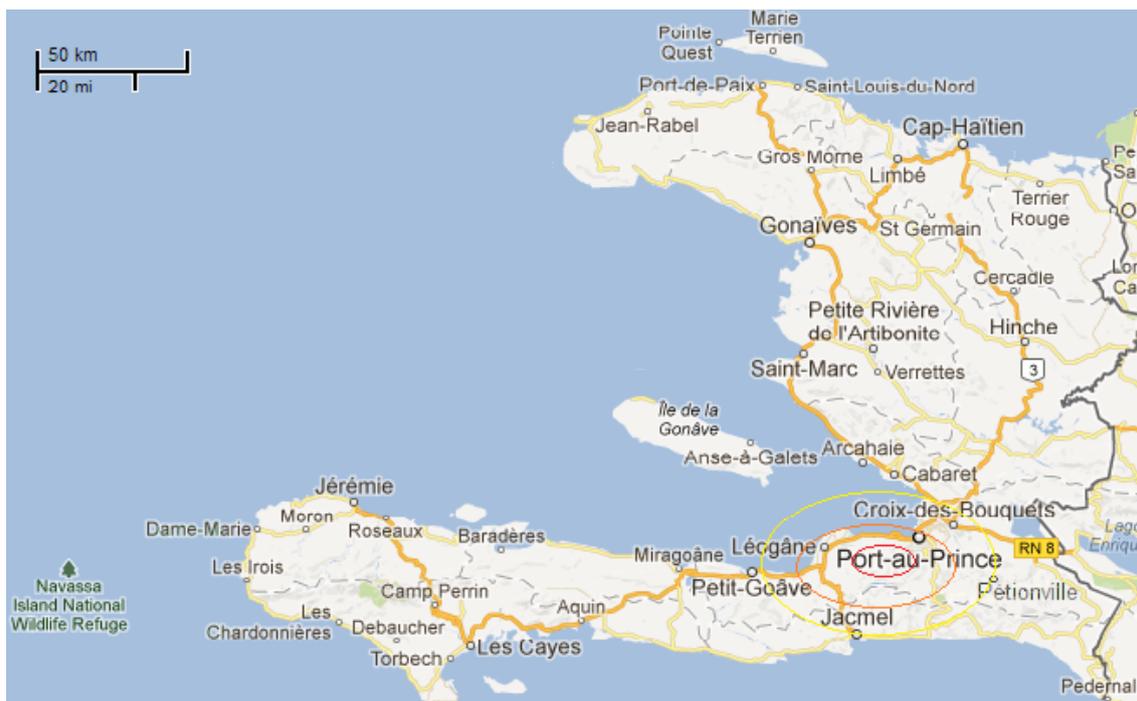
O terremoto que se abateu sobre Porto Príncipe, Pétienville, Léogane, Petit-Goâve, Grand-Goâve e Jacmel (figura 3) em 10 de janeiro de 2010, quando as tropas da MINUSTAH já contavam seis anos no Haiti e mais de dez mil ONGs encontravam-se estabelecidas no país<sup>104</sup> prestando “*auxílio*”, aparece nas análises mais críticas (THOMAZ; PIERRE-LOUIS; CASTOR) menos como catástrofe natural e mais como “*fracasso de todo o aparato associado à ideia de ‘ajuda internacional’*” (THOMAZ 2010:24). A denúncia da ineficiência – e mesmo do desinteresse - dessas organizações em providenciar socorro rápido e eficaz à população haitiana logo após o terremoto vem, incontinenti, seguida pela exaltação da capacidade de organização, cooperação e cortesia com que a grande maioria dos haitianos, deixados a sua própria sorte, enfrentou o desastre.

---

Andrew e HEINE, Jorge, Fixing Haiti - MINUSTAH and beyond. UN Universty Press, 2011” e para uma visão crítica, recomendamos “HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS e CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL. *Keeping the Peace in Haiti? An assessment on the United Nations Stabilization Mission in Haiti*. 2005. Disponível em <http://www.law.harvard.edu/programs/hrp/documents/haitireport.pdf> com acesso em janeiro de 2013”.

<sup>103</sup> Omar Ribeiro Thomaz, em artigo que recomendamos veementemente, intitulado “*Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti*” fala da ignorância profunda da esmagadora maioria dos agentes da comunidade internacional em relação aos haitianos, revelada por “*uma série de lugares comuns sobre como eles, os haitianos, são desorganizados, dependentes, caóticos e perigosos*”. O autor segue falando do racismo estrangeiro de maneira contundente e mordaz, lembrando o estilo de Fanon, ao mencionar que “*comportamentos, reações, limites e expectativas são associados a características inatas de haitianos e haitianas, cuja singularidade se expressa no corpo. Eles são assim, no limite, porque são negros*”. (grifo nosso)

<sup>104</sup> A informação é da “Haitian American Voluntary Association”, citada por Francois Pierre-Louis em artigo intitulado “*Earthquakes, Nongovernmental Organizations, and Governance in Haiti*”, devidamente referenciado ao final. Indicamos fortemente a leitura desse trabalho para aqueles que desejam uma perspectiva crítica sobre a “ajuda humanitária” no Haiti.



**Figura 3. Mapa do Haiti – localização do epicentro do terremoto de 2010**

Fonte: Mapa obtido junto ao google maps e adaptado pela autora

Em um comovente desabafo, Omar Ribeiro Thomaz - professor da UNICAMP que se encontrava em Porto Príncipe na ocasião - conta que, logo após o terremoto, quando “o mundo dos brancos” representado pela ajuda internacional desapareceu da cidade, concentrando-se em torno de sua própria estrutura e do salvamento de seu pessoal, sem que se tivesse qualquer sinal da MINUSTAH, “as pessoas começaram a organizar tendas e, sem ajuda de qualquer entidade, distribuíram água e comida, enquanto cantavam, oravam e dançavam” (THOMAZ 2010:27). Segundo o professor, apesar do desespero que imperou no dia 12, quando as pessoas clamavam por *Jezi* e *Bondiè*<sup>105</sup> não havia caos e desordem, como difundido pela mídia internacional e apesar de “*todos estarem nervosos, ninguém ameaçava ninguém e todos se ajudavam*” (idem). Nesse ambiente, nos assegura Thomaz (2010:30), o que garantiu a sobrevivência dos haitianos foram as relações familiares, de vizinhança, o compadrio e a amizade<sup>106</sup>. Além disso, “o impressionante

<sup>105</sup> Respectivamente, “Jesus” e “Bom Deus”, em *créole*.

<sup>106</sup> Em artigo intitulado “O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o logawou”, Thomaz afirma que “o que o terremoto revelou foi que, por trás da arrogância do mundo dos brancos, não existe uma proposta de reconstrução do país, mas apenas as diretrizes que devem reproduzir as bases de sua própria arrogância. Revelou também que, ao contrário daquilo que se assistiu na grande imprensa, e que percorre argumentos pseudo-hobbeseanos de politólogos que não sonham em por os pés no Haiti, foram

*associativismo*” que caracteriza a sociedade haitiana – os *kombites* já citados - também foi mencionado:

As associações de médicos e enfermeiras rapidamente começaram a agir pelas ruas, socorrendo os feridos, da mesma forma que freiras haitianas acudiam os aflitos, os escoteiros e outras associações juvenis se mobilizaram no trabalho junto aos escombros. Os jovens organizados em grupo rapidamente colocavam camisetas da mesma cor com o propósito de facilitar sua identificação, o que indica o gosto pelo uniforme do povo haitiano. Ninguém esperara nem cães farejadores, nem especialistas internacionais — estes estavam trancados no aeroporto ou nos distintos batalhões à espera de um “protocolo”. O que vimos foi uma ordem impressionante, e não a desordem mostrada pela mídia. (THOMAZ 2010:34)

As imagens a seguir, captadas pela fotógrafa Cris Bierrenbach (e publicadas na edição 86 da Revista *Novos Estudos*), nos dias que se seguiram ao terremoto, parecem confirmar as impressões de Thomaz, ao evidenciarem um cotidiano marcado pela ajuda mútua e organizada nas ruas e campos de refugiados, onde os “*blancs*”<sup>107</sup> da ajuda internacional simplesmente não são vistos.



**Figura 4. Mulheres preparam o *chen janbe* – galinha assada e banana cozida - no acampamento de desabrigados de Champ de Mars (Porto Príncipe).**

Fonte: BIERRENBACH, Cris. Haiti. In *Novos Estudos*, CEBRAP. No 86, Março de 2010, pp 44.

*as instituições haitianas as únicas capazes de responder à catástrofe nos dias que sucederam aos grandes terremotos”.*

<sup>107</sup> Literalmente, *blanc* traduz-se como *branco*. Entretanto, no Haiti, é aplicado a todo estrangeiro, independentemente de sua cor.



Figura 5. Mulheres revezam-se para dar banho nas crianças do acampamento de desabrigados de Pétienville (Porto Príncipe)

Fonte: BIERRENBACH, Cris. Haiti. In *Novos Estudos*, CEBRAP. No 86, Março de 2010, pp 44.



Figura 6. Coleta de lixo organizada e realizada pelos homens junto ao acampamento de desabrigados de Pétienville (Porto Príncipe).

Fonte: BIERRENBACH, Cris. Haiti. In *Novos Estudos*, CEBRAP. N.º 86, Março de 2010, pp 45.

Apesar dos esforços para retomar a vida, os danos foram extensos e profundos. O terremoto praticamente destruiu a capital Porto Príncipe. Os prédios governamentais e as instalações das entidades internacionais que não ruíram completamente, tiveram suas estruturas severamente comprometidas e inviabilizados ao uso. Centenas de escolas e creches desabaram, soterrando turmas inteiras de crianças que acabavam de retornar das férias. A estimativa é de que o número de mortos esteja em torno de 300.000 pessoas, enquanto o número de desabrigados, logo após a tragédia, superou 1.500.000, quase 20% da população do país<sup>108</sup>.

A Universidade de Estado do Haiti não escapou ao mesmo destino trágico.

Segundo os relatórios elaborados por Thomaz e Nascimento, a pedido do Ministério da Educação brasileiro, e pelo INURED, Instituto Interuniversitário para Pesquisa e Desenvolvimento, sediado no Haiti, entre 72% e 80% dos prédios e instalações da UEH desabaram ou foram severamente atingidos pelo terremoto. Grande parte dos arquivos e registros dessas unidades foi perdida, dificultando a expedição de comprovantes, certificados e/ou diplomas, assim como quase toda a infraestrutura médica e cirúrgica e o material de atendimento ambulatorial existente, e que seriam importantíssimos no socorro aos feridos<sup>109</sup>.

Mas nada disso se compara às perdas humanas. Estima-se a perda de cerca de 500 alunos e 40 professores. Esses números se tornam ainda mais cruéis ao sabermos que entre as vítimas fatais estavam turmas inteiras de estudantes de enfermagem e linguística, restando apenas 50% do contingente total de estudantes dessas Faculdades. Há, no entanto, relatos alentadores entre tantas notícias trágicas. Thomaz e Nascimento (2010) nos contam que os alunos das faculdades de Direito e de Etnologia salvaram-se por estarem no pátio durante os desabamentos, os primeiros, comemorando os 150 anos do curso e os segundos, protestando contra o assassinato, algumas horas antes do terremoto, do Professor Anil Louis Juste - amplamente citado nessa dissertação - por um encapuzado, na porta de uma sala de aula.

---

<sup>108</sup> Informações constantes nos Relatórios (NASCIMENTO&THOMAZ; INURED, etc).

<sup>109</sup> O Banco Interamericano para o desenvolvimento (BIRD) estima entre 8 a 14 bilhões os danos físicos causados pelo terremoto no Haiti. Entretanto, se pensarmos que, em 2008, os fundos repassados apenas aos bancos norte-americanos por ocasião da crise passaram de 250 bilhões, a soma necessária à reconstrução de todo um país parece bastante pequena.

Apesar do desastre que se abateu sobre a UEH, tão logo cessaram os tremores, o que se via, segundo Thomaz (2010: 32), eram “*jovens trabalhando nos escombros, sem luvas, sem nada*” para salvar seus colegas e professores, ou “*circulando em caminhões pela cidade de onde solicitavam, com a ajuda de alto-falantes, escavadeiras para salvar seus amigos soterrados*”.

Além desse socorro mais imediato, que envolvia a remoção dos escombros e o resgate dos mortos e feridos, Thomaz e Nascimento (2010: 26; 153-154) relatam que a ampla mobilização voluntária dos estudantes (ilustrada pelas fotografias expostas na sequência) também abarcou:

a) O atendimento médico às vítimas, realizado por alunos e professores da área da Saúde<sup>110</sup>;



**Figura 7. Fila para receber atendimento médico com pessoal da UEH**

Fonte: NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. *Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti*. Ministério da Educação. Brasil: Maio de 2010, p. 141.

<sup>110</sup> Thomaz (2010: 28) relatou que, a despeito da intensa propaganda feita pelas ONGs atuantes no Haiti, nos primeiros dias após o terremoto “*não vimos nenhum médico estrangeiro. Vimos, sim, médicos haitianos atendendo os feridos, enfermeiras haitianas cosendo pessoas nas calçadas, sem nenhum tipo de analgésico*”.

b) A formação, pelos alunos e professores do curso de Psicologia, de um Centro de Apoio Psicológico para atender a população, sobretudo as crianças e jovens;

c) A organização de campos de refugiados no pátio das faculdades ou em suas imediações e sua gestão, com distribuição de água e comida e organização de salas de aula improvisadas para as crianças<sup>111</sup>;



**Figura 8. Campo de refugiados no pátio da Faculdade de Direito (Jacmel)**

**Fonte: NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti. Ministério da Educação. Brasil: Maio de 2010, p. 165.**

d) A formação de comitês (como o Coletivo de Estudantes do Instituto Nacional de Administração Pública e de Empresas e de Altos Estudos Internacionais) para a avaliação dos impactos do terremoto, com a realização do levantamento do número de mortos, feridos e desabrigados em meio a seus colegas e professores;

<sup>111</sup> Apesar disso, Thomaz (2010: 29) relata que, no segundo e terceiro dias após o terremoto, medicamentos e suprimentos se acumulavam, sem serem distribuídos, no aeroporto Charles de Gaule, “porque não se havia acordado ainda um esquema de distribuição dos mesmos e tampouco um esquema de segurança para garantir o trabalho dos cooperantes”. Perguntamos, fazendo eco à indignação de Thomaz: por que simplesmente não procurar os estudantes, que organizaram e vinham gerenciando vários dos campos de refugiados instalados em Porto Príncipe?

e) A formação de “*comitês de intervenção comunitária*”, que reuniam na faculdade de Ciências Humanas os alunos que não haviam deixado a capital para atuarem em frentes de trabalho junto aos campos de refugiados;

f) A formação de “*coletivos pós-desastre*”, destinados à conservação/restauração do patrimônio, como o empreendido na Escola Nacional de Artes, em relação ao material de trabalho dos ateliês e obras de arte confeccionadas pelos alunos;

g) A realização de círculos, debates e reuniões quase diários para discussão das próximas medidas a serem tomadas e de um projeto de reconstrução para o país.



Figura 9. Encontro para discutir a reconstrução, organizado em tendas montadas em um dos campus destruído  
Fonte: NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti. Ministério da Educação. Brasil: Maio de 2010, p. 226.

Destaca-se, em todas essas atividades e iniciativas, o profundo senso de responsabilidade social a animar esses estudantes, que em sua grande maioria, tiveram suas próprias casas e famílias afetadas, mas cuja resposta à tragédia pessoal foi a mobilização e o engajamento coletivo. Evidencia-se, aí, uma inclinação inegável à

política como *cuidado com o mundo*<sup>112</sup>, que, no limite representado pelo caso haitiano, diz respeito à vontade de *estar junto*, de enfrentar e responder coletivamente os problemas vivenciados no Haiti<sup>113</sup>.

Toda essa “agenda” informal e espontânea de auxílio mútuo e esforço de organização, realizada de forma mais ampla pelos alunos da UEH, mas também, na abrangência possível, pela generalidade dos haitianos, parece-nos ter sido silenciada pela mídia internacional, ávida pela venda da catástrofe e do caos, junto a imagens de um país que, se antes já estava prostrado, agora, deveria estar de joelhos<sup>114</sup>. Essa mesma percepção – de um país que é todo carência – parece orientar o olhar das agências/governos/especialistas que chegam ao Haiti com o intuito de produzir relatórios que combinem um diagnóstico da situação do ensino público superior no Haiti a um conjunto de soluções arbitradas para que a UEH possa “sair da crise”, ignorando que ambos já foram feitos e ainda são plenamente discutidos e problematizados pelos estudantes haitianos.

---

<sup>112</sup> Essa concepção é teorizada por Hannah Arendt (COURTINE-DENAMY, 2004) mas também está presente no antilhano Glissant, ambos já mencionados nessa dissertação.

<sup>113</sup> Mesmo a diáspora haitiana deve ser compreendida nessa teia de relações, já que o elo entre aquele que deixa o país em busca de melhores condições de vida é, na ampla maioria das vezes, mantido, de forma estreita, com a família que fica e cujas necessidades são, em grande medida, financiadas com as remessas dessa diáspora. Mais: os parentes da diáspora são compreendidos como família estendida, que não necessariamente “abandona” o Haiti, na medida em que permanece vivendo em estreita ligação com ele, recriando-o e cooperando com ele na medida possível. Há pesquisas interessantíssimas mostrando como essa inclinação se traduz na criação de centros vodúístas em Nova York e/ou Montreal, por exemplo (há muitos trabalhos de Glick Schiller sobre a diáspora haitiana nos Estados Unidos que enfrentam esse e outros aspectos. Entre eles: I) “Glick Schiller, N. 2011 *Locality, globality and the popularization of a diasporic consciousness: learning from the Haitian case*. In Jackson, R. (ed.) *Geographies of the Haitian diáspora*. Londres: Routledge”; II) Glick Schiller, N. y Fouron, G. 2001a *Georges woke up laughing: long distance nationalism and the search for home*. Durham: Duke University Press; III) Glick Schiller, N. 1975 *The formation of a Haitian ethnic group*. Tese de doutorado, Departamento de Antropología, Universidade de Columbia; etc). Além disso há a integração, no caso da diáspora acadêmica, a centros de estudos africanos ou latino-americanos (é o caso de alguns autores citados nessa dissertação, como Patrick Bellegarde-Smith e Claudine Michel, integrados ao centro de Estudos Negros da Universidade da Califórnia), e, ainda, no caso de romancistas haitianos, a escrita sobre a terra natal (como é o caso, atualmente, de Deny Laferrière, cujo romance “País sem chapéu” está sendo vendido no Brasil).

<sup>114</sup> A ocultação da rede de solidariedade vista no Haiti e viabilizada por cidadãos comuns foi objeto de palestras de Omar Ribeiro Thomaz e seu colega, Otávio Calegari, ambos professores da UNICAMP, em seu retorno ao Brasil, alguns dias após o terremoto. Em uma entrevista concedida ao uruguaio Raúl Zibechi, o professor Omar chega a dizer que as imagens de haitianos que se negam a exercer o papel de vítimas passivas contrariam o desejo de espetáculo dos vendedores de notícias, que esperam por pessoas “*de joelhos, implorando caridade*” (ZIBECHI 2010).

## **As “doenças” diagnosticadas e as “receitas” prescritas à UEH nos relatórios internacionais**

Diante do panorama geral dos relatórios e planos de ação dedicados ao Haiti por ONGs, OIs, institutos de pesquisa e observadores governamentais presentes no país, especialmente após o terremoto de 2010, o montante dedicado ao ensino superior em geral, e à UEH em particular, é bastante reduzido. Encontramos, nesse sentido, cinco relatórios: I) *Rapport de mission réalisée du 22 mai au 4 juin 2005*, elaborado pela *Canadian International Development Agency* (CIDA) e publicado em 2005; II) *The challenge for Haitian Higher Education: a post-earthquake assessment of higher education institutions in the Pout-au-Prince metropolitan area*, elaborado pelo *Interuniversity Institute for Research and Development* (INURED) e publicado em Março de 2010; III) *The Haitian Diaspora & Education Reform in Haiti - Challenges & Recommendations*, elaborado pela *Columbia University - Bureau of Haiti's Special Envoy to the United Nations and the Social Science Research Council (SSRC)* e publicado em Maio de 2011; IV) *Special Report – Education and Conflict in Haiti: rebuilding the Education Sector after the 2010 Earthquake*, elaborado pelo *United States Institute of Peace (USIP)* e publicado em 2010; V) *Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti*, elaborado a pedido do Ministério da Educação do Brasil e publicado em Maio de 2010;

Há diversas observações a serem feitas, de modo preliminar, sobre esses documentos: a) A Universidade de Estado do Haiti é o tema central do 1º 2º e 5º relatório, mas também é amplamente abordada no 3º e 4º; b) Com exceção do segundo relatório, elaborado por um Instituto de Pesquisa sediado no Haiti, cuja equipe conta com alguns pesquisadores haitianos, todos os demais foram elaborados por estrangeiros em visita ao país ou simplesmente de fora, a partir de outros relatórios; c) A maioria dos relatórios foi produzida a partir de solicitação governamental, todos com fim de intervenção/cooperação; d) Com exceção do primeiro relatório, todos foram elaborados após o terremoto de 2010; e) Percebe-se que os relatórios citam-se uns aos outros, na medida em que vão sendo publicados.

Quanto a seu conteúdo, pudemos observar que todos eles utilizam, em maior ou menor medida, como fontes de pesquisa e informação sobre a Universidade

Haitiana e o próprio Haiti, dados divulgados pelo Banco Mundial (BM), pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), pela *United States Agency for International Development* (USAID), pelo Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional do Haiti (MENFP) e pela própria Universidade de Estado do Haiti, seja por meio de documentos, seja por meio de conversas e entrevistas realizadas com sua comunidade acadêmica. Enquanto os últimos são mais utilizados na realização do diagnóstico da situação do Ensino Superior no Haiti e de seu marco legal, os primeiros são utilizados, na maioria dos casos, como referencial para as soluções propostas e/ou objetivos/modelos a perseguir.

Nota-se, dessa forma, que o *campo*<sup>115</sup> de produção discursiva e analítica, que acaba conduzindo a ação e intervenção em relação ao Ensino Superior haitiano é formado, essencialmente, pelos atores citados, acrescidos por agências canadenses e europeias de cooperação. Essa informação é endossada pelo *Plano Operacional 2010-2015 para a educação haitiana*, elaborado por uma Comissão tripartite composta pela Comissão Presidencial em Educação e Treinamento do Haiti, pelo Ministério da Educação e Formação Profissional do Haiti e pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD)<sup>116</sup>.

Por outro lado, não há citação ou referência expressa, em nenhum dos documentos, ao “*Quadro de discussão sobre a Reforma da UEH*”, elaborado pelo movimento estudantil e outros segmentos sociais em 2003 e já analisado nessa

---

<sup>115</sup> Segundo a conceituação de Bourdieu, um *campo* pode ser compreendido como um espaço estruturado de posições, onde agentes estão em concorrência pelos seus troféus específicos seguindo regras igualmente específicas. Segundo Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2005: 60) “*Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo, artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes.*” Desta maneira, um espaço social conceituado como *campo* se apresenta como um espaço estruturado de posições “cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983).

<sup>116</sup> Nesse plano, ficamos sabendo que a USAID, o BM e o BIRD atuam como “agências de acreditação” das escolas e universidades privadas no Haiti e que esse documento oficializa o BIRD como “*principal parceiro na reestruturação do sistema de educação haitiano*”.

dissertação, ainda que, no relatório elaborado a pedido do Ministério da Educação brasileiro, a menção ao movimento estudantil haitiano e à vitalidade da vida acadêmica na UEH seja frequente.

Já nesse ponto podemos perceber a divisão evidente que se impõe entre o olhar estrangeiro e o olhar haitiano, ainda que esse olhar seja o de estudantes universitários haitianos. Aquele, autorizado a olhar, penetrar e invadir o espaço “inviolável” da Universidade haitiana e, na mesma medida, do Haiti, enquanto país periférico, reforçando sua subalternidade<sup>117</sup>. Esse, sempre objeto de (super)visão, jamais requisitado em sua capacidade de olhar. Essa relação de subalternização nos remete à fala de Nelson Maldonado Torres sobre as continuidades coloniais no mundo contemporâneo:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta idéia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial, utilizando-se, entre outras, da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (TORRES, 2007, p. 131).

Entendemos, assim, que na geopolítica determinada pela “colonialidade do saber”(MIGNOLO 2003), não há espaço para o olhar do movimento estudantil sobre os problemas e rumos de sua própria Universidade, no limite, porque se tratam de haitianos e, ser haitiano, nessa geografia, significa ser negro, pobre, atrasado, supervisionado, estudado, conduzido, “apoiado” e, conseqüentemente, não ter direito à voz<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup> Essa referência a um olho onipresente e onicompreensivo que, no entanto, é incapaz de mirar a si próprio é feita por Haraway (2005)

<sup>118</sup> Essa negação do poder de “exprimir-se”, de “fazer-se ouvir” ao “falar dos próprios problemas”, lembra a denúncia feita pela indiana Spivak em seu “Pode o subalterno falar?”. A tese defendida pela autora é a de que a subalternidade persiste, se expressa e alimenta na insistência de falar “por” ou “no lugar de”, e que só é revertida quando esses sujeitos “relatados” tornam-se seus próprios portavozes(SPIVAK 2011).

O mais antigo entre os relatórios que compõem o *corpus* dessa breve análise foi realizado por dois especialistas vinculados ao Instituto Canadense de Cooperação Internacional, a pedido da Universidade de Montreal. Esta, desejando estabelecer com a Universidade de Estado do Haiti um programa de cooperação em matéria de saúde, solicitou um diagnóstico sobre os problemas da Faculdade de Medicina e Farmácia da UEH. A constatação dos problemas de gestão e funcionamento são balizados pelos modelos de funcionamento e gestão da própria Universidade de Montreal, tida, assim, como paradigma a partir do qual a UEH seria avaliada. Os especialistas canadenses deslocaram-se para Porto Príncipe com a finalidade de realizar o referido diagnóstico. Para seu estudo, consultaram estudantes e professores dos cursos mencionados, assim como o Conselho Executivo da UEH e inúmeros documentos produzidos pelo Ministério de Educação e Formação Profissional e pela própria UEH.

Entre os principais problemas apontados destacam-se: A infraestrutura precária; A ausência de um sistema nacional de avaliação dos estudantes, professores e cursos; Recursos financeiros insuficientes para a realização das reformas necessárias; A ausência de um quadro normativo para regulação da Universidade, para além das Disposições Transitórias aprovadas em 1997; Currículos eminentemente teóricos e avaliações baseadas na memorização.

Fora dessas constatações gerais, há que se mencionar uma evidente polarização na avaliação desses especialistas em relação aos professores e aos alunos dos cursos de Medicina e Farmácia da UEH. Aos primeiros, em sua maior parte, contratados com dedicação apenas parcial à UEH, reputam-se “*dificuldades para trabalhar em equipe*” e certo “*desinteresse pela vida no campus e a formação de seus alunos*”. Quanto aos alunos, apesar de reportar-se “*excesso de politização*” entre os mesmos, que estaria “*poluindo o ambiente do hospital universitário*”<sup>119</sup>, são descritos como “*particularmente brilhantes e altamente motivados*”, com perceptível “*passion d’apprendre*”. Após analisar-se que a vida estudantil é particularmente ativa, marcada por jogos universitários, trabalho comunitário, excursões a hospitais, palestras e

---

<sup>119</sup> Não sabemos exatamente a que se referem os especialistas, sobretudo porque a dinâmica das faculdades de medicina e farmácia parecem obedecer a uma outra ordem, com suas próprias tensões e relações, que não logramos compreender porque são apenas insinuadas nas fontes consultadas.

eventos fora da cidade, todos organizados pelos alunos, assim como seu constante acompanhamento do trabalho dos residentes, confessa-se a impressão de que os mesmos agem como se *“aprendessem medicina por si mesmos”*. Essas impressões desembocam na conclusão de que *“a motivação e a desenvoltura dos estudantes constituem a força motriz de qualquer reforma que venha a ser executada nessa Universidade”*.

Quanto à gestão da Faculdade de Medicina e Farmácia, constata-se o alijamento dos alunos das esferas de discussão e decisão, bem como a *“ausência de uma liderança inspiradora e unificadora”* na coordenação dessa unidade. Essa constatação conduz à conclusão de que a eleição democrática dos líderes da UEH não seria a melhor forma de designação desses altos cargos de gestão, já que *“não temos certeza de que os requisitos que vêm motivando os votos de centenas de eleitores realmente se encaixam nos requisitos e competências necessários para ocupar essa posição”*. A sugestão que vem logo em seguida é a de que se *“modifique radicalmente o modo de nomeação dos Conselhos Executivo e Universitário”*, sem que, no entanto, se diga exatamente o modelo a adotar.

Parece-nos bastante interessante o modo como esse Relatório será citado e utilizado em todos os outros relatórios aqui analisados (com exceção do Relatório da USIP). Nenhum deles faz qualquer referência às marcantes impressões positivas dos investigadores em relação aos estudantes da UEH. Tudo se passa como se elas jamais houvessem sido feitas, quando ocupam, ao contrário, boa parte do relatório canadense. As constatações que, por outro lado, tornam-se referência para os demais pesquisadores, são aquelas que informam as deficiências da UEH, sobretudo no que diz respeito a um suposto déficit de gestão, liderança e controle que, a partir daí, serão repetidas à exaustão. Como os demais relatórios foram elaborados de fora do Haiti (com exceção do brasileiro), tais conclusões jamais serão submetidas a nova apreciação e/ou contestação, ganhando o status de *verdade*. A impressão que temos é a de que a imagem buscada pelos relatórios exige uma certa *“homogeneidade”* de análise, onde o cenário problemático não pode dividir espaço com avaliações positivas do Ensino Superior haitiano, ou, ainda, que elas pudessem comprometer a coerência das demais constatações.

O relatório realizado pela INURED, que se autoproclama “o primeiro realizado sobre a situação do ensino superior haitiano após o terremoto de 2010” merece atenção por inúmeras razões. A primeira delas diz respeito à autoria do documento que, em um primeiro momento, reputa-se a um centro de pesquisa haitiano mas que, ao final, constatamos ser dividida entre diversas universidades e cinco autores principais, entre os quais apenas um está ligado a um Instituição de Ensino Superior haitiana (Universidade de Quisqueya), enquanto todos os demais são pesquisadores vinculados a instituições norte-americanas. Ao final, descobre-se também que ao diagnóstico realizado somaram-se sugestões feitas pela comunidade acadêmica da Universidade de Miami, em Simpósio organizado com essa finalidade, em Março de 2010.

Entre os problemas detectados na UEH pelo presente Relatório, estão:

a) A superconcentração da infraestrutura na capital Porto Príncipe e suas imediações, o que teria tornado a Universidade especialmente vulnerável ao terremoto de 2010;

b) A insuficiência das estruturas e fundos para pesquisa, que, juntamente com a “deterioração da qualidade vista a partir dos anos oitenta”<sup>120</sup>, seria responsável pela *falta de competitividade* da UEH em relação às Universidades Públicas estrangeiras.

c) Currículos ultrapassados e demasiado teóricos;

d) A ausência de um sistema de regulação e governança à Universidade;

e) Líderes selecionados por meio de eleições. Esse item é apontado como problema, “apesar de suas boas intenções”, porque – e nesse ponto o relatório canadense é citado - os “líderes melhor qualificados nem sempre são eleitos”. Não podemos deixar de mencionar a evidente contradição entre esse item e o anterior, que reivindica governança - terminologia que compreende a participação democrática na gestão da Universidade. Parece-nos importante mencionar também que a repetição

---

<sup>120</sup> Essa mencionada “deterioração da qualidade”, seria resultado de uma política de massificação da educação levada a cabo nos anos 80 e 90, cujo resultado foi a chegada de outras camadas da população à Universidade pública, até então voltada apenas às elites. Esse movimento teria feito com que as elites enviassem seus filhos para fora do país, à República Dominicana, Estados Unidos ou Canadá, para realizar seus estudos. Assim, o perfil dos alunos da UEH seria drasticamente modificado, abarcando, em sua maioria, jovens de classe média (cujos pais são professores, funcionários públicos de baixo escalão, comerciantes, etc) e baixa de Porto Príncipe e arredores. Essas informações são encontradas no próprio relatório.

desse como problema nos leva à reflexão sobre o modo como a própria política – entendida como lugar de diálogo entre diferentes – é concebida no/para o Haiti. A impressão que se tem é a de que, ao defender a necessidade de um “líder competente”, capaz de administrar com eficiência a Universidade de Estado, incorpora-se à gestão educacional um forte viés empresarial, desprezando o componente “político”, que não necessariamente diz respeito ao partidarismo, mas à possibilidade de gestão conjunta, participativa, democrática e plural desse espaço, como é reivindicado pelo movimento estudantil no “Quadro de Discussão sobre a Reforma”. Parece-nos que a mesma lógica aplica-se ao governo haitiano, à medida que uma extensa e pesada rede de cooperação – formada por ONGs e OIs dotadas da supostamente necessária competência técnica - é formada para “auxiliá-lo” na condução do país. Ao olharmos esse fenômeno com lentes de aumento, vemos a ocupação progressiva de um espaço que deveria ser público, coletivo e regido pela política, por entidades estrangeiras, de caráter privado, cuja ação é regida por competências ditadas pelo mercado.

As recomendações feitas pelo INURED, por sua vez, incluem:

a) A profissionalização da já existente Universidade de Estado do Haiti, de forma que os professores sejam *“treinados para conduzir pesquisas científicas”*;

b) A correção da hiperconcentração estrutural em Porto Príncipe;

c) A criação de parcerias publico-privadas, vistas como essenciais, principalmente para o financiamento e o avanço de pesquisa;

d) O recrudescimento dos critérios de seleção dos acadêmicos, com vistas *“à otimização da eficiência no sistema de Ensino Superior*. Quanto a essa recomendação específica, não podemos deixar de mencionar seu frontal desacordo com o *“Quadro de Discussão para a Reforma da UEH”*, recém citado, bem como o posicionamento aberto do Coletivo de Professores da UEH, representados pelo professor Louis-Juste em seu editorial *“Pela Admissão Aberta à UEH”* que reivindicam a admissão aberta à UEH como requisito à sua democratização, no lugar da admissão a partir de exame de seleção, atualmente vigente. O argumento utilizado pelo professor é o de que com a Reforma Bernard, implementada a partir do início dos anos 90, as escolas frequentadas pelas classes populares passaram a adotar um currículo

eminentemente técnico, que não corresponde ao conhecimento humanista solicitado pelo exame de admissão que, portanto, torna-se elitista e excludente.

e) Para o longo prazo, a criação de uma nova Universidade, *“fundada a partir do modelo de Universidade Internacional para a produção de quadros avançados em termos científicos e profissionais”*. Quanto a essa manifestação, é evidente seu descompasso em relação às características que deveriam marcar uma “Universidade Nova” na concepção já apresentada do movimento estudantil e também na do coletivo de professores, evidenciadas no artigo *“A práxis da solidariedade: Base para uma filosofia haitiana da educação”*, assinado por Louis-Juste. No lugar de um “modelo de universidade internacional”, estes movimentos clamam por uma Universidade “solidária”, “popular”, “agente de transformação”, onde os saberes/fazeres ameríndios, africanos e ocidentais integrem os currículos, permitindo que inspirem um modelo de desenvolvimento tipicamente haitiano, comprometido com as peculiaridades e potencialidades de seu povo. A Universidade almejada por alunos e professores da UEH faz parte de um projeto de nação, ao mesmo tempo em que ajuda a esboça-lo e orientá-lo<sup>121</sup>. Fazem-no por meio de um acervo de saberes e práticas que percebemos como repertório epistemológico alternativo, verdadeira *“epistemologia do Sul”*, como a proposta por Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (2009: 49), na medida em que, valorizando o complexo mosaico multicultural que constitui o Haiti, e resistindo ao *epistemicídio*<sup>122</sup> levado a cabo por visões hegemônicas que se apresentam como únicas, refletem um *“pluralismo epistemológico que reconhece a existência de múltiplas visões que contribuem para o alargamento dos horizontes da mundaneidade, de experiências e práticas sociais e políticas alternativas”*. Ao negá-las, ainda que bem intencionados, os Relatórios aqui apresentados seguem cometendo o *epistemicídio* mencionado.

---

<sup>121</sup> O professor da UEH, Watson Denis, em artigo publicado pelo CRESFED intitulado « La nation ou le défi de créer l'université », devidamente referenciado ao final, menciona que *“l'université a un rôle déterminant à jouer dans la société haïtienne, dans le renouvellement de la nation. Elle a un rôle fondamental à jouer pour relever le défi de la refondation de la nation. Pourtant, dans les circonstances actuelles, cette université ne peut pas jouer ce rôle historique, social, scientifique.”*

<sup>122</sup> Esse epistemicídio é apresentado pelos autores como a *“destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas”*(SANTOS; MENESES 2009:49).

Por sua vez, o Relatório da *Columbia School of International and Public Affairs*, apresenta-se como “*esforço de reunir alguns membros da diáspora haitiana para discutir a reforma da educação no país*”. Uma de suas seções é dedicada ao Ensino Superior. Interessa-nos, deste Relatório, entre outros aspectos a serem citados na sequência, o modo como justifica sua razão de ser, a partir da enumeração de uma extensa lista de indicadores utilizados para informar a situação de precariedade em que se encontra o Haiti, em geral, e a educação do país, em particular, sobretudo depois do terremoto de 2010. Os dados utilizados são, em sua totalidade, retirados de outros relatórios, produzidos pelo BM, BIRD e agências da ONU. É também do BM a concepção que expressamente norteia o relatório Columbia, da educação atuando como “*poderoso equalizador*”, capaz de oportunizar “*to all to lift themselves out of poverty*”<sup>123</sup>. Ao lado dessa concepção, a educação em países pobres é compreendida como “*fator que impulsiona a produtividade nacional, conduz ao incremento dos rendimentos e fortalece a saúde econômica da nação*” e, ainda, que atua como “*poderoso contribuinte ao desenvolvimento, ao permitir que o país torne-se mais competitivo no mercado global*”. É nesse espírito, utilizando como palavras de ordem “*qualidade*”, “*eficiência*”, “*eliminação de custos*” e “*aumento da produtividade*”, que se define a contribuição de uma “*necessária reforma*” à educação para os autores do presente Relatório, que objetiva inspirar o governo haitiano, a diáspora haitiana e os agentes internacionais de cooperação<sup>124</sup>.

Em seu tempo, os problemas detectados no Ensino Superior Público Haitiano repetem, em grande medida, os relatórios já mencionados, ambos expressamente citados e arrolados como fontes consultadas pelos autores do “Relatório Columbia”. Destacamos o modo como a primeira observação feita pelos

---

<sup>123</sup> Mantivemos a frase original pela ausência de uma tradução que evoque o exato espírito que captamos nela e que evidencia a percepção de que sair ou não da pobreza é algo que só depende do engajamento de cada um, algo como “a todos que se conduzam para fora da pobreza”.

<sup>124</sup> Tratam desse fenômeno, de forma potente e muito direta, as professoras Denise Leite e Maria Elly Genro, em trabalho premiado pela CLACSO em 2011. Nesse estudo, as autoras refletem sobre os caminhos do Ensino Superior na América Latina frente à ação continuada de um “capitalismo benevolente”, que se materializa, entre outras vias, por meio das recomendações feitas por organismos internacionais como Unesco, BM, entre outros, às IES latino-americanas. Há, segundo às autoras, nesse movimento, o uso de uma *neolíngua*, capturada do mercado, a partir da qual a “excelência” dessas IES é compreendida, medida e difundida, e que nos estaria encaminhando a uma espécie de uniformização a partir desse conjunto de valores disseminados.(LEITE; GENRO 2011)

pesquisadores canadenses, da ausência de um marco legal à regulação da UEH e ausência de agência de controle/avaliação são utilizadas, aqui, para ilustrar como o Ministério de Educação e Formação Profissional do Haiti, parece não ter “*capacidade de cumprir seu mandato*”. Tememos a influência desse tipo de discurso para a legitimação da ingerência estrangeira que, nesse sentido, viria apenas para garantir a efetividade das “ausentes instituições haitianas”.

Surpreendeu-nos positivamente, entretanto, o modo como o Relatório manteve as falas de alguns dos membros da diáspora haitiana entrevistados, que não apenas criticaram expressamente a atuação de ONGs e institutos estrangeiros no país, mas contestaram todo o modelo de desenvolvimento a partir do qual a comunidade internacional tem pensado o futuro haitiano e, de modo particular, sua educação. Uma das falas mais interessantes contesta uma suposta fixação da comunidade internacional na reconstrução das estruturas quando, em sua opinião “*when we look at education in Haiti, we don’t see a school, we see people coming together*”<sup>125</sup>. Infelizmente, essas falas não impactam as recomendações feitas à comunidade internacional ao final do Relatório, centradas, sobretudo, no envio de mais doações internacionais<sup>126</sup> e no incentivo à ampliação do fornecimento de recursos humanos (por meio de ONGs) para auxiliar o governo haitiano na reconstrução do sistema educativo.

O relatório seguinte, elaborado pela *United States Institute for Peace* (USIP), apresentado no próprio relatório como “*Instituto independente e não partidário*” apesar de “*criado e financiado pelo Congresso Americano*” é, sem dúvida, um dos mais intrigantes. Além de identificar, em boa medida, problemas de infraestrutura e gestão já mencionados pelos relatórios anteriores, inova ao classificar o ensino superior haitiano – e, ainda que não faça menção expressa, refere-se a seu movimento estudantil - como questão de segurança nacional, responsável, “*de*

---

<sup>125</sup> Mantivemos essa fala em seu original porque seu sentido poderoso poderia ser perdido na tradução “*quando olhamos para a educação no Haiti, nós não vemos uma escola, vemos pessoas reunindo-se*”. Essa fala guarda profunda relação com a concepção de educação difundida nos centros voduístas, que pregam o sentido formativo do simples ato de “estar junto”. Ver: “MICHEL, Claudine. De mundos vistos e não vistos: o caráter educacional do vodu haitiano. In BELLEGARD-SMITH, Patrick; MICHEL, Claudine (org). *Vodou Haitiano: Espírito, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2011.

<sup>126</sup> Que, segundo o artigo já mencionado de Pierre-Louis (citado ao final), concentra-se nas mãos das ONGs presentes no país, enquanto menos de 10% chega às mãos do governo haitiano. O discurso que legitima essa prática é a inclinação histórica à corrupção dos governantes e instituições nacionais.

*diversos modos, pela eclosão de conflitos políticos e sociais no Haiti” ao “exacerbar as tensões e provocar agitação destrutiva”.* Essa “*agitação destrutiva*” diz respeito a “*manifestações em massa, que vêm resultando no fechamento de unidades da Universidade, destruição de edifícios, material escolar e equipamentos*”. Imaginamos que essa “*tendência ao conflito*” identificada pelas pesquisadoras do USIP nos estudantes universitários haitianos refira-se ao mesmo “*excesso de politização*” apontado pelos pesquisadores canadenses no primeiro relatório analisado.

As autoras do Relatório, em determinado ponto, admitem que os estudantes também foram vítimas de governos autoritários, sofrendo com a violência imposta por eles, mas apenas para constatar que esses fatos contribuíram para que respondessem, por sua vez, com igual violência. Outra causa apontada como provável intensificadora da “*disposição dos estudantes ao conflito*”, apresentada em seção denominada “*Violência e Desigualdade nos currículos*” é o currículo escolar, que, na opinião das autoras, ao conferir atenção demasiada a episódios da história haitiana marcados pelo confronto, seja contra franceses, americanos ou entre os próprios haitianos, “*fomenta a violência nas mentes dos alunos haitianos*”. Essa “*disposição ao conflito*” somada a fatores identificados como “*históricos*” como a proliferação de armas entre os jovens, o tráfico de drogas e os índices de violência crescentes “*que costumam acometer pessoas em circunstâncias econômicas desesperadoras*” – apesar de não haver citação de qualquer fonte que os comprove - apenas intensificariam “*o potencial criminal que circunda os estudantes haitianos*”.

Percebemos, aqui, que o movimento estudantil haitiano é despojado de toda a sua potência democrática e historicidade, numa evidente manipulação negativa de seu sentido/atuação, que passam a ser compreendidos como mera força destrutiva. Que este relatório tenha sido elaborado por uma instituição ligada ao Congresso Norte-Americano, e que tenha sido difundido dentro do país com um dos maiores contingentes de ONGs presentes no Haiti, apenas agrava o impacto de seu conteúdo.

Esse relatório confirma, de modo contundente, a relação - já contestada ao final do primeiro capítulo dessa dissertação - entre pobreza e violência, e entre juventude e violência, além de compreender a tradição histórica de luta, confronto e resistência do movimento estudantil da UEH como questão de segurança nacional, comportamento quase criminoso, a ser combatido por meio de uma educação que, em

nome da paz, deve ser despojada de suas referências históricas. Isso nos soa como se, livres da compreensão histórica que impele à indignação e à mobilização social por transformação, os jovens estudantes haitianos simplesmente adaptar-se-iam à vida levada, tornando-se os *players*, definidos por Hannah Arendt (apud COURTINE-DENAMY 2004:63) como aqueles que se adaptam às regras do jogo ao invés de transformá-las por meio da política.

Ao final, constatamos que a listagem de indicadores utilizados pelas autoras é fornecida, em sua ampla maioria, pelo Banco Mundial.

Por fim, sobre o relatório “*Da crise às Ruínas*”, realizado mediante solicitação do Ministério de Educação brasileiro para viabilizar cooperação imediata em matéria de ensino superior, é possível dizer que revela, sem dúvida, o maior esforço de investigação, análise e compreensão da situação da Universidade de Estado do Haiti antes e logo após o terremoto de 2010. Em suas quase 300 páginas - escritas por antropólogos da UNICAMP que já haviam trabalhado por anos no Haiti - sobretudo a partir de informações obtidas em campo, junto ao pessoal da UEH – alunos, funcionários e professores – realiza-se uma síntese importante daqueles que se consideram os principais problemas e desafios a serem enfrentados pela Universidade.

Quanto aos problemas anteriores ao terremoto, são citados:

a) A hiperconcentração das unidades da UEH em Porto Príncipe e, apesar disso, a inexistência de conexão entre as atividades dos *campus*, seus alunos e professores;

b) A situação de “*crise interna particularmente aguda*” na UEH, devido à mobilização dos estudantes em favor de uma plataforma ampla de reivindicações de reforma universitária, gerando um impasse de longa duração, que ocasionou a interrupção das aulas em várias faculdades e “*não poucos enfrentamentos diretos entre estudantes, funcionários, professores e administradores e mesmo em alguns casos com a polícia e capacetes azuis da MINUSTAH*”;

c) A marcada sub-representação e elevada especialização involuntária feminina em meio ao corpo discente de praticamente todas as áreas, com a exceção da enfermagem e linguística<sup>127</sup>. De acordo com o relatório, essa participação das estudantes nos cursos superiores, seja em outras áreas da saúde, seja em cursos

---

<sup>127</sup> O que nos leva a concluir que a maioria dos estudantes mortos durante o terremoto são mulheres.

técnicos ou das ciências humanas, *“tem-se mantido extremamente baixa ao longo dos anos, apesar de um desempenho escolar equiparável (ou mesmo superior) ao dos seus colegas”*. Um problema como esse, de acordo com os autores, *“denuncia a persistência de fatores econômicos e de segurança envolvidos na decisão das mulheres de deixar o sistema escolar antecipadamente ou de optar em meio a um espectro muito estreito de carreiras”*;

d) A ausência de uma biblioteca universitária central e, nas unidades existentes, a disponibilização de material bibliográfico *“extremamente precário e obsoleto em todas as áreas, levando os alunos a despender consideráveis recursos na aquisição de livros importados”*. A Biblioteca Nacional do Haiti, segundo o Relatório, não chega a representar uma alternativa viável, na medida em que, *“apesar da boa vontade de seus funcionários, conta com instalações e equipamentos muito precários, com um acervo fragmentário e desordenado e com coleções armazenadas em péssimas condições, correndo o risco de serem danificadas”*;

e) O papel quase nulo ocupado pela pesquisa e a formação de professores, incumbências que, segundo o Relatório, são relegadas a segundo plano por instituições quase inteiramente voltadas para o ensino:

reproduzindo geração após geração uma escassez crônica de professores qualificados e de pesquisadores em número suficiente para sustentar atividades vitais de investigação, especialmente em áreas estratégicas para a reconstrução do país e o desenvolvimento de sua economia, como a gestão de recursos ambientais, produção de alimentos, manejo da infraestrutura, etc (pg,19).

A carência na formação de quadros voltados para a pesquisa na área das Ciências Humanas, por sua vez, reflete-se, segundo o Relatório, *“na fragilidade ou mesmo inexistência de indicadores sociais e econômicos confiáveis, o que implica numa imensa dificuldade para a formulação de políticas públicas”*. Sobre essa constantemente mencionada precariedade da pesquisa na Universidade Haitiana, consideramos importante lembrar que a mesma não parece ser identificada como problema central pelos movimentos sociais, entre os quais se inclui o estudantil e o coletivo de professores, que apontam, por sua vez, como prioridade, a ampliação e melhor gestão das atividades de extensão, chamadas *“de serviço social”*, fortes na *“pedagogia ativa do trabalho”*. Aproveitamos para mencionar que se a pesquisa -

viabilizada por grupos consolidados nas “Universidades de Padrão Internacional” - é a principal referência de “qualidade e excelência” destas instituições, na UEH multiplicam-se grupos, círculos, coletivos e associações de alunos como o Grupo de Pesquisa para o Desenvolvimento (GRD), a Associação Dessalines de Estudantes Universitários (ASID), o Movimento pela Democracia Popular (MODEP), o Círculo Gramsciano, o Grupo de Estudos e Reflexão sobre Problemas Sociais (GREPS), entre outros<sup>128</sup>.

Entre os problemas supervenientes ao terremoto de 2010, são listados pelos pesquisadores brasileiros:

- a) O desabamento de quase 80% dos prédios/instalações da UEH;
- b) A morte de mais de 4% de seus estudantes e de turmas inteiras de enfermagem e linguística, em um contexto em que ambas seriam fundamentais ao país. As primeiras, por motivos óbvios e as segundas por seu importante papel na produção de material didático em *créole*<sup>129</sup>;
- c) A opção, feita por inúmeros professores e alunos, de deixar o Haiti após o terremoto, em um momento estratégico de reconstrução e redefinição dos rumos do país, em que a participação de profissionais haitianos capacitados nos âmbitos de decisão seria importantíssima<sup>130</sup>;

---

<sup>128</sup> As referências a esses grupos foram encontradas no sítio web da Universidade de Estado do Haiti: <http://www.ueh.edu.ht/>

<sup>129</sup> Essa produção faz parte de uma reorientação da educação haitiana realizada pela “Reforma Bernard”, aprovada no final da década de 80 e vista como grande avanço pela maioria dos analistas haitianos, à medida que institui o *créole* como idioma de formação das crianças até que, gradualmente, o francês vá sendo incorporado e, na Universidade, passe a ser o idioma oficial. Louis-Juste, entretanto, via na Reforma Bernard e em sua ênfase em uma formação mais orientada à profissionalização do aluno, uma segmentação social avalizada pela escola, na medida em que, em outras palavras, propiciaria ensino técnico às classes mais baixas, enquanto os filhos da elite seguiriam sendo educados na tradição humanista.

<sup>130</sup> Aproveitamos o ensejo para comentar esse que é um senso comum sobre os universitários haitianos: a compreensão de que, depois de receber uma formação financiada a duras penas pelo Estado, simplesmente deixariam o país em busca de trabalho no exterior. Sobre esse entendimento, temos a dizer que, embora se possa, sim, constatar a saída do país de inúmeros desses jovens formados, em busca de trabalho compatível com sua formação e apto a melhorar a vida da família que permanece no Haiti, a relação entre Universidade e êxodo não é necessária e nem sequer a mais drástica, já que entre os haitianos com ensino médio constata-se índices ainda mais altos de emigração. Vamos além: assim como a escolha de deixar o Haiti não implica necessariamente descaso com o futuro do país ou aposta na realização pessoal, tampouco a escolha de permanecer no Haiti implica compromisso com a coletividade ou engajamento com avanços sociais. Cita-se, por exemplo, a ampla disputa por vagas de trabalho em ONGs e Institutos estrangeiros com atuação duvidável no país.

d) O esgotamento dos recursos familiares que sustentavam o estudante na Universidade, com a gigantesca perda material vista em Porto Príncipe e suas imediações, o que pode levar à desistência de muitos estudantes;

e) A destruição de arquivos e registros da UEH, impedindo/dificultando a expedição de diplomas/certificados aos estudantes em vias de se formar.

Entre as necessidades estratégicas e sugestões apontadas pelos pesquisadores no período pós-terremoto estão: a formação de profissionais na área de saúde, conservação, manejo e recuperação de solo e recursos hídricos, engenharias e formação técnica para construção civil e formação de professores. Sugere-se, além disso, a criação de um Observatório do Ensino Superior haitiano, com caráter predominantemente consultivo:

Seu trabalho favoreceria a elaboração de diagnósticos cujo propósito seria dar suporte às instâncias haitianas na realização de estudos mais aprofundados sobre a situação atual e sobre os desafios futuros do ensino superior no país, além de apoiar a criação de um sistema de avaliação do ensino superior no Haiti (pg.29)

Há dois aspectos finais a destacar em relação a este Relatório: I) Em nenhum momento as expressões “*competitividade internacional*”, “*excelência*” e/ou “*competência*” aparecem na prospecção dos desafios da Universidade, enquanto a “*necessidade de modernização*” do Ensino Superior haitiano só é mencionada no que se refere à infraestrutura de pesquisa universitária; II) O relatório traz um extenso levantamento fotográfico da situação das estruturas universitárias após o terremoto, identificando, ponto a ponto, o que foi perdido e o que segue sendo viável, sem que se sucumba, jamais, ao pessimismo. Há, ao contrário, evidência de uma esperança profunda ligada à Universidade Haitiana e, sobretudo, a seu corpo discente.

Há que se falar, por fim, da tendência, depois de ter dado lugar ao desvio. A maior parte dos Relatórios aqui analisados sinaliza a necessidade de transformar a UEH ora em “Universidade de Padrão Internacional”, ora em Instituição adaptada ao mercado. Não há, em qualquer deles, menção ao documento produzido pela Frente de Resistência, que sinaliza os contornos da Universidade desejada pelos próprios haitianos, alunos, professores, sociedade civil. A tendência é a análise dos “problemas” da UEH a partir de um modelo hegemônico e o apontamento de sugestões para que se

aproxime desse modelo. A discrepância evidente entre os modelos sugeridos e a Universidade desejada e reivindicada pelos atores haitianos envolvidos nessa Reforma nos remete ao paralelo traçado por Boaventura de Souza Santos (2008) entre o que concebe como “*conhecimento universitário*” e seu oposto, denominado “*conhecimento pluriversitário*”. O primeiro estaria assentado sobre um *ethos indolente*, onde a Universidade é concebida como o único foro legítimo de produção de conhecimento, constituindo:

“um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impõe um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades. (...) Ainda, na lógica deste processo de produção de conhecimento universitário, a distinção entre conhecimento científico e outros conhecimentos é absoluta, tal como o é a relação entre ciência e sociedade. A Universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais que seja relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido.”

Por sua vez, o conhecimento pluriversitário é apresentado como:

“conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extramuros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores” (SANTOS 2008 pg35).

Parece-nos, assim, que aqueles que olham (sem ver) e analisam (sem conhecer) o Haiti e sua Universidade, em busca de problemas que justifiquem sua reforma e receitas que possibilitem sua adaptação, o fazem dentro desse paradigma indolente e monocultural a que se refere Boaventura. Enquanto isso, tanto a transformação sugerida pela Frente de Resistência quanto a prática que permite a realização desse documento, estão inscritos em um paradigma generoso, um arsenal epistemológico “do Sul”, fundado na abertura, na democratização, no entendimento da Universidade como lugar de todos. A passagem de um paradigma a outro nos parece, além de revolucionária, estrategicamente determinante, porque, caso a Universidade Pública - enquanto instituição - não ocupe esse lugar de intercâmbio e diálogo social (reivindicado pelo movimento estudantil) em países como o Haiti, ele será ocupado pelas mesmas ONGs, OIs, ou instituições estrangeiras de Ensino Superior que desencorajam essa transformação.

## **AS CONCLUSÕES POSSÍVEIS**

Em agosto de 2012, Michel Martelly, presidente do Haiti desde Maio de 2011, realizou uma audiência com os estudantes da Universidade de Estado do Haiti. A audiência não foi pública. Apenas puderam integrá-la os alunos indicados por suas faculdades. As reclamações feitas pelo grupo disseram respeito, sobretudo, às instalações da UEH e às unidades que, avariadas pelo terremoto de 2010, seguem fechadas e sem indícios de que passarão por supervisão/reforma. Quando tomou a palavra, Martelly afirmou que a UEH não seria mais um tema subsidiário em seu governo. Que já nos primeiros meses de 2013, seriam apresentados oito projetos de Lei na área da Educação, três deles voltados ao Ensino Superior. Estes projetos dedicar-se-iam, respectivamente, à organização do Ensino Superior no país; à criação de uma Agência Nacional do Ensino Superior e da Pesquisa Científica; e à Reforma da UEH. Disse, ainda, que a cota orçamentária dedicada à Universidade seria aumentada nos próximos anos, e que todo estudante da UEH, regularmente matriculado e com carteira de estudante válida, seria beneficiado com um programa que prevê a concessão de uma bolsa de estudos em troca de prestação de serviço social ao final do curso. A notícia está publicada no *Le Nouvelliste*, jornal de maior circulação no país.

Também no *Le Nouvelliste*, edição de 18 de janeiro de 2013, encontramos a notícia do lançamento do programa *Kore Etidyan* (apoio ao estudante, em *créole*), que, conforme anunciado pelo Presidente, prevê a criação de bolsas de estudos no valor de 18.000 *gourdes* anuais (algo em torno de R\$860,00) a todo estudante da Universidade Pública que apresentar documento de identidade válido, estiver devidamente matriculado, tiver menos de 30 anos e (!!!!!) possuir um celular da operadora Digicel. Talvez o último quesito passasse despercebido em algum outro lugar do mundo. Não no Haiti. Mesmo enfrentando o esgotamento dos recursos familiares depois do terremoto de 2010, que tornou, em muitos casos, insustentável a já difícil manutenção de um estudante na capital, o movimento estudantil haitiano já se posicionou em relação às bolsas. Não as querem. Na mesma matéria onde a notícia do lançamento do programa é divulgada, a posição do líder do movimento estudantil é

também anunciada: é contra as bolsas por acreditar que comprometerão a independência e autonomia pelas quais tanto se lutou na UEH, além de desmobilizar os alunos cuja consciência “*será comprada*”. Mais alunos posicionaram-se. Alguns alegaram que não há problema em receber uma bolsa, já que todas as famílias haitianas são tributadas com o intuito de melhorar a Educação no país e esse dinheiro, portanto, não seria favor, mas dever do Estado. Outros temem que o acesso ao banco de dados da UEH possa facilitar a perseguição aos alunos. Outros, ainda, dizem que o dinheiro deveria ser empregado diretamente nas instalações da Universidade. O que caracteriza as falas divulgadas é seu sentido público, a defesa da autonomia, da independência, da liberdade e do interesse coletivo, que, conforme procuramos evidenciar ao longo dessa dissertação, marca a atuação do movimento estudantil da UEH. Esses jovens poderiam simplesmente comemorar a ajuda mensal. Mas parece haver uma desconfiança profunda, enraizada, histórica, dirigida a toda forma de “ajuda” no Haiti, alimentada por uma dignidade marcante que sempre se opõe à simples complacência, à confirmação da subalternidade.

Além da bolsa de estudos, há outros pontos nebulosos na fala recente de Martelly. Quem participou da redação dos projetos de Lei anunciados? A opinião do movimento estudantil será levada em conta na proposta de Reforma da UEH? Que orientação terá o projeto governista?

Apesar dessas questões, que podem evidenciar certo ceticismo em relação às medidas governamentais, vemos com otimismo o fato de a UEH estar ganhando espaço nos planos de governo de Martelly, o que evidencia, ao menos, o reconhecimento do papel estratégico a ser ocupado pela Universidade, seus estudantes e egressos, na condução do país, desde sua reconstrução física até a orientação de seu desenvolvimento. No mínimo, a postura de Martelly evidencia uma inclinação ao que parece não ter havido até então no Haiti: a elaboração de uma resposta política às demandas sociais. Ao final dessa dissertação, parece-nos claro que uma das características mais marcantes na relação entre governo e sociedade civil no Haiti, com destaque à relação com o movimento estudantil, foi o déficit de resposta (aludimos, aqui, à resposta democrática). Com isso, não nos referimos simplesmente à cínica negação/desconsideração da maioria dos governos diante da demanda popular.

Referimo-nos, mais do que isso, a uma evidente **incapacidade de processar** a demanda social.

E que tipo de resposta seria adequado à demanda dos movimentos sociais – em especial do estudantil – em nossa opinião? Certamente não as respostas prontas e uniformizadas como aquelas ditadas pela lógica liberalizante ou de mercado, e tampouco a resposta paternalista e subalternizante oferecida por alguns expoentes da “ajuda internacional”. Parece-nos que qualquer resposta à altura passa pela aceitação, por parte do governo, de que há um “poder cidadão e popular” latente e em ebulição no Haiti, com uma vontade histórica de discussão, participação e transformação democrática, que deve ser ouvido, reconhecido e valorizado.

Essa forma de “estar junto” e “lutar junto” que vem sendo protagonizada pelo movimento estudantil da Universidade de Estado do Haiti, opõe-se às práticas de uma classe política burocratizada e sem legitimidade social. Assim, apresenta-se como possibilidade “desviante”, contra-hegemônica, e marcadamente popular. Parece-nos que, se o novo Haiti que está se erguendo após o terremoto de 2010 quer-se democrático, esse “poder” não pode mais ser ignorado. Ao invés de desmobilizá-lo, por meio de medidas paternalistas, a resposta corajosa a ser dada pelo governo implica reconhecer e acessar o acervo epistemológico alternativo oferecido pelo movimento estudantil em contraponto à visão única pregada pelo mercado, aprender com suas práticas e aproveitar seus saberes, ouvir e responder às suas denúncias e incorporar o anúncio que fazem, revelador de sonhos e esperanças.

Há outras questões, ao final dessa trabalho, cuja retomada acreditamos importante: I) as contradições entre a Universidade Pública sonhada e reivindicada pelos movimentos sociais haitianos e aquela que se deseja implementar “de fora”; II) a suspeita de que um dado “haitianismo” vem conduzindo as percepções, conclusões e recomendações do centro hegemônico - materializado nas agências estrangeiras/internacionais presentes no país, mas também nos governos e institutos de pesquisa que o analisam de fora - sobre o Haiti de modo geral, e sobre a Universidade de Estado do Haiti em particular.

Em nossa análise sobre a atuação do movimento estudantil, buscamos evidenciar o modo como, junto às reivindicações especificamente relacionadas à educação, realizam um questionamento de fundo, que diz respeito ao modelo de

desenvolvimento que se deseja para o país. Essa reorientação passa pelo novo modelo de Universidade desejado e projetado pelos estudantes. Esse modelo propõe uma Universidade atenta ao seu entorno, aberta e democrática na admissão de seus alunos, interdisciplinar na forma de trabalhar os conteúdos curriculares, forte na pedagogia ativa do trabalho, responsável e solidária em sua atuação social e politizada, na medida em que se envolve com os problemas do país e da comunidade e é capaz de promover transformação.

Por sua vez, a Universidade propagada como paradigma a ser seguido pelos centros de cooperação obedece ora a um modelo de “*Universidade de padrão Internacional*”, elitista na seleção de seus alunos, forte na pesquisa e baseado em rankings de desempenho ditados pelos “vencedores”, ora por um modelo que prega a privatização progressiva dos espaços públicos e a adequação da Universidade à lógica de mercado. Ambos são reconhecidos como estranhos à ajuda mútua, à solidariedade e ao engajamento político-social. Estranhos, assim, a um modo de agir que inspirou os estudantes em sua luta conjunta e solidária aos movimentos sociais e em sua atuação no cenário de crise do terremoto. Estranhos, de modo ainda mais forte, ao que, nos parece, a Universidade Pública haitiana necessita para reconstruir-se e auxiliar a reconstrução do país.

É importante esclarecer, nesse ponto, que não se defende aqui um Ensino Superior utilitarista e, portanto, limitado, mas, ao contrário, um modelo aberto, generoso e responsável. Ainda, percebe-se que o modelo sugerido pela Frente de Resistência pela Defesa da Autonomia e Independência da UEH substitui a unilateralidade da relação academia-sociedade pela interatividade entre ambas, numa relação de “fertilização recíproca” e reconhecimento mútuo.

Vemos, nas reivindicações feitas pelo movimento estudantil da UEH, materializadas sobretudo no “*Quadro de Discussão para a Reforma*”, uma clara defesa do conhecimento definido por Boaventura (2008) como pluriversitário, a determinar os contornos de uma Universidade Nova. Isso não implica dizer que a Universidade de Estado, como um todo, defenda essa mudança revolucionária. Ao contrário, há denúncias, nessa dissertação, de que ela seria uma instituição conservadora e elitista, daí a mobilização por sua reforma. No entanto, ela não é deserto - como define

Hannah Arendt os contextos marcados pela supressão da pluralidade -. Ela permite o desvio por onde se infiltra o diverso, o novo, a possibilidade.

Quanto ao segundo aspecto a ser retomado, que sugere a existência de um “haitianismo” criado e difundido pelo centro hegemônico e responsável pela caricaturização do país, percebemos que está presente nos diagnósticos realizados sobre a Universidade Haitiana na medida em que, conforme exposto, suas potências são silenciadas enquanto suas carências ganham destaque. Apresenta-se, ainda, no completo desprezo – ou simples ignorância - pelos documentos já produzidos por estudantes haitianos, junto a outros movimentos sociais e organizações populares sobre a mesma temática. Tudo se passa como se nem os atores e tampouco suas considerações, fossem considerados legítimos ou relevantes ou, ainda, como se o “problema” da Universidade Pública, seus limites e desafios, não houvesse sido sequer formulado por sua comunidade acadêmica, reduzida, assim, a uma “*docilidade*” que não a caracteriza. Como tentamos demonstrar, a comunidade acadêmica da UEH não é dócil, não é débil, não tem de ser salva, é, ao contrário, capaz de questionar, agir e intervir.

Acreditamos que esse “haitianismo” venha sendo intensamente difundido, publicado e repetido em razão do significativo papel que desempenha na justificação e legitimação de todo um aparato de ajuda e intervenção internacional, cuja necessidade seria colocada à prova ao reconhecer-se a sociedade civil haitiana, suas organizações, movimentos e lideranças como capazes, potentes e profundamente engajados na condução autônoma, independente e democrática do país.

Mais: temos a impressão de que esse discurso (neo)colonial vem acompanhado pela cisão do espaço físico do Haiti atual, que lembra o mundo colonial, dividido em dois, descrito por Fanon no primeiro capítulo dessa dissertação. Há uma separação profunda e evidente entre o mundo habitado pelo *staff* internacional, em seus hotéis, mansões e carros de luxo, com seus restaurantes, bares e praias privadas e o mundo dos haitianos comuns, com suas casinhas simples, seus mercados de rua e agora seus campos de refugiados.

Não sabemos se uma intensidade democrática tal, como a exigida pelo movimento estudantil haitiano, pode ser conquistada em um país com tal cisão.

Não sabemos, tampouco, se ela pode se dar em um país ocupado por tropas estrangeiras, onde tanques circulam pelo espaço público e milhares de soldados com armas em punho dividem as ruas com a população. Parece-nos difícil, ainda, que tal intensidade seja alcançada enquanto os atores chamados às decisões públicas forem organismos internacionais ou empresas estrangeiras e onde ONGs administrem o modo como as doações que chegam ao Haiti serão utilizadas. A impressão que temos é a de que, antes de tudo, é necessário retomar o sentido do (e o espaço!) público, experimentar mais uma vez autonomia e independência política e retomar nas mãos os rumos de seu próprio país. Como e quando isso se dará? Poderá, a Universidade Pública, contribuir, também nesse sentido? Qual será o seu lugar nesse Haiti que busca reconstruir-se e, na mesma medida, retomar sua autonomia? Evidentemente, essas questões – absolutamente complexas – não podem ser respondidas nessa dissertação e nem devem ser respondidas por uma estrangeira.

Se uma das intenções desse trabalho - a de trazer à tona as narrativas silenciadas sobre o Haiti e sua Universidade – teve algum sucesso, o leitor não duvidará que os haitianos - sua juventude! Seus movimentos populares! - são absolutamente capazes de formular suas próprias boas respostas. Talvez já as tenham formulado... Que lhes seja dado o direito ao grito!

## **Epílogo**

*Pese a los tremendos problemas, aún tenemos un territorio, somos un país, un pueblo.*

*Portamos en nuestra consciencia la memoria viva del ayer que no está muerto, que late en cada uno de nosotros, y sobre todo tenemos esta cantera inagotable que somos los haitianos.*

*Por ello, los tiempos que vivimos, pese las tinieblas, son portadores de esperanzas.*

*Hoy día, nuestros sueños van más allá de nuestro fracaso.*

*En momentos decisivos [como hoy] hay la necesidad de tomar sus responsabilidades enfrentándose a las dificultades, sufrimientos y sacrificios.*

*Por ello, pese a las diferencias de opinión, de intereses, de generaciones, emerge una voluntad colectiva para evitar la bajada al infierno, llevar adelante el combate de la construcción, y conquistar la dignidad, la creatividad, la identidad, la libertad, la igualdad y la justicia.*

*Así se encuentran, a través del tiempo, el ayer y el hoy.*

*Tal como los próceres haitianos cuya epopeya recordamos, en contextos diferentes, la lucha de nuestros pueblos debe conquistar para todos, el derecho de vivir y de soñar.*

*(SUSY CASTOR – Historiadora haitiana)*

## REFERÊNCIAS

### *Referências haitianas*

ALEXIS, Jacques Stéphen. *Prolégomènes à un manifeste du réalisme merveilleux des Haïtiens*. Dérives. Montréal, n.12, 1970. p.245-271. Versão em português disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/alexis/jalexis.pdf>, com acesso em 13 de janeiro de 2013;

ANGLADE, Georges. *Éloge de la Pauvreté*. Montréal: ERCE Études et recherches critiques d'espace, 1983. Edição completa, em francês, disponível em [http://classiques.uqac.ca/contemporains/anglade\\_georges/eloge\\_de\\_la\\_pauvrete/eloge\\_de\\_la\\_pauvrete.html](http://classiques.uqac.ca/contemporains/anglade_georges/eloge_de_la_pauvrete/eloge_de_la_pauvrete.html) com acesso em 12 de janeiro de 2013;

ANTOINE, Régis. *La littérature franco-antillaise - Haiti, Guadeloupe et Martinique*. Paris: Éditions Karthala, 1992;

BARTHÉLEMY, Gerard. *Le pays en dehors – essai sur l'univers rural haïtien*. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps/Montréal: CIDIHCA (Centre International de Documentation et d'information Hitienne, Caraibéenne et Afro-Canadienne), 1989;

BELLEGLARD-SMITH, Patrick; MICHEL, Claudine (org). *Vodou Haitiano: Espírito, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2011;

CASTOR, Susy. *Étudiants et Luttés Sociales Dans la Caraïbe*. Porto Príncipe: CRESFED, 1992;

\_\_\_\_\_ El significado histórico de La revolución de *Saint Domingue*. *OSAL*, ano IV, nº 12, 2003;

COLBERT, Ronald. Tentative de Mise em Cuope réglée de l'Université d'Etat d'Haiti. Análise publicada em *Alter Presse – Réseau Alternatif haïtien d'information* em 29 de Julho de 2002;

DEPESTRE, René. *Bonjour et adieu à la négritude*. Paris: Robert Laffont, 1980. Versão em português disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/depestre.pdf>, com acesso em 18 de janeiro de 2013;

DESHOMMES, Fritz. *Universté et Luttés Democratiques en Haiti*. Porto Príncipe, 2002;

FATTON, Robert. *Haiti's predatory republic – the unending transition to democracy*. Boulder (Colorado, USA) & London: Lynne Rienner publishers, 2002;

FIRMIN, Anténor; *The Equality of the Human Races*. University of Illinois Press. Retrieved 24 January 2010. Parte do conteúdo está disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=X1yATZFcuJwC&printsec=frontcover&hl=pt->

[BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](#) acesso em 21 de janeiro de 2013;

GILBERT, Myrtha. Haiti: L'UEH entre infantilisme, opportunisme et manipulation politique. Matéria publicada em *AlterPresse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe - Haiti, 21 de Setembro de 2009. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article8777> acesso em 10 de janeiro de 2013;

GOTSON, Pierre. Crise de l'Université: appel à la solidarité et maintien de la mobilisation. Matéria publicada em *AlterPresse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe - Haiti, 15 de Outubro de 2002. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article108> acesso em 10 de janeiro de 2013;

\_\_\_\_\_. Haiti: Des secteus se mobilisant contre la MINUSTAH. Matéria publicada em *AlterPresse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe - Haiti, 1º de Junho de 2010;

\_\_\_\_\_. Haiti: discorde et tension lors d'une manifestation estudiantine contre la politique gouvernementale. Matéria publicada em *AlterPresse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe - Haiti, 11 de Maio de 2005;

\_\_\_\_\_. Les secteurs sociaux ont investi les rues, malgré une interdiction du gouvernement. Matéria publicada em *AlterPresse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe - Haiti, 20 de setembro de 2005;

HURBON, Laennec. *Coomprendre Haiti. Essai sur l'État, la nation, la culture*. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps/Éditions Paris: Karthala, 1986;

\_\_\_\_\_. *O Deus da resistência negra: O Vodou Haitiano*. São Paulo: Paulinas, 1987;

JADOTTE, Hérard. *Le carnaval de La révolution: de Duvalier a Aristide*. Port-au-Prince: Éditions Fardin, 2005;

JEAN-FRANÇOIS, Hérold. *Haití: cambio democrático y tradiciones / Hérold Jean-François*. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 8 no. 23 (abr 2008- ). Buenos Aires : CLACSO, 2008;

LAFERRIÈRE, Dany. *País sem chapéu*. São Paulo: Editora 34, 2011;

LOUIS-JUSTE. Anil. Étudiants éducateurs et professeurs éduqués dans la crise du 27 juillet. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe – Haiti, 23 de Outubro de 2002 (2002b). Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article30> Acesso em 10 de janeiro de 2013;

\_\_\_\_\_. L'autonomie universitaire em mouvement: Élections rectorales contre Réforme de la Participation. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe –Haiti, 28 de Abril de 2003 (2003b).

Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article475> Acesso em 10 de janeiro de 2013;

\_\_\_\_\_. Pour l'admission ouverte à l'Université d'État d'Haiti. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe – Haiti, 3 de Março de 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article413> Acesso em 10 de janeiro de 2013;

\_\_\_\_\_. Université et Citoyenneté en Haiti. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe –Haiti, 15 de Outubro de 2003 (2003c). Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article798> Acesso em 10 de janeiro de 2013;

\_\_\_\_\_. Université et Société en Haiti. Editorial publicado em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe –Haiti, 19 de Setembro de 2002. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article211> Acesso em 10 de janeiro de 2013;

MARS, Jean Price-. *Ainsi parla l'Oncle*. Port-au-Prince: Imprimerie de Compiègne, 1928. Edição completa em francês disponível em : [http://classiques.uqac.ca/classiques/price\\_mars\\_jean/ainsi\\_parla\\_oncle/ainsi\\_parla\\_oncle.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/price_mars_jean/ainsi_parla_oncle/ainsi_parla_oncle.html), com acesso em 21 de janeiro de 2013.

MÉLEANCE, Elmide; et al. *Revolutionary Freedoms: A History of Survival, Strength and Imagination in Haiti*. Coconut Creek, FL: Caribbean Studies Press, 2006;

PIERRE-LOUIS, François. Earthquakes, Nongovernmental Organizations, and Governance in Haiti. In *Journal of Black Studies*. No.42, vol.2, SAGE publications: UK, 2011, pp 186–202. Disponível em <http://jbs.sagepub.com/content/42/2/186> acesso em 12 de janeiro de 2010;

ROUMAIN, Jacques. *Donos do Orvalho*. Coleção Romances do Povo. Vol. V. Rio de Janeiro: Ed. Vitória Ltda, 1954;

SYLVAIN, Normil. Programme de la Revue Indigène. *La Revue Indigène*. Port-au-Prince, n.1, julho, 1927;

THEOSMY, Francesca. Haiti-Université: Les conditions de la reprise. Entrevista publicada em *Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information*. Porto Príncipe - Haiti, 4 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article9574> acesso em 10 de janeiro de 2013;

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti: State against Nation. The origins and legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990;

\_\_\_\_\_. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1995;

WARGNY, Cristophe. *Haiti n'existe pas. 1804 – 2004: deuxcents ans de solitude*. Paris: Éditions Autrement Frontières, 2008.

### ***Demais referências***

ARCE, José Manuel V. Introducción. Decálogo para repensar las certezas. In. BARBERO, Martin. *América Latina, otras visiones desde la cultura: Ciudadanías, juventud, convivencia*. Convenio Andrés Bello, 2005;

ARCHILA, Mauricio. El movimiento estudiantil en Colombia, una mirada histórica. In *Observatorio Social da America Latina (OSAL)*, Año XIII, nº 31, mayo 2012;

ARENDDT, Hannah. *A Promessa da Política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008;

BHABHA, Homi K. *Nation andgb Narration*. London: Routledge, 1990;

\_\_\_\_\_. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998;

BIERRENBACH, Cris. Haiti. Ensaio fotográfico. *Novos Estudos, CEBRAP*. No. 86, Março de 2010, pp-40-47;

BONAVENA, Pablo. El movimiento estudiantil en la actualidad argentina : una aproximación sociohistórica. In *Observatorio Social da America Latina (OSAL)*, Año XIII, nº 31, mayo 2012;

BORGES, Jorge Luis. *O outro, o mesmo (1899-1986)*. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983;

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 90, Jul 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 Dez. 2012;

BUSTOS, Patrício. Jóvenes: Reflexiones em torno al tema de la participación y la política. In *Última Década*, no 32, Viña del Mar: CIDPA, 2010;

CAMARA, Irene Pessoa de Lima. *Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana - 1991-1994*. Brasília: Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, 1998.

CARPENTIER, Alejo. *El Reino de este Mundo*. Obras completas México: Siglo XXI, 1998;

COURTINE-DENAMY, Sylvie. *O cuidado com o mundo: Diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004;

DALMASO, Flávia. *Magia em Jacmel: uma leitura crítica da literatura sobre o Vodou haitiano à luz de uma experiência etnográfica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009;

DAMATO, Diva. *Édouard Glissant: poética e política*. São Paulo: Anna Blume, 1996;

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010;

\_\_\_\_\_. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008;

FERNANDES, Florestan. Universidade e Desenvolvimento. In IANNI, octavio (org.) Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004;

FIGUEIREDO, Eurídice. O Haiti: história, literatura, cultura. In: *Revista Brasileira do Caribe*. V. 6, nº 12, jan-jun. Goiânia: UFG/CECAB, 2006;

FREIRE, Paulo. *A pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001;

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000;

\_\_\_\_\_. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989;

GALEANO, Eduardo. *Las palabras andantes*. Argentina: Ed. Siglo XXI, 2003;

\_\_\_\_\_. Haiti, país ocupado. Discurso proferido na Biblioteca Nacional, no marco da mesa-debate "*Haití y la respuesta latinoamericana*". Montevideo, 27.11. 2011;

GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução: As revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983;

GIBBONS E; GARFIELD R. The impact of Economic Sanctions on health and Human Rights in Haiti 1991–1994. *American Journal of Public Health*. Oct.1999;

GLISSANT, Édouard. Espaço fechado, palavra aberta. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 3, n.7, Dez.1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 Dez. 2012;

\_\_\_\_\_. *Poetics of Relation*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997a;

\_\_\_\_\_. *Traité du Tout-Monde*. Paris: Gallimard, 1997;

GUILHERME, Manuela. Qual o papel da Pedagogia Crítica nos estudos de língua e cultura? Uma entrevista com Henry A. Giroux. In *Language and Intercultural Communication*. No.6, vol.2. England: Multilingual Matters, 2004;

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 81, Jul 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S010133002008000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S010133002008000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 Dez. 2012;

- HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid, Catedra, 1995;
- HARDING, Sandra. *Is there a feminist method?* In *Feminism and Methodology*, Bloomington Indianapolis: Indiana University Press, 1987;
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007;
- JOINT, Louis Auguste. Sistema Educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. *Pró-Posições*. V.19, n.2(56) – maio/ago 2008;
- LISPECTOR, Clarice. *A Paixão Segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009;
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Editora Artes e Oficinas, 1995;
- \_\_\_\_\_. *A transfiguração do Político*. Porto Alegre, Sulina, 1997;
- \_\_\_\_\_. *Elogio da Razão Sensível*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 4ª edição, 2008;
- MAGGILOLO, Oscar J. La universidad latinoamericana: Un ensayo sobre su interpretación. *Nueva Sociedad*. No 33, noviembre/diciembre 1977;
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167;
- MARQUES, Pâmela Marconatto; MAQUIAVELI, Álvaro; ZANELLA, Cristine. Sanções Econômicas e Direitos Humanos: um estudo a partir do caso haitiano. In: Wagner Menezes. (Org.). *Estudos de Direito Internacional*. 1ed. Curitiba: Juruá, 2008, v. XII, p. 62-75.
- MENESES, Maria Paula G. Outras vozes existem, outras histórias são possíveis. In GARCIA, Regina Leite (org.) *Diálogos Cotidianos*. Petrópolis, RJ:DP et Alii, 2010.pg 247-265;
- MIGLIARDI, Carlos Durán. El acontecimiento estudiantil y el viraje del proceso sociopolítico chileno. In *Observatorio Social da America Latina (OSAL)*, Año XIII, n° 31, mayo 2012;
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. De Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003;
- NÚÑEZ, Daniel. Proyecciones políticas del movimiento social por la educación em Chile. In *Observatorio Social da America Latina (OSAL)*, Año XIII, no 31, mayo 2012;

- ONFRAY, Michel. *Teoria da viagem*. Porto Alegre: L&PM, 2009;
- OYAMA, Maria Helena Valentim Duca. *O Haiti como locus ficcional da identidade Caribenha: olhares transnacionais em Carpentier, Césaire e Glissant*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2009;
- PESCHANSKI, João Alexandre. Haiti (verbete). In SADER, Emir *et al* (org). *LATINOAMERICANA – Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2007, pp 643-651;
- RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986;
- ROSSI, Juan Urra. La movilización estudiantil chilena em 2011: una cronologia. In *Observatorio Social da America Latina* (OSAL), Año XIII, n° 31, mayo 2012;
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 3ª ed. São Paulo: Editora CIA das Letras, 1990;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São. Paulo: Cortez, 2000;
- \_\_\_\_\_. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e CAPINHA, Graça (Orgs). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec, 2000b;
- \_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n° 79, novembro de 2007;
- \_\_\_\_\_; ALMEIDA FILHO, Naomar; *A Universidade no Século XXI: Para uma universidade Nova*. Coimbra: Gráfica do CES, 2008;
- \_\_\_\_\_; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Aledina 2009;
- SEN, Amartya. *A Ideia de Justiça*. Tradução Denise Bottmann, Ricardo Doninnelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
- SILVA, Felipe Evangelista Andrade. *Construções do “fracasso” haitiano*. *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010;
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Puede hablar el subalterno?* 1ª ed. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2011;
- THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou. In *Novos Estudos, CEBRAP*. No. 86, Março de 2010, pp-23-39;
- \_\_\_\_\_. Pensar o Haiti, Pensar com o Haiti. Texto publicado no Blog “Prosa e Verso” do Jornal O Globo, em 23.01.2011. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/01/23/pensar-haiti-pensar-com-haiti-358045.asp> Com acesso em: 12.12.12

\_\_\_\_\_. Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/36802/39524> acesso em 15 de dezembro de 2012;

\_\_\_\_\_. Haitian elites and their perceptions of poverty and of inequality. Em REIS, Elisa P. ; MOORE, Mick (org). *Elite and Perceptions of Poverty & Inequality*. 1ª ed. London/New York: Zed Books, 2005;

VALLEJO, Camila. *Podemos cambiar el mundo*. Santiago de Chile: Ocean Sur/La Vida es hoy, 2012;

VASCONCELOS, Alex Donizete. *A MINUSTAH e a alteridade: representações e identidades haitianas nos discursos da ONU e da Folha de São Paulo - (2004-2010)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, 2010;

ZIBECHI, Raúl. Haiti according to Haiti: International Aid and Colonialism. Entrevista a Omar Ribeiro Thomaz, publicada no jornal virtual *Upside Down World – Covering activism and politics in Latin America*. 18 de Maio de 2010. Disponível em: <http://upsidedownworld.org/main/haiti-archives-51/2498--haiti-according-to-haiti-international-aid-as-colonialism-> acesso em 13 de janeiro de 2013.

### **Documentos:**

A/46/7. *A situação da Democracia e dos Direitos Humanos na Assembléia Geral das Nações Unidas*. Haiti, 46º Período de sessões. 31ª Sessão plenária, 11 de outubro de 1991, documentos originais suplemento numero 49 (A/46/49);

CARLSON, Wendy L.; DÉSIR, Alison; GOETZ, Stephanie; et al. The haitian diaspora & education reform in Haiti - challenges & recommendations. *Columbia University - Bureau of Haiti's Special Envoy to the United Nations and the Social Science Research Council (SSRC)*. May, 2011. Disponível em: [http://sipa.columbia.edu/academics/workshops/documents/SSRC.BureauofHaiti\\_Caps tone.pdf](http://sipa.columbia.edu/academics/workshops/documents/SSRC.BureauofHaiti_Caps tone.pdf) acesso em 18 de janeiro de 2012.

COMITÉ EXÉCUTIF DE L'ASSOCIATION NATIONALE DES AGRO-PROFESSIONNELS HAITIENS. *Communiqué*. Publicado em Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information. Porto Príncipe - Haiti, 10 de Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article942> acesso em 10 de janeiro de 2013;

CONSEIL DE L'UNIVERSITÉ D'ÉTAT D'HAÏTI. *Lettre à la Nation*. Publicada em Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information. Porto Príncipe – Haiti, 15 de

Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article947> acesso em 10 de janeiro de 2013;

CONSEIL DE L'UNIVERSITÉ D'ÉTAT D'HAÏTI. *Memorandum du Conseil de l'Université d'Etat d'Haiti relatid à la crise engendrée depuis le comunique du 27 juillet 2002 du MENJS*. Publicada em Alter Presse – Réseau Alternatif haitien d'information. Porto Príncipe - Haiti, 07 de Novembro de 2002. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article272> acesso em 10 de janeiro de 2013;

E/2004/33, (2004) *Report on the sixth session of the Committee for Development Policy, Economic and Social Council*. Official Records, Supplement No. 13, 29 March – 2 April, 2004;

FRONT DE RÉSISTANCE POUR L'INDÉPENDANCE ET L'AUTONOMIE DE L'UEH. *Cadre de discussions sur la Réforme de l'UEH*. Pourt-au-Price-Haiti, 20 mai 2003. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article506> acesso em 3 de janeiro de 2013;

GOSSELIN, Roger; PIERRE, Jean. *Report of mission - conducted from May 22 to June 4, 2005*. Canadian International Development Agency. Canadá: 2005. Disponível em: <http://solutionshaiti.blogspot.com/2007/11/haiti-dossier-universite-detat-lettre.html> acesso em 18 de janeiro de 2012;

HAÏTI, *Constitution de la République d'Haïti*, 1987;

HAÏTI, Ministère de l'Éducation Nationale et Conseil de l'Université d'État d'Haïti. *Dispositions Transitoires Relatives à L'organisation de l'administration centrale de l'Université d'État d'Haïti*. Pourt-au-Price-Haiti, Février 1997. Disponível em: [http://www.ueh.edu.ht/admueh/pdf/Dispositions\\_transitoires.pdf](http://www.ueh.edu.ht/admueh/pdf/Dispositions_transitoires.pdf) acesso em 3 de janeiro de 2013;

INURED – Interuniversity Institute for Research and Development. *The challenge for Haitian Higher Education: a post-earthquake assessment of higher education institutions in the Pout-au-Prince metropolitan area*. Haiti: March 2010. Disponível em: [http://inured.org/docs/TheChallengeforHaitianHigherEd\\_INUREDMarch2010.pdf](http://inured.org/docs/TheChallengeforHaitianHigherEd_INUREDMarch2010.pdf) acesso em 18 de janeiro de 2012;

IS/RES/873, (1993) Conselho de Segurança das Nações Unidas, 13 de outubro de 1993;

LUZINCOURT, Ketty; GULBRANDSON, Jennifer. Education and Conflict in Haiti: rebuilding the Education Sector after the 2010 Earthquake. Special Report. *United States Institute of Peace*. Washington: August, 2010. Disponível em: <http://www.usip.org/files/resources/sr245.pdf> acesso em 23 de janeiro de 2012;

MRE/RES. 3/92, (1992) *Restauração da Democracia no Haiti, Reunião Ad Hoc dos Ministros das Relações Exteriores*, 4ª sessão, Nassau, OEA/Ser.F/ V.1, 17 de maio de 1992;

NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. *Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti*. Ministério da Educação. Brasil: Maio de 2010;

Resolução 575 (1992) - *Situação no Haiti- observância do embargo comercial* - OEA/ser:G, CP/RES 575 (885/92), 22 de janeiro de 1992;

Resolução 594 (1992) – *Restabelecimento da Democracia no Haiti* – OEA/ser:G, CP/RES 594(923/92), 10 de novembro de 1992;

S/ RES/ 841(1993) Conselho de Segurança das Nações Unidas, 16 de junho de 1993;

S/RES/875, (1993) Conselho de Segurança das Nações Unidas, 16 de outubro de 1993;

S/RES/917, (1994) Conselho de Segurança das Nações Unidas, 6 de maio de 1994;

S/RES/940, (1993) Conselho de Segurança das Nações Unidas, 31 de Julho de 1994.